



RAÍZES

Ano VII - Nº 14

São Caetano do Sul

Julho de 1996





Uma crônica da vida cotidiana do passado

Nos 119 anos de fundação de São Caetano do Sul, quando o Município tem sua posição consolidada no que diz respeito à qualidade de vida oferecida (principalmente) à sua infância, inúmeros temas novos vêm sendo tratados por esta revista: do septuagésimo aniversário da imigração búlgara à fundação da Sociedade Beneficente Internacional União Operária; do destino da Cinematográfica Vera Cruz à longa trajetória de uma indústria da cidade; do depoimento de um líder autonomista ao reavivamento da polémica provocada, há mais de três décadas, pela implantação dos taxímetros; da análise da influência da imigração européia na arquitetura paulista aos depoimentos de antigos moradores a respeito de bons tempos que não voltam mais, embora estejam sedimentados na memória de muita gente... Na verdade, Raízes tem sido isto: uma revista que consegue amalgamar a crônica da vida cotidiana (passada, no caso) com artigos acadêmicos, numa síntese interessante e, ao mesmo tempo, importante para que a História do Município possa ir sendo registrada.

São Caetano do Sul, julho de 1996

ANTONIO DALL'ANESE
Prefeito

Novo visual para atualizar a revista

Em seu sétimo ano consecutivo, *Raízes* continua recebendo alterações na forma. A partir do número 13, a diagramação das páginas internas começou a sofrer mudanças com o objetivo de permitir leitura mais fácil, melhor aproveitamento do material iconográfico e adaptação às técnicas mais recentes de diagramação. Nesta edição, a proposta de aperfeiçoamento formal atinge a capa, resultante da colaboração direta de um novo membro do Conselho Editorial, o arquiteto Nívio Tessitore. Assim, ao mesmo tempo em que o projeto visual de *Raízes* busca consolidar-se, também vai sendo enriquecido o Conselho Editorial, com novos colaboradores, interessados em permitir à revista o cumprimento de novas tarefas e a ampliação dos campos de interesse. Esta publicação, mais do que quaisquer outras, devido à sua própria natureza e em virtude dos temas tratados, está em permanente processo dinâmico: para conservar-se, precisa ir mudando; para mudar, é preciso que se conserve.

O Editor

RAÍZES

Ano VII - Número 14
Publicação semestral
Distribuição Gratuita

Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

Julho de 1996

Rua Eduardo Prado, 201 - CEP 09581-200 - São Caetano do Sul (SP) - Telefones- (011)-441-1000, ramais 235, 241, 242, 248 e 249; (011)-743-4618 (fax); telex - 114-4938

Editor/jornalista responsável
Aleksandar Jovanovic
(MTb 13.165 - Sjpesp 7.290)

Secretário de Redação
Flávio Ficarelli
(MTb 11.020 - Sjpesp 5.330)

Conselho Editorial
Ademir Médici, Antonio de Andrade, Aleksandar Jovanovic, Claudinei Rufini, Guido Fidelis, Henry Veronesi, José de Souza Martins, Nívio Tessitore, Oscar Garbelotto, Silvio José Buso, Sônia Maria

Franco Xavier, Valdenizio Petrolli

Publicação editada com apoio da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Fotos
Reproduções de Yoji Agata, José Honório de Castro e Gilson Cirino dos Santos

A revista Raízes está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação não são devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Computação Gráfica/Fotolitos
Plano Piloto (716-0833)

Impressão
Grande ABC Artes Gráficas S/A
(712-5155)

Artigos

- 4 *A influência da imigração européia na arquitetura paulista*
Nívio TESSITORE



As transformações na paisagem urbana e nas formas de construir e habitar acabaram sendo evidenciadas, em São Paulo, pela corrente de imigração européia: os imigrantes marcaram, como construtores e habitantes, a arquitetura

- 6 *Sociedade Beneficente Internacional União Operária, 89 anos de história*
Henry VERONESI
- 9 *Imagens do passado, luzes do futuro: reflexões sobre os 119 anos da cidade*
Aleksandar JOVANOVIĆ
- 12 *Omissões históricas (As mulheres de São Caetano)*
- 14 *Aniversário de metalúrgica revela passado de duas famílias*
- 17 *Vera Cruz: do Planalto para as telas do mundo*
Antonio de ANDRADE
- 21 *Externato Santo Antonio: tudo começou num jardim de infância*
Sônia Maria Franco XAVIER
- 27 *Implantação de taxímetros causou polêmica há 36 anos*
- 29 *Patrulheiros Mirins, meninos que dão orgulho a São Caetano*
- 33 **Depoimentos**
Ex-vereador autonomista relembra acontecimentos vividos na Câmara
- 37 *Memórias do Bonifácio de Carvalho (ou os bons e velhos tempos do Ginásio)*
José Teixeira GONÇALVES
- 42 **Imigração**
Helena Kaminska, ou 88 anos de memória de uma ucraniana
Leda Paula BERNARDI
- 44 *Os Serchelis, búlgaros da Bessarábia, em São Caetano*
Maria TELPIS

Há sete décadas, chegavam ao Brasil imigrantes búlgaros oriundos da Bessarábia (hoje, trata-se de uma região dividida entre a Moldávia e a Ucrânia, ambas ex-repúblicas soviéticas). A família Sercheli, acabou, a exemplo de outras, vindo fixar-se em São Caetano



- 46 *Esforço e sucesso na trajetória do imigrante libanês Mustaphá Abdouni*
- 48 *Jaffa Grynberg, uma lição de vida, coragem e muita esperança*
Flávio FICARELLI
- 51 **Teatro**
MCTA, 20 anos de atividades teatrais ininterruptas na cidade
Osmar Costa VALENTIM

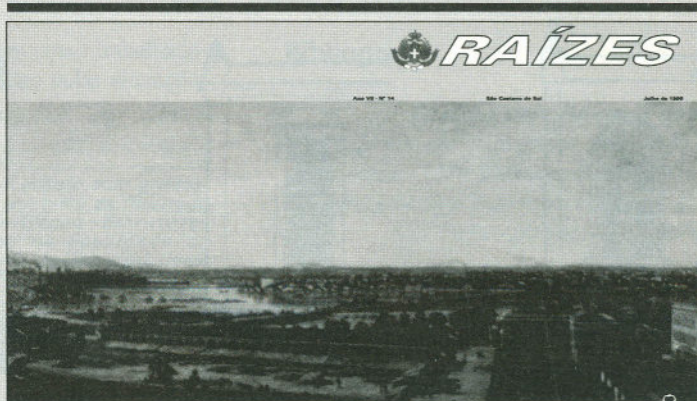
Memória

- 54 *Uma página de colonização, escrita com o suor do trabalho*
Mário DAL'MAS
- 56 *O casarão dos Matarazzos, e algumas outras histórias*
Arnaldo TREBILCOCK
- 57 *Os pães e as frutas trazem um doce sabor do passado distante*
Gisberto GRIGOLETTO
- 58 *La misura del salamin (o tamanho do salaminho)*
Nelson PERIN
- 59 *Uma pequena história sobre o passado relembra um lugar feliz*
Diva DE VITA
- 60 *Um comboio distante da memória passeia pelo campo de futebol*
Manoel Cláudio NOVAES



Em 4 de maio de 1919, jogam os times do São Caetano Esporte Clube e do Clube Atlético São Paulo, no campo situado à rua Heloísa Pamplona. É dia de festa: a banda de música da União-Operária, as moças, a confraternização, os amigos

- 61 *Trabalho rude das olarias foi precursor da economia de São Caetano*
- 64 *Os desfiles da General Motors. O motorista Edmundo J. Thomé*
- 65 **Esporte**
Luiz Gama, história de lutas, sacrifícios e conquistas
Alberto do Carmo ARAÚJO
- 67 *Quase quatro décadas de marcha atlética pioneira*
Domingos Glenir SANTARNECCHI
- 70 **Registro**
- 71 **Memória Fotográfica**



Capa: Pormenor do quadro de Benedito Calisto, "Inundação da Várzea do Carmo", óleo sobre tela, 125 x 400 cm, 1892, pertencente ao acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. No detalhe: brasão da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli



ARTIGOS

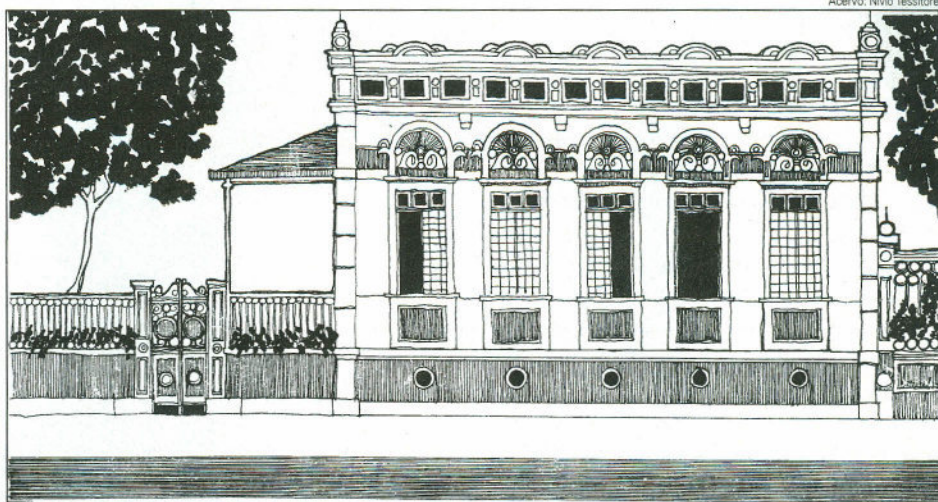
A influência da imigração europeia na arquitetura paulista

Nívio TESSITORE (*)

Os imigrantes europeus iniciaram suas rotas migratórias por terras paulistas sempre objetivando solidificar suas bases junto às comunidades, conforme suas origens. Os italianos quer do Vêneto, quer da Calábria ou mesmo do Lácio, enfim, todos os grupamentos italianos, possuíam afinidades intrínsecas de hábitos e costumes regionais.

Em São Caetano, com toda certeza, o mesmo ocorreu em virtude das razões características da região italiana acima do Rio Pó. Também com motivos, as edificações tiveram marcas construtivas próprias graças aos tipos de materiais empregados, peculiaridades da terra encontrada, qualidade das olarias, mão-de-obra especializada e as técnicas trazidas da Europa.

Não seria diferente a paisagem urbana, tivesse sido ocupada essa área por outro imigrante? Talvez não fosse o italiano imigrante do Abruzzo aquele que seria diferente no ato de habitar e por conseqüente motivo seria outro quanto o construir? E das tradições sociais que norteiam aspectos dos dialetos, das festividades, da alimentação, das datas, não seriam diferentes, se levarmos em considera-



Acervo: Nívio Tessitore

Vista de residência de 1900: alinhamento frontal mantendo a disposição tradicional de habitar dependente do trabalho escravo, recuo lateral produzindo espaço verde e área de lazer junto à edificação, corredor com a varanda coberta, entrada principal interna, janelas dispostas em seqüência e área livre ao redor dispondo maior arejamento geral para as janelas das antigas alcovas, térrea, porão alto, platibanda substituindo o beiral e mais recentemente surgindo no recuo frontal o jardim de frente circundado por gradil de ferro.

ção os locais de origem?

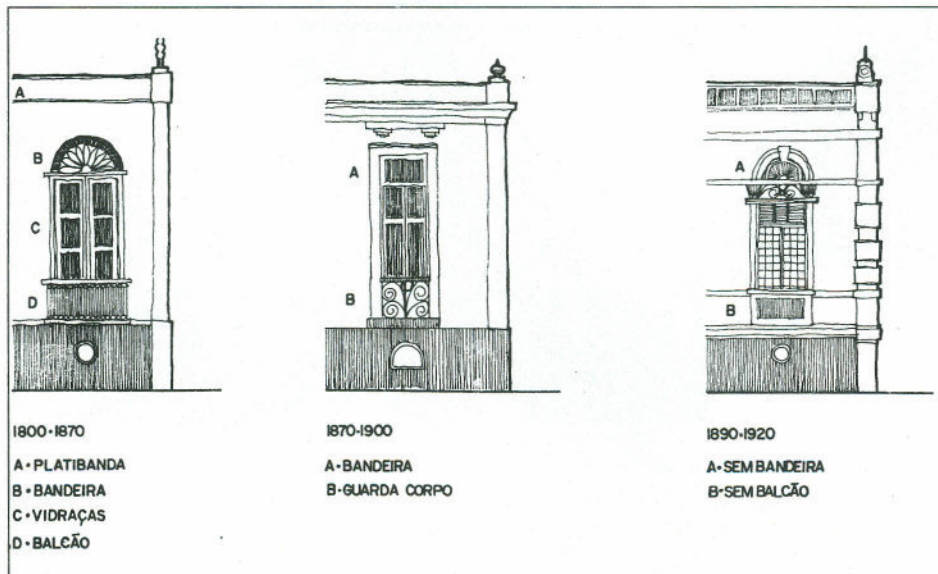
De qualquer forma, o imigrante do Vêneto deixou a memória do traçado, das edificações, da economia, das técnicas construtivas, das tradições sociais que, em várias épocas da história da cidade, acabaram por definir as raízes daqueles italianos em São Caetano.

“...o Liceu permitiu a formação de mão-de-obra local que veio auxiliar...”

A história do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo constituiu exemplo esclarecedor. Fundado em 1873, como sociedade propagadora da instrução popular.

Utilizando principalmente a experiência de mestres europeus, o Liceu permitiu a formação de mão-de-obra local que veio auxiliar os construtores, tornando-os, aos poucos, independentes do mercado externo. A escola foi ainda durante muito tempo a grande oficina da qual se socorreram para a produção de peças de maior responsabilidade.

As transformações na paisagem urbana e nas formas de construir e habitar seriam evidenciados ainda pela corrente de imigração europeia, iniciada após a supressão do tráfico de escravos, contribuindo para a criação de quadros numerosos de oficiais mecânicos e para o surgimento da indústria nacional. Os imigrantes marcavam, como construtores e habitantes, a arquitetura das cidades de cuja população vinham participar.





“Grande parte do aumento demográfico de São Paulo nesse período deve-se...”

Ainda que a imigração subvencionada pelo Estado tivesse por objetivo atender à crescente demanda de mão-de-obra das grandes fazendas, muitas das famílias recém-chegadas preferiram e conseguiram estabelecer-se na cidade. Grande parte do aumento demográfico de São Paulo nesse período deve-se à afluência de brasileiros, tanto caipiras quanto libertos, que deixavam as fazendas em decadência do Vale do Paraíba.

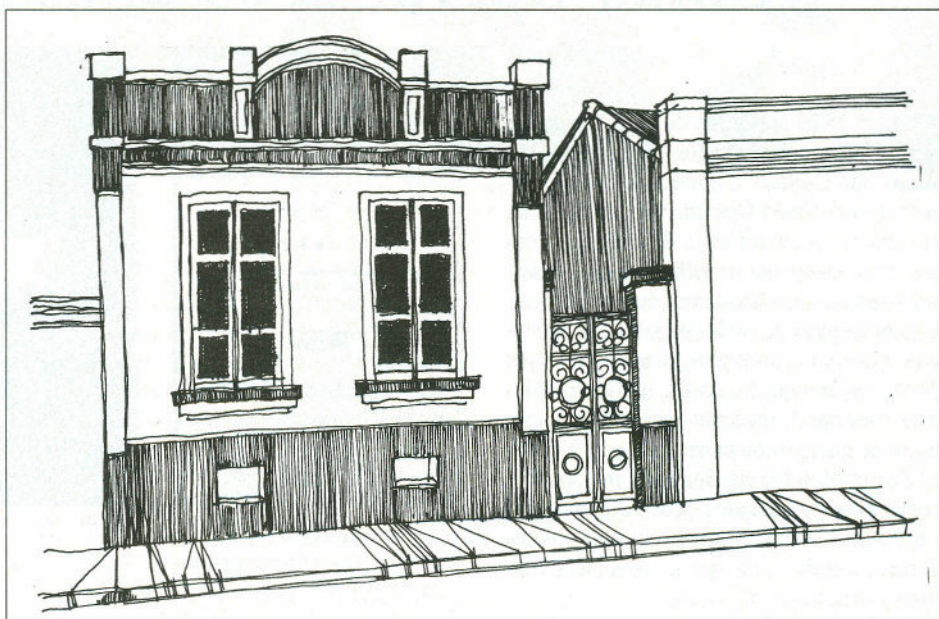
A incorporação de novos estilos foi facilitada com a chegada de muitos artesãos entre os imigrantes, educadores, pedreiros, escultores e com a crescente capacidade de importação, que permitiu a compra no exterior de vários materiais, tais como vidros, peças decorativas e ferramentas. A presença dos equipamentos importados insinuava-se nas construções pelo uso de platibandas que substituíam os velhos beirais por condutores ou calhas, ou pelo uso de vidros simples ou coloridos, sobretudo nas bandeiras das portas e janelas das velhas urupemas e gelosias.

Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda de frente para a rua, representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas.

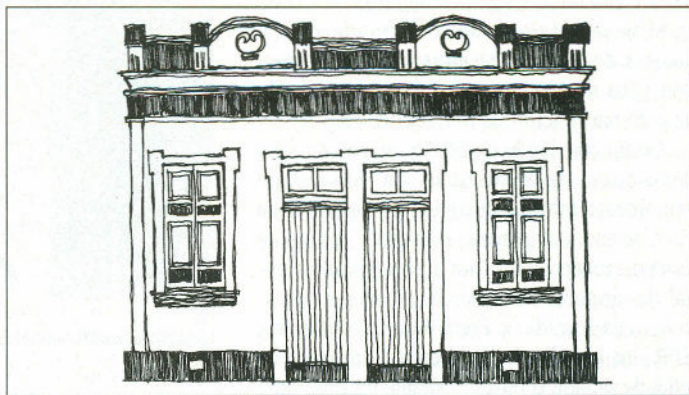
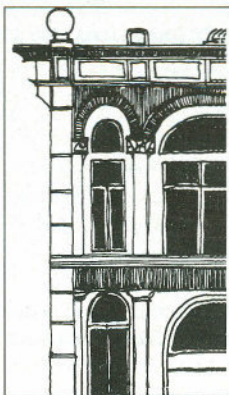
“O esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais...”

As primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação aos limites do lote. O esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando-o frequentemente sobre o alinhamento da via pública. Comumente o recuo era apenas de um dos lados; do outro, quando existia, reduzia-se ao mínimo.

As primeiras manifestações da mecanização da produção de materiais de construção e



1850-1900: com a decadência do trabalho escravo e com o início da imigração européia, desenvolveu-se o trabalho remunerado e aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas. As cidades e as residências são dotadas de serviços de água e esgoto, valendo-se de equipamentos importados. Surgem, nessa época, as casas urbanas com novos esquemas de implantação afastados dos vizinhos com jardins laterais.



a presença dos imigrantes como trabalhadores assalariados respondiam pelas alterações das técnicas construtivas.

() Nívio Tessitore é arquiteto com graduação e pós-graduação, em nível de Mestrado na área de concentração Estruturas Ambientais Urbanas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Fauusp).*

Bibliografia

Goulart Reis Nestor Filho

Quadro da Arquitetura no Brasil - São Paulo - Perspectiva - 1970. **Fauusp**; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo - Vila Penteadó - 1976



1800 - 1850: conservando-se as formas de habitar dependentes do trabalho escravo, não havia grande margem para mudar. Todavia, na Corte, a presença da missão cultural francesa e a fundação da Academia de Belas Artes iriam favorecer o emprego de construções mais refinadas. Um novo tipo de residência: a casa de porão alto representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas.

Sociedade Beneficente Internacional

União Operária, 89 anos de história

Acervo: Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano

Henry VERONESI (*)

Em 15 de novembro de 1907 - portanto, 88 anos são passados - era fundada, em São Caetano, a Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, cujo objetivo principal era o de congregar pessoas, principalmente trabalhadores, para dar-lhes assistência médico-farmacêutica, financeira, além daquela de cunho social. Uma entidade de benefícios múltiplos, democrática, que admitia em seu quadro social, indiscriminadamente, pessoas de qualquer nacionalidade, credo, cor ou qualquer outra natureza.

Sua criação foi um dos mais importantes acontecimentos da época, sendo recebida pela população sancaetanense com muito entusiasmo e carinho, visto que se diferenciava de outras já existentes na região.

Os festejos da fundação da entidade foram realizados com grande pompa, considerando-se a época: iniciaram-se logo ao raiar do dia, defronte à sede, com uma salva de tiros, às 5 horas da manhã. Logo em seguida, a Banda de Música Internacional, formada com a maioria dos sócios da associação, executou uma peça musical anunciando a alvorada do dia e do nascimento da nova entidade.

Como convidado especial para paranimfar a solenidade de instalação da Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, compareceu o capitão Virgílio de Rezende, recepcionado por uma comissão especial de diretores da entidade. Ao desembarcar do trem da Estrada de Ferro São Paulo Railway (SPR), na estação de São Caetano, a banda da entidade saudou o ilustre visitante tocando uma peça de seu repertório. Acompanhado, a pé, pela comissão de diretores, associados e simpatizantes da nova entidade seguiu até à sede da sociedade, em séquito popular, ouvindo a banda executar músicas programadas especialmente para a solenidade.

“Os festejos da fundação da entidade foram realizados com grande pompa...”

Instalada a cerimônia, discursando a respeito da significativa iniciativa, o Capitão Virgílio de Rezende saudou todos os fundadores, augurando sucesso à futura entidade. Por iniciativa do vice-presidente eleito da entidade, Bruno Rudner, no decorrer da solenidade, foi proposta e aceita a sugestão da outorga do título de



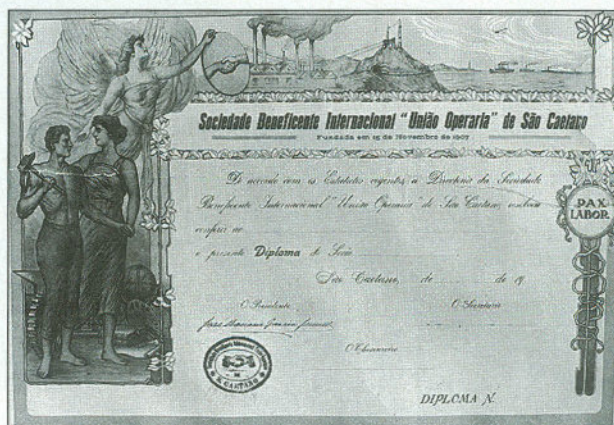
Estatutos reformados em 22 de janeiro de 1922. O Artigo 3º afirma: para ser admitido como sócio é necessário não ser menor de 12 anos, nem ter mais de 50 anos, gozar de perfeita saúde e ter a precisa moralidade em seus costumes



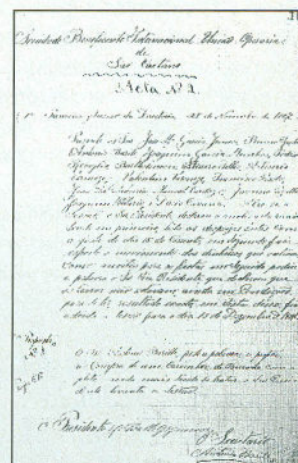
Capa da caderneta de sócio



Primeiro relatório da diretoria da Sociedade, apresentado em 6 de dezembro de 1908, sobre as atividades da gestão 1907/1908



Diploma que era conferido ao sócio de acordo com a sua classe: honorário, contribuinte ou benemérito



Ata da primeira reunião da diretoria, realizada em 28 de novembro de 1907

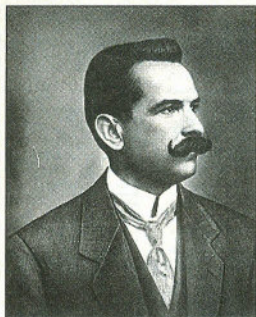
presidente-honorário da Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano ao ilustre Capitão Virgílio de Rezende, paranimfo da solenidade, que, muito emocionado, aceitou a distinção honorífica ofertada. Antes de se retirar, ofereceu uma doação de cinquenta mil réis, bastante significativa na ocasião para a caixa da sociedade.

Ao despedir-se, o mesmo cortejo que o recebeu, acompanhou-o até à estação ferroviária. Às 10 horas, embarcando na composição da estrada de ferro SPR, rumou para São Paulo, encerrando a sua visita à São Caetano. Virgílio de Rezende, foi denominação de rua nesta cidade, tendo duração efêmera, porque ali hoje é a rua João Pessoa.

Antes de ser encerrada a sessão de instala-

ção, foi marcada para o mesmo dia uma Assembléia Geral Extraordinária para serem tratados diversos assuntos. Para participar da reunião, que deveria ser realizada na sede da entidade, às 16 horas, foi convidada uma comissão especial da Sociedade Mútuo Socorro Príncipe de Napoli. Na pauta constava a solenidade de posse da diretoria e a eleição da Comissão Fiscal, entre outros assuntos.

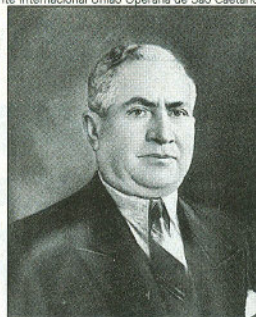
Exatamente na hora aprazada, a Assembléia foi instalada; às “5 horas da tarde”, procedida a eleição da Comissão Fiscal e empossada toda a diretoria, comandada pelo primeiro presidente eleito, José Mariano Garcia Júnior [conhecido, simplesmente, por Seu Juca ou Jucão]. No decorrer da reunião, tomando da palavra Bruno Rudner, vice-presidente da sociedade, discursou a respeito da



Capitão Virgílio de Rezende, primeiro presidente honorário da Sociedade. Foto de 1908



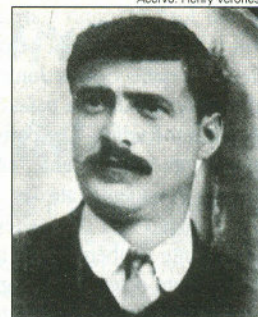
José Mariano Garcia Júnior, primeiro presidente e fundador da Sociedade



Antonio Barile, primeiro secretário e fundador



Valentim Veronesi, fundador e um dos primeiros diretores da entidade



Artemio Veronesi, fundador e um dos primeiros diretores da Sociedade

fundação da entidade e em nome do senhor Presidente saudou todos os presentes, em especial a Comissão Especial da Sociedade Mútuo Socorro Príncipe de Nápoli, usando da palavra saudou a diretoria da entidade recém-fundada, enaltecendo a iniciativa.

O presidente, após ter ouvido as palavras derradeiras do discurso do vice, encerrou a assembléia, convidando os presentes a participarem da cervejada, programada para o encerramento dos festejos da fundação. Nesse momento, em coro, houve manifestações dos presentes com vivas para a entidade. Com essas manifestações estavam encerradas as solenidades programadas para os festejos da fundação da Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano.

“(...)usando da palavra, saudou a diretoria da entidade recém-fundada, enaltecendo...”

No dia 28 de novembro do mesmo ano, foi realizada a primeira reunião da diretoria, tendo comparecido a ela os seguintes diretores: José Mariano Garcia Júnior, Bruno Rudner, Antonio Barile, Joaquim Garcia Munhos, Pedro Reviglio, Bartholomeu B. Ferrero Filho, Arthemio Veronesi, Valentim Veronesi, Francisco Prado, João Dall’Antonia, Manoel Cardoso, Joaquim Hilário e Dárcio Cavana.

Aberta a sessão pelo presidente José Mariano Garcia Júnior, a ata da reunião foi assim registrada: “Abre-se a sessão, o Senhor Presidente, declarou o motivo da reunião. Sendo em primeiro lugar lidas as despesas feitas com a festa do dia 15 do corrente; em seguida, foi exposto o movimento dos dinheiros, que entrou como auxílio para a festa; em seguida, pediu a palavra o senhor vice-presidente, que declarou que os livros não estavam ainda em condições, para se ter, resultado exato, em vista disso, ficou adiada a sessão para o dia 13 de dezembro de 1907. O senhor Antonio Barile pede a palavra, e propõe, a compra de um carimbo de borracha completo, nada mais tendo se tratar o senhor presidente levanta a sessão. O presidente, José Mariano Garcia Júnior; o secretário, Antonio Barile”.

No dia 13 de dezembro de 1907, com a presença dos diretores José Mariano Garcia Júnior, Antonio Barile, Joaquim Garcia Munhoz, Serafim Constantino, Francisco Prado, Manoel Cardoso, Valentino Veronesi, João Dall’Antonia, Bartholomeu Ferrero Filho, Pedro Reviglio, Jacomo Pizzato, Joaquim Hilário, Dario Cavana e Arthemio Veronesi, foi realizada a segunda reunião da diretoria. Nessa reunião, o secretário da entidade, por determinação do senhor Presidente, prestou conta da situação financeira da sociedade que, depois de analisada pela Comissão Fiscal, foi aprovada por unanimidade. “O associado Manoel Cardoso, tendo em vista que a falta de Estatutos impressos provocava confusões generalizadas aos sócios a respeito de seus direitos e obrigações, propôs fossem eles impressos graficamente e distribuídos para todos os sócios. A proposta, depois de devidamente discutida, foi aprovada com a ressalva de ser submetida à Assembléia-Geral, devido ao elevado custo. O senhor Presidente, passando para o item de assuntos diversos usando da palavra, solicitou que se fizesse um rateio entre os sócios, para gratificar o Maestro da Banda que não tinha medido esforços para a lumentação e mais preparativos, feitos no interno e externo da Sede Social, por ocasião dos festejos da fundação. Nada mais tendo a tratar levanta-se a sessão”.

“O associado Manoel Cardoso, tendo em vista que a falta de Estatutos impressos provocava...”

Pela leitura dessa ata, a de número três, embora a diretoria tivesse poderes de decisão, nota-se que, quando o assunto discutido envolvia relativa soma de despesa ou assunto de relativa importância administrativa, a diretoria transferia a responsabilidade da solução para a Assembléia Geral, onde a presença dos sócios era obrigatória.

A 16 de fevereiro de 1908, ata de número quatro, portanto três meses após a fundação da Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, foi realiza-

da a Assembléia Geral, com início às 4 horas da tarde (como diz a ata), com a presença de 43 sócios. Presidia a assembléia o senhor Bruno Rudner, vice-presidente da diretoria, tendo em vista o não comparecimento do senhor José Mariano Garcia Júnior, presidente em exercício. Lida a ata anterior, foi aprovada em todos os seus termos. O tesoureiro da entidade, senhor Pedro Reviglio, pedia demissão do cargo de que era ocupante, tendo sido aceita, sem mais discussão, em vista das razões apresentadas.

O presidente da Assembléia, usando da palavra, comunicou que, em nome do presidente José Mariano Garcia Júnior, solicitava a sua demissão do cargo de presidente. Concomitantemente, como presidente da Assembléia, solicitava manifestação dos presentes a respeito do pedido. Por unanimidade a resposta foi pela não aceitação do pedido, visto não estar o demissionário presente à assembléia. Por sugestão do associado Francisco do Prado, a decisão foi adiada para a Assembléia Extraordinária, marcada para o domingo seguinte, dia 23 de fevereiro de 1908.

Prosseguindo com a sessão, o presidente “levou ao conhecimento de todos, que a sua vontade, e como de muitos outros sócios, era a de desfazer a proposta, para a Sociedade Príncipe de Nápoli, se aceitava de fazer a fusão”...]O sócio Arthemio Veronesi, ainda quando o assunto se achava em discussão, ponderou que, antes de ser tomada qualquer decisão unilateral, achava de bom alvitre que o assunto fosse resolvido conjuntamente pelas diretorias das duas entidades. Somente elas poderiam opinar pela viabilidade da proposta e defendê-la perante as Assembléias Gerais das sociedades. A proposta foi aprovada por todos, marcando a presidência nova Assembléia Geral Extraordinária para o domingo seguinte.

“O sócio Arthemio Veronesi (...)ponderou que, antes de ser tomada qualquer decisão...”

No dia 23 de fevereiro, na hora aprazada, foi iniciada a Assembléia Geral Extraordinária para tratar do assunto da demissão do presi-

Imagens do passado, luzes do futuro: reflexões sobre os 119 anos da cidade

Aleksandar JOVANOVIĆ (*)

Três cenas da História de São Caetano do Sul distintas, no tempo e no espaço, podem ilustrar a trajetória da cidade e permitem reflexões a respeito de seu desenvolvimento futuro:

Cena 1: no final do ano de 1994, a Unicef (United Nations Children's Fund), ou seja, o Fundo da Infância das Nações Unidas, que patrocina programas para crianças e mães nos países em desenvolvimento, após exaustivas pesquisas, declara a cidade de São Caetano do Sul como o Município brasileiro que melhor cuida da educação e saúde de sua infância.

Cena 2: no dia 10 de janeiro de 1878, cinco meses e 13 dias depois de terem chegado ao Núcleo Colonial de São Caetano, os colonos vênnetos revoltam-se por falta de fornecimento de víveres e por falta de pagamento das diárias prometidas pelo governo, conforme noticiava o jornal Diário de S. Paulo, em sua edição do dia 11 de janeiro, à página 2, sob o título "Desordem". Tropa foi embarcada para reprimir os colonos descontentes.

Cena 3: em 1936, 59 anos após a chegada dos colonos vênnetos, São Caetano tem 3.614 prédios, dois cinemas, 14 chácaras de verduras, 420 estabelecimentos comerciais, 11 olarias e 85 indústrias, conforme informava o Álbum de São Bernardo, editado, no ano seguinte, por João Caldeira Netto.

Não objetivamos aqui rememorar, em ordem cronológica, a história da cidade e seu desenvolvimento. Tampouco temos a pretensão de desfiar explicações de causa e efeito para a evolução histórica, social e econômica do Município. Convidamos os leitores a participar de um passeio imaginário pelos fatos do passado e de uma reflexão conjunta a respeito do futuro, a partir dos três fragmentos da História de São Caetano acima.

A História é construída no dia-a-dia. Cada ato realizado hoje representa um dos milhares ou milhões de fragmentos - muitas vezes anônimos, outras vezes não anônimos - com que se está edificando a História. No futuro, próximo ou distante, esses atos serão memória de um passado que ajudou a construir aquele

futuro, exatamente assim como o tempo que está atrás de nós, o passado, hoje para nós é memória, lembrança coletiva, e, portanto, pedaço da História.

Mas a História pode ser construída de maneiras diversas e uma delas, significativa, é aquela do imaginário coletivo. O imaginário coletivo habitualmente realiza representações idealizadas do passado, de tal modo que costumam prevalecer as idéias maniqueístas, ou seja, a divisão dos eventos entre o Bem e o Mal. Muito mais do que uma questão histórica, trata-se aqui de fatos sociológicos e antropológicos, que demonstram que os grupos humanos projetam coletivamente suas vitórias, suas derrotas, suas alegrias, suas frustrações, suas conquistas. A memória coletiva é o repositório que guarda as representações do passado e pode transmiti-las de geração em geração. Com a evolução tecnológica tudo indica que a transmissão oral da memória coletiva esteja sendo acentuadamente perdida nas sociedades industriais, fato que não deixa de ser lamentável. Talvez a isto possamos rotular de incomunicação na era da comunicação. É interessante notar que nem sempre existe simetria entre os fatos históricos e sua projeção através do imaginário coletivo. Examinemos alguns fatos históricos de São Caetano à luz dos registros, confrontando, por vezes, com os fatos da memória coletiva.

A segunda cena de nossos fragmentos da História de São Caetano: os colonos vênnetos revoltam-se pouco mais de cinco meses após a sua chegada ao Núcleo Colonial. Os imigrantes aqui trazidos pelo governo do Segundo Império eram camponeses pobres e, em sua maioria, iletrados. Faziam parte da enorme onda de emigrantes europeus - entre 1840 e 1890, 13 milhões de pessoas das mais variadas nacionalidades cruzaram o Oceano Atlântico, chegando do Velho Continente às Américas. Somente no ano de 1877, 99.213 pessoas saíram da Itália. Outro dado importante: de acordo com o pesquisador italiano Deliso Villa, em sua obra recente Storia Dimenticata, entre 1876 e 1900, 814 mil italianos chegaram ao Brasil e, deste total, 325 mil, ou seja, 39,9%, eram vênnetos.

Ceneda e Serravalle, duas pequenas e antigas comunidades vênnetas, uniram-se num só Município em 1866 - onze anos antes da vin-

da dos colonos para o Núcleo Colonial de São Caetano - que passou a ser designado como Vittorio, em homenagem ao rei Vittorio Emanuele II. Depois da Primeira Guerra Mundial, com a derrota da Áustria e a reconquista do norte italiano, o local chamou-se-ia Vittorio Veneto. A crise agrária grassava na Itália na segunda metade do século passado; ela seria mais profunda nos anos 80, quando os produtos agrícolas peninsulares perderiam preço no mercado internacional frente aos produtos norte-americanos. A filoxera (inseto homóptero, praga da videira, cujo ataque produz galhas em folhas, gavinhas e brotos e prejudica as raízes) havia atacado os vinhedos do Vêneto onde havia outro problema social sério: os camponeses eram simples meeiros nas terras, os impostos eram muito elevados e houve desastres meteorológicos, tais como granizo e seca encadeadas. Eram esses os camponeses expulsos da terra por condições adversas que vinham atraídos pela política de substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra de trabalhadores europeus.

O cenário em que os camponeses vênnetos ingressavam no Brasil, na qualidade de coadjuvantes, apresentava uma estrutura social pouco diferenciada: além das massas trabalhadoras (escravos, trabalhadores livres, da área rural), da classe média urbana (limitada a algumas cidades de maior expressão, como Rio, Salvador e Recife), havia um grupo de grandes proprietários rurais escravistas e o setor mercantil, cujo núcleo fundamental era o Rio de Janeiro. O ano de 1850 foi um marco importante na história econômica brasileira, com a extinção do tráfico internacional de escravos e o início de um processo de formação de empresas de grande porte sob a forma de sociedades anônimas. Os produtos da técnica, resultantes da Revolução Industrial do século XVIII, começaram a ser introduzidos no Brasil a partir de 1850, mas limitadas a alguns setores, tais como a ferrovia e os serviços urbanos. A modernização atingia algumas atividades: as ligadas ao transporte de produtos de exportação e aos serviços públicos dos grandes centros urbanos.

Ao contrário daquilo que muitas vezes viveu no imaginário coletivo, os imigrantes vênnetos não fundaram propriamente São Caetano. Chegaram ao Núcleo Colonial, cujas terras foram compradas pelo governo da Província de São Paulo à Ordem de São Bento, antiga proprietária da Fazenda de São

Caetano. Portanto, nos séculos anteriores havia aqui atividade social e econômica. Sim, a Fazenda de São Caetano funcionou aqui entre 1730 e aproximadamente 1862, produzindo louça vidrada, telhas, tijolos, obras de arte. Em 1764, a Ordem de São Bento já possuía 98 escravos nas Fazendas de São Caetano e São Bernardo. Estas constatações apenas valorizam o fruto do trabalho, do empenho exaustivo dos colonos vênnetos. Eles eram pobres e chegaram a uma colônia cujas condições de vida eram bastante precárias. Sebastião José Pereira, presidente da Província de São Paulo, instalou, em 1877, colônias de imigrantes em Santana, na Glória, São Bernardo e São Caetano; as duas últimas resultaram da compra de terras dos monges beneditinos. O núcleo de São Caetano teve 93 lotes rurais e urbanos, distribuídos entre 1878 e 1891, quando o último colono recebeu terras aqui. Os lotes foram entregues a 75 famílias, incluindo cinco não-italianas, quatro brasileiras e uma alemã, a de Hermann Juncker, que já se encontrava aqui em 28 de julho de 1878.

Segundo o jornal A Província de S. Paulo, 150 colonos foram instalados na casa-grande e na senzala da antiga Fazenda de São Caetano. De acordo com o Diário de S. Paulo, de 21 de agosto de 1877, a mortalidade em S. Caetano era muito elevada nas primeiras semanas depois da chegada dos imigrantes: um falecimento a cada três dias. Os alimentos fornecidos aos imigrantes não eram dados graciosamente: o valor era incluído no débito de cada família. Sem esse pagamento, não havia emissão do título de propriedade do respectivo lote colonial. Em fevereiro de 1878, registravam-se quatro casos de febre tifóide, quatro casos de diarreia e vários casos de reumatismo, gastralgia, marasmo e lesão cardíaca no Núcleo Colonial de São Caetano, com 23 doentes ao todo. Em 4 de abril do mesmo ano, os colonos descontentes com a falta de salários e falta de alimentos reclamam junto ao vice-cônsul italiano que os enviou ao presidente da Província. Tempos duros, aqueles. Em dezembro de 1878, João Baptista Pereira, presidente da Província de São Paulo, dizia entender que o lugar escolhido para o núcleo colonial de São Caetano não era adequado e que as terras não eram boas. Dois anos depois, Luigi Cavanna iniciava a produção de tijolos em sua olaria. Os colonos vênnetos cultivam a uva [que será destruída pela filoxera, em 1887] e fabricavam vinho. Cultivavam uvas os colonos Emílio Rossi, seu sogro Giuseppe Braido, Carmine Barile, Luigi D'Agostini, Giacomo Garbelotto, Antonio Gallo, Francesco Coppini e Francesco Fiorotto. Em 1896, Pamplona,

Sobrinho & Cia. transfeririam sua fábrica de graxa e sabão para as proximidades da Matriz Velha, área que, em 1916, seria adquirida por Francisco Matarazzo.

O recenseamento do Núcleo Colonial de São Caetano, em 1888, indicava a existência de 314 habitantes, sendo 101 brasileiros até 10 anos de idade; os demais eram italianos. Havia 157 agricultores, 11 carvoeiros, quatro tijoleiros, dois negociantes, um carpinteiro e um pedreiro. O Núcleo contava 40 casas de madeira, 20 casas de alvenaria, 13 ranchos, duas escolas, uma igreja, quatro engenhos de cana, uma padaria, uma oficina de ferreiro, uma oficina de tanoeiro, uma oficina de carpinteiro, três negócios de víveres, dois carros de bois e 33 carroças. Havia 14 cavalos, 38 muarens, 22 porcos, oito cabras, 65.749 videiras (a maioria já atacada pela filoxera), 601 litros de milho plantados, 1.151 litros de batata plantados, 2.420 pés de mandioca, 15.700 repolhos e 2.695 árvores frutíferas. Em dez anos de existência do núcleo, certamente um progresso considerável. O trabalho dos camponeses que mudaram de continente em busca de uma nova vida, de uma nova pátria, rendia frutos.

Na época da terceira cena dos fragmentos históricos que citamos, isto é, em 1936, muitas transformações haviam sido realizadas no território da antiga Fazenda de São Caetano. Outras levas de imigrantes italianos chegaram a São Caetano, até 1887/1888, às vésperas da Abolição. Em 1890, a Cia. Formicida Paulista iniciaria as obras de sua fábrica de sulfureto de carbono. Em 1891 seria fundada a Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, que existiria até 1988. Em 1907, seria fundada a Sociedade Beneficente Internacional União Operária. Em 1911, seria autorizada a construção do primeiro cemitério de São Caetano, na antiga Vila Paula, e com a divisão da Paróquia de São Bernardo em três, a capela de São Caetano, que até então fazia parte da Paróquia do Brás, seria anexada à Paróquia de Santo André. Em 1913, era fundada a Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo que, sete anos depois, teria o nome de Cerâmica São Caetano. Em 13 de junho de 1915, circulava o primeiro periódico de São Caetano, intitulado O Progresso, dirigido por Alfredo Moacyr de Godoy. Após o término da Primeira Guerra Mundial, São Caetano contabilizaria diversos habitantes oriundos de outros países europeus também, que fugiram dos escombros de um continente devastado. Em 1920, começava a funcionar o Cine Central, à rua Perrella, com

lotação para 900 pessoas. Em julho de 1924, tropas legalistas haviam ocupado São Caetano, com o objetivo de enfrentar a revolução chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes.

Em 1925, as condições do saneamento básico de São Caetano eram bastante precárias ainda, inclusive com o registro de vários casos de tifo. Dos 422 casos de mortalidade infantil registrados no Município de São Bernardo, 127 - ou seja, 30% - haviam ocorrido em São Caetano. Ainda no ano de 1934, a água potável era trazida por um vagão-tanque da São Paulo Railways, a SPR. Quem não podia usufruir deste benefício, contentava-se em cavar poço ao lado das fossas.

Em janeiro de 1928, era lançado o S. Caetano Jornal, de propriedade de Raymundo Ciriaco de Carvalho, cujo objetivo era lutar pela emancipação política de São Caetano. Em 31 de março desse ano, seria fundado o Partido Municipalista de São Caetano, que se empenharia pela emancipação, então frustrada. Era o ano em que funcionavam em São Caetano 25 olarias e 18 fábricas com capital superior a dois mil réis. A partir dos anos 40, acentuou-se também a migração de brasileiros dos mais diversos quadrantes do País para São Caetano, obedecendo à lógica - muitas vezes perversa - do processo de esvaziamento do campo e crescimento dos centros urbanos.

O segundo movimento de emancipação político-administrativa de São Caetano, que eclode depois do final da Segunda Guerra, acaba sendo bem sucedido. Afinal, o plebiscito resultante do confronto entre autonomistas (os chapas-brancas) e anti-autonomistas (os chamados chapas-pretas) assegura a São Caetano o direito de tornar-se Município independente de Santo André. Dois anos após a autonomia, em 1950, São Caetano contabilizava 60.200 habitantes.

Na verdade podemos verificar que existem momentos fundamentais na transformação da antiga Fazenda de São Caetano: em primeiro lugar, a criação do Núcleo Colonial, que insufla vida ao local, criando bases para o florescimento de uma pequena comunidade ativa sob o ponto de vista sócio-econômico e cultural; depois, a autonomia, que garantiria a possibilidade de a comunidade dirigir seu próprio destino, canalizando recursos com o objetivo de erigir uma cidade atípica no cenário brasileiro de profundos contrastes econômicos e sociais. É curioso verificar que o Núcleo Colonial São Caetano nascia sob o signo da revolta dos camponeses contra o governo da Província de São Paulo que não cumpria os deveres assumidos e o Município resultava da revolta dos moradores do subdis-

trito de Santo André, insatisfeitos com o tratamento recebido das oligarquias políticas que dominavam a região. Em pouco mais de meio século, São Caetano foi núcleo colonial, distrito do Município de São Paulo até 1889; distrito do Município de São Bernardo de 1889 a 1938; Segunda Zona do Distrito de Santo André entre 1938 e 1948 e, por fim, Município autônomo, cujas condições de vida ultrapassaram de longe, na média, a situação das cidades vizinhas.

A primeira cena de nosso passeio através dos caminhos do passado e do presente certamente remete ao futuro: hoje São Caetano é considerada uma espécie de cidade-modelo. Mas a realidade brasileira consegue congrega, ao mesmo tempo, a prosperidade de países minúsculos como a Bélgica, o desenvolvimento da tecnologia avançada capaz de competir com quase todas as nações industrializadas e grandes ilhas de pobreza, miséria mesmo, analfabetismo, camponeses sem terra. Por isso, alguns economistas nacionais, há pouco mais de década e meia, passaram a designar a este perverso fenômeno de Belíndia - mistura de Bélgica e Índia, nas mesmas proporções dos territórios daqueles dois países. É evidente que São Caetano integra a Bélgica deste processo. Diria mais: está no topo daquelas comunidades brasileiras que possuem padrão de vida comparável ao chamado Primeiro Mundo, seja em renda per capita, seja em infra-estrutura. Todavia, o Município não é uma ilha desligada da realidade regional ou nacional. Existem dados concretos a respeito do esvaziamento industrial do Grande ABC. Hoje predomina majoritariamente a área terciária, de serviços, isto é, cerca de 770 indústrias, de pequeno, médio e grande portes e mais de 3.800 estabelecimentos na área de serviços. Portanto, a mudança do perfil econômico de São Caetano deve produzir reflexão e ação conjuntas de governantes e governados para se tentar assegurar idêntico padrão de vida nas próximas décadas. Trata-se de um desafio considerável.

É enganoso supor que a desindustrialização (sic) seja um fenômeno inexistente. Ao contrário: a globalização da economia mundial, com a rápida expansão e flutuação de capital, soma-se a um cenário de ficção científica, isto é, ao cenário da robotização, da automação das fábricas, onde a mão-de-obra humana começa a tornar-se simples coadjuvante. Estamos testemunhando no planeta, com certeza, uma das mais profundas altera-

ções sócio-econômicas da História, cujos resultados devem ultrapassar, de longe, as conseqüências das duas grandes revoluções industriais. O que desconhecemos são os desdobramentos concretos, palpáveis, que isso deve produzir em nossas realidades social, econômica, política, etc. nas duas próximas décadas. É ilusório pensar que cada posto de trabalho perdido na indústria acabe sendo reconquistado no setor terciário. O que estamos vendo, inclusive nos países desenvolvidos, é a perversa combinação de desemprego estrutural (resultante da globalização da economia, grande concentração de capital e da automação industrial), redução de jornada de trabalho e salários e taxas inflacionárias crescentes. Fazer frente ao processo de desindustrialização é um dos verdadeiros calcanhares de Aquiles do Grande ABC na década que se vai esvaindo. Criar novos postos de trabalho dentro do Município implica, necessariamente, buscar uma política regional para fazer frente à desindustrialização crescente devido às malhas que vinculam a produção industrial do Grande ABC.

O que se está presenciando, dentro do Município e na região toda, é um crescimento da receita fiscal das cidades em virtude de fatores diversificados. De um lado, a Constituição de 1988 destinou mais recursos aos Municípios (junto com isso mais encargos também, é evidente). De outro lado, o realinhamento ou atualização da receita própria de uma cidade - sejam impostos ou simples taxas - implica recálculo do percentual de sua participação no bolo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (- ICMS), ainda a principal fonte de renda das cidades industrializadas. Mas isto não pode ser confundido com crescimento econômico.

De outro lado, os investimentos das últimas décadas em Educação e Saúde, que mostraram êxito e conquistaram o reconhecimento das Nações Unidas, seguramente devem continuar sendo a alavanca básica para a construção de uma realidade positiva no futuro, próximo ou distante. Face a sua localização geográfica no coração do maior parque industrial da América Latina e face às suas características sócio-econômicas, São Caetano possui uma vocação clara no sentido de tornar-se centro produtor e reproduzidor de tecnologia avançada.

O custo de manutenção de uma infra-estrutura completa e complexa, como a de São Caetano, requer investimentos consideráveis e contínuos. Além disto, o crescimento vertical desordenado pode levar, em menos de cinco anos, a uma deterioração da infra-estru-

tura, isto é, redes de água e esgotos, pavimentação asfáltica, e, ao mesmo tempo, à perda de vagas nas escolas e centros de saúde. O antigo núcleo colonial, onde as condições de vida e saneamento eram péssimas e continuavam ruins meio século depois, expandiu-se fisicamente no limite máximo de suas possibilidades. Agora, manter o patamar conquistado será o difícil desafio das próximas décadas.

(*) Aleksandar Jovanovic é jornalista, doutor em Lingüística, professor da Universidade de São Paulo e membro do Conselho-Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Bibliografia

Da Ros, Ido - L'economia vittoriese nella seconda metà dell'ottocento.

Vittorio Veneto,
Dario De Bastiani Editore, 1990.

Graham, Richard - Britain and the onset of modernization in Brazil (1850-1914). Cambridge,
Cambridge University Press, 1972.

Martins, José de Souza - Subúrbio (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha).

São Paulo: Hucitec: São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul; 1992;

Martins, José de Souza - Diário de fim de século (mimeo, inédito);

Médici, Ademir - Migração e Urbanização (A presença de São Caetano na região do ABC). São Paulo:

Hucitec: São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul; 1993;

Piratininga Jr., Luiz Gonzaga - Dietário dos Escravos de São Bento (Originários de São Caetano e São Bernardo).

São Paulo: Hucitec: São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul; 1991;

Simonsen, Roberto - História econômica do Brasil (1500/1820). 6ª ed., São Paulo,

Cia. Editora Nacional, 1969.

Villa, Deliso - Storia Dimenticata, Thiene, Editrice ANEA, 1995.

Omissões Históricas

(As mulheres de São Caetano)

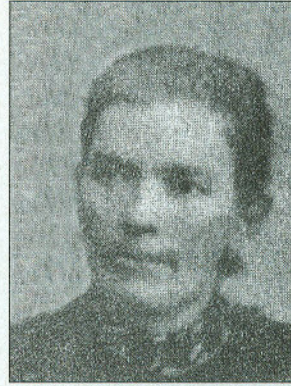
O professor José de Souza Martins, em seu magnífico livro *Subúrbio*, ao referir-se à história de São Caetano, diz que "... a História local é hoje produto de um esquecimento progressivo, ao invés de ser produto de uma lembrança consolidada, de uma reconstrução acumulada e documentada de informações e interpretações". Pondera que a História local, "... que é hoje reconhecida oficialmente e é oficialmente divulgada, é produto de uma interpretação fascista da História". E prossegue: "Isso não quer dizer que não seja uma história verdadeira. Ela é verdadeira e falsa ao mesmo tempo". Verdadeira na medida em que os fatos que a compõem, e são divulgados, são fatos geralmente verdadeiros, embora progressivamente diluídos numa interpretação que é cada vez menos História. Falsa em que inúmeros fatos, historicamente relevantes, acontecimentos do cotidiano pobre e difícil, são omitidos deliberadamente. Nessa concepção, são desqualificados tanto a memória quanto o cotidiano, isto é, a história vivida. Nela deixam de ser reconhecidas a eficácia e a legitimidade fenomênica da História na vida real dos seres humanos".

Face às ponderações de Martins, entendemos que a História local é produto de um esquecimento progressivo e deliberado. O Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa define a História como sendo a Ciência e Método que permitem adquirir e transmitir os conhecimentos através da tradição e/ou por meios de documentos relativos à evolução do passado da Humanidade.

A sua autenticidade depende de diversos fatores, como, por exemplo: por quem, em que circunstâncias, em que época, etc., é es-



Eugenia De Martini, esposa de Francesco De Martini, que veio na primeira leva de imigrantes para o núcleo colonial de São Caetano em 28 de julho de 1877



Magdalena Braido Rossi veio para o Brasil com os pais, Giuseppe Braido e Agata Coan, em 28 de julho de 1890. Foto de 1915.



Filomena Carnevalli Fiorot chegou ao Brasil em 1878. Era casada com Giacomo Fiorot, que veio para o núcleo colonial de São Caetano em 28 de julho de 1877

crita ou contada. Por isso, ela pode ser real ou falsa. A História real não pode falsear fatos ou personagens, sejam eles por quaisquer motivos - políticos, ideológicos, etc.- porque se torna inverossímil. As omissões históricas, deliberadas ou aquelas por falta de conhecimento, tornam-na incompleta e duvidosa.

Recordo-me que, em 1932, ano em que cursava o 1º ano no Grupo Escolar Senador Fláquer, nesta cidade, durante o período da Revolução Constitucionalista, em minha classe chegaram a ser ministradas aulas de História, na qual José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, o mártir do episódio histórico da Inconfidência Mineira, teria sido enforcado, porque teria traído sua Pátria, sublevando-se contra o regime em vigor da época. Por ilação, Joaquim Silvério dos Reis, seria o herói da Pátria. Para mim, que tinha Tiradentes como o herói daquela passagem histórica, conforme ensinamentos familiares,

aqueles novos ensinamentos causaram-me grande confusão. Não compreendia que vivíamos em um regime de exceção e que, para o governo, não interessava a divulgação da História verdadeira.

Recordo-me bem deste fato, porque a data de 21 de abril, para mim, era um dia de tristeza e ao mesmo tempo de alegria. De tristeza, porque era comemorada a efeméride do enforcamento de Tiradentes; de alegria, porque era o dia que se festejava a data do meu nascimento. Ainda bem que aquele ensinamento inverossímil não vingou, e a História tradicional se manteve inconteste.

Carlos Drummond de Andrade, em seu livro *O Averso Das Coisas* escreve assim sobre História. "História recente não é História, porque a presenciamos, e a antiga também não, porque não a testemunhamos". Outra frase do mesmo autor: "Se refletirmos que a História apenas registra um mínimo de acontecimentos, seremos inclinados a não levá-la a sério." Outra mais. "Há episódios comprovados na História em que a gente não consegue acreditar".

Essas definições irônicas, improváveis, que podem ser verdadeiras, demonstram como é difícil retratar-se, perfeitamente, qualquer episódio histórico. Na História de São Caetano, assim como em outras histórias conhecidas, as omissões de personagens e acontecimentos históricos relevantes se sucedem em certos períodos, desluzindo seu conteúdo histórico, tornando-o incompleto na sua essência.

Um episódio importante de São Caetano foi aquele que transcorreu durante o período da fundação do Núcleo Colonial de São Caetano e o transcurso da colonização imigratória.



Ana Perin Martorelli chegou em São Caetano em 1877. Faleceu em 21 de abril de 1942, com 76 anos



Marina Giacomini - chegou em São Caetano em 1889, como imigrante avulso junto com o marido, Giovanni Giacomini. Foto sem data



Luiza Coppini em foto de 1970

Acervo: Fundação Pró-Memória



Marina Giacomini, esposa de Giovanni Giacomini, vendia carvão; por isso, era alcunhada de "Carbonara". Foto de 1911

As narrativas históricas dos acontecimentos assemelham-se, fazendo-nos crer ser a História verdadeira. Porém, ao tratar dos personagens, dos imigrantes fundadores da colônia, as omissões se fazem transparecer, como se as personagens omitidas não tivessem participado do período histórico. Falseia a História quando omite as personagens representativas do sexo feminino. As esposas dos imigrantes fundadores-colonizadores do Núcleo Colonial de São Caetano.

É notório que Giovanni Moret (Moretti) foi um dos imigrantes fundadores do Núcleo Colonial de São Caetano, assim como os demais homens que vieram com a imigração. Porém, bem pouca gente sabe que veio para São Caetano, também a sua mulher, Giovanna Franzago, nas mesmas condições de imigrante; portanto, imigrante-fundadora-colonizadora do Núcleo Colonial de São Caetano.

Outras tantas personagens como Magdalena Rossi, Domingas Lott Dal Cin, Angela Gobbo Garbelotto, Angela Dal Cin, Augusta Bortoloni, Agata Coan, Arcangela Fabri De Nardi, Angela Pallú, Ninfa Gallo, Ana Perin, Prima Razzaghi Ferrari, Maria Pantallo, Maria Madella, Luigia Coppini, Rosa Fregeli Carnevalli, Tereza Peruch, Marcela Gennari, Luigia Baraldi, Filomena Carnevalli Fiorot, Catarina Braido, Tereza Braido, Eugênia De Martini, e tantas outras, cujos nomes não pudemos apurar.

Será que essas mulheres, que vieram para a colônia junto com seus maridos, que sofreram as agruras e as misérias da vida encontrada aqui, durante a colonização, que labutaram pesado, lado a lado de seus companheiros, não merecem um espaço na memória histórica da cidade?

Mais uma vez, peço permissão para citar o ilustre professor José de Souza Martins que, a respeito, assim se manifesta, na sua obra já citada: "Embora existam várias listagens dos nomes dos homens que fundaram o núcleo colonial de São Caetano, não existe uma única lista dos nomes de suas esposas...". Um exame dos artigos sobre a história local, publicados nos jornais do município ao longo dos anos, mostra alguma tendência no sentido de buscar informações históricas através de entrevistas com antigas moradoras do lugar." Nesse sentido há um certo reconhecimento da mulher como depositária da memória histórica da comunidade, o que acentua essa história de família". Ao mesmo tempo, porém, essa memória elege como herói da história local o homem, o chefe de família, provável resquício de uma era de forte dominação masculina no grupo familiar". Nessa complementaridade de opostos, a mulher aparece como testemunha e o homem como personagem".

Como já foi dito, a autenticidade da

História depende de diversos fatores. Por isso, o historiador, quando possível, ao escrever uma História ou um episódio de História, deverá ater-se a fontes tradicionais merecedoras de crédito e de documentação autêntica para que ela não se torne irreal ou falsa.

No episódio da história local que transcorreu na época do movimento emancipacionista, foram omitidas diversas personagens que tiveram ligações com aquele movimento. No entanto, seus nomes, desconhecemos as razões, não constam como colaboradores da referida conquista. Autonomistas, no conceito geral, foram todos aqueles que, no dia do plebiscito, colocaram suas cédulas sim nas urnas, pois, foi a soma dessas pingadas decisões que transformaram o sub-distrito de Santo André no Município de São Caetano do Sul.

A história contada, no entanto, privilegiou alguns, esquecendo outros. Ao ser revivido o ideal da emancipação, em 28 de julho de 1946, pelo Jornal de São Caetano, até a data da realização do plebiscito, muitas opiniões e celeumas se originaram, formando as correntes dos pró-emancipação e a dos contras.

Governava o município de Santo André, nessa época, o senhor Antonio Fláquer, notário do Cartório de Registro Civil de São Caetano que, no ano de 1929 [ano da primeira tentativa para emancipar São Caetano], ocupava o cargo de segundo-secretário do diretório do Partido Municipal de São Caetano, entidade política criada especialmente para lutar pela emancipação de São Caetano.

Na disputa política para a separação, os pró-emancipação que deveriam votar com a chapa do sim foram denominados de chapas brancas e, os contrários à emancipação, que deveriam votar com a chapa não, alcunhados de chapas pretas.

Após a realização do plebiscito, cujo resultado foi favorável à chapa do sim, pela contagem de 8.463 votos contra 1.029, São Caetano caminhava a passos largos para a sua autonomia. Legalmente criado o Município pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, foi marcada a data para as eleições para prefeito e vereadores. Como candidatos para

prefeito foram apresentados o médico José Luiz Fláquer Netto, radicado nesta cidade, e o engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino, industrial da região.

José Luiz Fláquer Netto, candidato da coligação partidária PTB, PDC, PTN, apoiado pelo PC, que na época se constituía à margem da lei, logo de início da campanha eleitoral foi acusado de estar a serviço de Santo André, só porque era sobrinho do prefeito daquele Município. As acusações eram improcedentes e facciosas, pois a autonomia do município já havia se concretizado e as eleições marcadas eram para, justamente, eleger o governo que iria governar e administrar os seus problemas peculiares.

Realizadas as eleições, José Luiz Fláquer Netto foi derrotado e, da coligação dos três partidos legais e um ilegal, apenas três candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro, conseguiram eleger-se: Oswaldo Samuel Massei, Vitorio Marcucci e Alfredo Rodrigues.

O engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino, pessoa de grande prestígio moral, foi escolhido pela maioria dos autonomistas para a disputa do cargo de prefeito, passando com esse apoio ser considerado o candidato da situação; José Luiz Fláquer Netto, por ser sobrinho de Antonio Fláquer, candidato da oposição, chapa-preta.

Muitos candidatos a vereador, que participaram pelas legendas dos partidos PTB, PDC, PTN, e que apoiaram José Luiz, não tiveram sorte diferente do candidato a prefeito, embora muitos deles tivessem sido autonomistas de coração e de voto, foram alcunhados de chapas pretas, marginalizados e seus nomes omitidos na História do episódio do movimento da emancipação de São Caetano do Sul (*Henry Veronesi*).

Notas

1 - Martins, José de Souza - Subúrbio. Vida Cotidiana e História do Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, no fim do Império ao fim da República Velha. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal; São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

2 - Famílias Ilustres e Tradicionais de S. Caetano do Sul - Volume I, Revista LP Promoções e Publicidade SC Ltda.

3 - Drummond de Andrade, Carlos - O avesso das Coisas (Aforismos), Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.

4 - Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

5 - Raizes, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (várias edições da revista).

Aniversário de metalúrgica revela passado de duas famílias

Arquivo William Pesinato

No ano em que a Fábrica de Artefatos Metalúrgicos Itá (Fami-Itá) comemora 81 anos de fundação, os moradores mais antigos da cidade, ao comentarem sobre a metalúrgica, recordam imediatamente de três figuras ligadas diretamente à empresa: Romeu Masini, Mateus Constantino e Concetto Constantino, personagens cujas vidas fundiram-se ao crescimento e desenvolvimento de São Caetano do Sul, tendo estado os três envolvidos com movimento de emancipação do Município.

No entanto, para melhor compreender alguns fatos ocorridos há quase meio século, socorremo-nos de descendentes já da quarta geração, no intuito de criarmos um painel mais definido, afastando as névoas do passado. Graças ao bisneto de Romeu Masini, Willian Pesinato, tentaremos reconstituir, de maneira artesanal, o passado de seus familiares.

Formado engenheiro mecânico, Willian Pesinato sempre esteve ligado à Fami-Itá e, na recomposição de fatos através de lembranças e do relato oral de sua avó, Josephina Constantino, e da tia Odete Masini De Lucca, o mosaico moldou-se lentamente. Segundo o bisneto, foi através desses relatos junto à *famiglia* que surgiu a vontade maior de reunir documentos e fotos que pudessem recuperar alguns fatos que remontam a um período imediatamente posterior à Proclamação da República, em 1889.

“Além do espírito aventureiro e da força de vontade...”

E, graças aos recursos dessa máquina do tempo impulsionada pela memória, chegamos ao ano de 1890. Nesse período, que marca o final da Monarquia e a chegada da República, ocorrem transformações no Brasil que irão marcar a composição étnica de nosso povo, principalmente nas regiões sudeste e sul do País. Começam a chegar os imigrantes italianos, e entre eles encontra-se Romeu Masini. Nascido em 19 de abril de 1868, na cidade de Bolonha, norte da Itália, Masini está com cerca de 22 anos e traz, além de uma esperança muito grande, sua esposa Margarida Lerda, natural de Torino. Além do espírito aventureiro e da força de vontade de vencer, a chegada do casal na verdade guarda *una storia d'amore*. De acordo com relatos de familiares, Margarida Lerda era proveniente de uma família rica (de origem nobre), e o romance iniciado na Itália entre Romeu Masini e a jo-



Romeu Masini, logo após sua chegada ao Brasil em 1890



Tosca Masini, filha de Romeu Masini, viúva de Antonio Causolari



Odete Angelina Masini, filha de Romeu Masini, depois sra. Vicente De Lucca



Casamento de Elvira Constantino Barone e Vicente Barone, em 5 de dezembro de 1918



Casamento de Agata Constantino Pesinato (avós de Willian Pesinato) e Attilio Pesinato, provavelmente em 1920

vem Margarida, desde o início não contou com a aprovação do pai de Margarida, que se opunha ao casamento.

Dessa maneira, o jovem casal aporta no Brasil quase na condição de fugitivos, uma vez que o pai da moça havia rompido com ela, por ter sua vontade contrariada. Ao chegar ao novo País, Romeu Masini e Margarida Lerda se instalam no bairro do Brás, próximo ao Centro de São Paulo, que na época era um reduto da colônia italiana.

“De acordo com Willian Pesinato, há uma forte suspeita que nessa época...”

Logo depois de conseguirem arrumar uma moradia, Romeu Masini trava relaciona-

mento com Concetto Constantino, natural de Catânia, que tinha um armazém localizado próximo à residência do casal. Inicialmente, Masini começa a amolar facas na rua, e, segundo relato dos familiares, a atividade era nova em São Paulo, uma vez que poucas pessoas tinham habilidade nessa área.

Esforado como todo imigrante, depois de algum tempo, ele consegue reunir um pequeno capital e aluga um armazém à Avenida Rangel Pestana, nº 206. De acordo com Willian Pesinato, há uma forte suspeita que nessa época o casal já tivesse a primeira filha, Josephina Masini, nascida em 1901. As outras duas moças, Tosca e Odete, nascem respectivamente em 1903 e 1910.

No armazém, além de amolar facas, Romeu Masini começa a ampliar o negócio,

consertando facas que se quebravam. A idéia gera bons frutos, e, passando alguns anos, o imigrante consegue juntar dinheiro suficiente para retornar à Itália para rever parentes. Essa viagem ocorre entre os anos de 1905 e 1910.

Nesse primeiro *ritorno*, o futuro industrial reforça o conceito constantemente repetido pelos imigrantes: *scarpe grosse, ma cervello fino* (sapatos grossos, mas cérebro vivaz). Assim ele faz alguns contatos na Europa, onde consegue folhetos e catálogos que traziam ilustrações sobre enfeites de metal para vasos que eram colocados sobre as mesas, além de apetrechos de barbeiro, como suportes para aparelhos de barba e borrifadores de água.

Na Itália, Masini convida o irmão Armando a vir com ele para o Brasil. Ele aceita o convite, mas acaba se instalando no Rio de Janeiro, porque conheceu uma moça de lá, com quem se casou. Armando monta uma fábrica na capital do Brasil (A.Masini), onde passa a produzir cafeteiras industriais e bombas para sucos, além de vitrines para bar.

“Margarida Lerda falece, por volta de 1920. As causas da morte não são muito...”

Na terra dos ancestrais, Romeu Masini procura o sogro e tenta reconciliar-se. Apesar desse encontro, Margarida Lerda não mantém mais contato com os familiares. Mesmo com os negócios progredindo, um fato vem abalar a tranquilidade do imigrante: Margarida Lerda falece, por volta de 1920. As causas da morte não são muito claras, porém os parentes acreditam que o isolamento e a *malinconia* teriam provocado o falecimento precoce.

Passado algum tempo, Romeu Masini passa a morar com Maria Sanchez, com quem nunca se casou, e que se torna a madrastra de Josefina, Tosca e Odete. Preocupado em inovar e manter seus negócios atualizados, Masini passa a viajar para a Europa todo ano, já que ele sempre trazia um objeto de cutelaria ou instrumental médico-hospitalar, como pinças, tesouras e bisturis. Essa prática deu novo impulso aos negócios, o que motivou a abertura de uma loja (alugada) na avenida São João, nº 3 - local hoje onde se encontra o tradicional Prédio Martinelli. Para tomar conta dos dois estabelecimentos, Masini coloca as filhas nesse trabalho.

“Sem desanimar, o industrial resolve montar a fábrica...”

Com a eclosão da Primeira Grande Guerra, em 1914, as viagens de Romeu Masini foram interrompidas. Dessa maneira, o contato com as empresas alemãs que eram



Um vendedor de instrumentos de cutelaria, junto com Romeu Masini (data desconhecida)

mais avançadas no setor de metalurgia, cessa de uma vez. Sem desanimar, o industrial resolve montar a fábrica em São Caetano.

De acordo com Willian Pessinato, existem três hipóteses para explicar a escolha: facilidade para adquirir o terreno; presença da colônia italiana; fácil acesso a outros centros devido à proximidade da estrada de ferro São Paulo Railway.

Fundada em 1915, a fábrica ficava a 50 metros da estação ferroviária, e, até o ano de 1985, ela se encontrava ao lado da Refinaria de Óleos Brasil. Nessa época, logo após a instalação da fábrica, Matheus Constantino, filho de Concetto Constantino, vem trabalhar na nova empresa.

“Em 1928, Matheus já era casado com Josephina, filha mais velha de...”

Há uma forte suspeita de que ele estivesse desempregado; daí ter partido o convite de Romeu Masini. No entanto, Matheus Constantino era mais ligado ao ramo artístico, já que cantava óperas, sendo que algumas vezes encenava peças teatrais. Com isso, ele acaba fundando a Sociedade Príncipe di Napoli e o Clube Ideal. Até aquele momento, fica a impressão de que o trabalho na fábrica era mais um bico.

Porém a morte de Romeu Masini, aos 59 anos, ocorrida em 1928, vem alterar o curso dos fatos. De acordo com relatos médicos, a morte do industrial teria sido provocada por uma doença pulmonar. Isso acaba encerrando os boatos, surgidos na época, de que ele houvesse contraído algum tipo de moléstia na Europa. Essa suspeita havia sido levantada inclusive pelas filhas Josephina e Odete, porém Willian Pesinato descarta essa hipótese, uma vez que já havia passado muito tempo

desde a última viagem de Romeu Masini ao continente europeu (a última viagem tinha sido realizada pouco antes de 1914).

“Outra versão diz que Romeu Masini já fazia esse trabalho de contato...”

Com a morte de Romeu Masini, Matheus Constantino se vê obrigado a assumir a direção da fábrica. Para auxiliá-lo, chama o irmão Salvador. Em 1928, Matheus já era casado com Josephina, filha mais velha de Romeu Masini. Segundo os parentes, ele se havia *innamorato* da moça, que acabou se casando com apenas 16 anos. Matheus Constantino naturalizou-se brasileiro e teve três filhos: Concetto, Marieta (mãe de Willian Pesinato) e Margarida.

Com o passar do tempo, Salvador Constantino foi aprendendo o trabalho da fábrica. Era muito hábil e em pouco tempo já gerenciava os negócios da família. Segundo Willian Pessinato, os artigos que ainda hoje são fabricados pela Fami-Itá tiveram origem logo depois de Matheus ter assumido o controle da empresa.

Salvador Constantino, em seus relatos, revela que os clientes já sabiam da existência da fábrica e faziam pedidos. Outra versão diz que Romeu Masini já fazia esse trabalho de contato com os clientes, o que põe em dúvida esse momento de transição.

Consta nos relatos da época que a fábrica confeccionava os artigos mediante pedidos de clientes, uma vez que não era uma produção seriada. De acordo com as lembranças de Josephina Masini, foi um período difícil. Não há relatos precisos, mas se supõe que a casa da família chegou a ser hipotecada. Os motivos dessa crise momentânea não são muito claros, mas vão desde a falta de matéria-prima até o desmembramento do patrimônio deixado por Romeu Masini. Isso é reforçado pelo casamento de Tosca Masini que se casa com Antonio Soares de Souza.

“Em virtude da Segunda Guerra Mundial, a empresa alemã encerra suas...”

Odete Masini casa-se com Vicente De Lucca, que também trabalhou algum tempo na fábrica. Dessa maneira, algumas propriedades da família são vendidas para partilha dos herdeiros, além da saída de Tosca e Odete da sociedade, o que enfraquece financeiramente a fábrica.

Nesse momento de profundas transformações ocorre a transição de comando da indústria, passa da família Masini para a família Constantino. Já em 1945, Concetto

Constantino (Tino) trabalhava na Bayer como representante. Em virtude da Segunda Guerra Mundial, a empresa alemã encerra suas atividades no Brasil.

Devido a esse fato, Tino vem trabalhar com o pai e ocorre um maior impulso na produção da Fami-Itá. Tem início a produção seriada, havendo uma visão mais industrial com visitas regulares aos clientes, provocando novos pedidos. Começam a ser produzidos novos artigos médicos-hospitalares como esterilizadores, cubas, bandejas, baldes, papagaios, etc.

Com o falecimento de Tino em 1989, Wellington Pesinato, marido de Marieta Constantino, começa a integrar-se de maneira mais concreta aos negócios da fábrica. Segundo Willian, ele sempre fazia a contabilidade da firma, trabalhando também para a Tecelagem Urca (SP), Estamparia Graziani, Usina Santa Olímpia (ligada ao Grupo Pirâmides Brasília).

“Porém, apesar da preocupação do avô em ter familiares...”

Como Wellington havia se aposentado há pouco tempo, seu trabalho na Fami-Itá se intensifica. Pouco tempo depois, em agosto de 1991, Willian Pesinato e Alexandre Nardi, bisneto e tataraneto de Romeu Masini, vêm juntar-se à empresa familiar.

Willian Pesinato, formado engenheiro mecânico, começou a trabalhar na Fami-Itá desde a época da faculdade (2º ano). Porém, apesar da preocupação do avô em ter familiares na continuidade da empresa, o tradicionalismo, segundo Willian, impede a permanência do futuro engenheiro na fábrica. Ele conta que devido à sua juventude, qualquer idéia apresentada não era aceita.

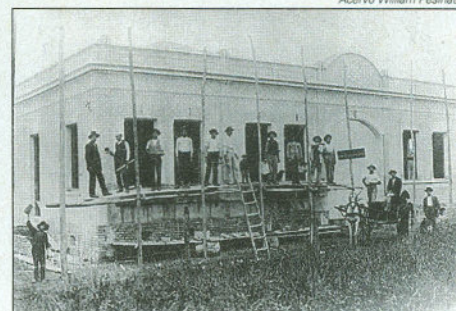
Porém isso serviu para encorajá-lo, levando-o a procurar especialização em vários setores através da realização de cursos. Após a saída da Fami-Itá, Willian vai trabalhar na área de alimentos. No entanto, algum tempo depois, Wellington Pesinato organiza uma reunião com a família, onde pede a presença do filho para auxiliá-lo.

Com a chegada de Willian Pesinato e Alexandre Nardi, tem início uma fase de remodelação da Fami-Itá, que vai desde a informatização, trabalho de consultoria e cursos de adaptação de funcionários. Essa mudança de rumo começa a surtir efeitos com a participação da empresa na Expo-Saúde no Anhembi, e outra no Center Norte.

As dificuldades do setor de Saúde que dependem basicamente dos investimentos do governo, tem direcionado a Fami-Itá para outros mercados, como saída para contornar a crise. Porém, baseado nos ideais do visioná-



Obras e empregados durante a construção da fábrica, entre 1914 e 1915



rio Romeu Masini, há quase um século, a empresa procura manter o vínculo familiar também com seus empregados.

Isso fica comprovado com a baixa rotatividade na empresa, já que existem empregados com mais de 30 anos de casa e um que comemora 50 anos. É um dado a mais para manter vivas a força de vontade e espírito de luta que caracterizam a epopéia de um imigrante que conseguiu transformar um sonho em realidade.

Matheus Constantino e Concetto Constantino

Matheus e Concetto Constantino podem ser lembrados pela participação direta na luta pela emancipação político-administrativa de São Caetano. Matheus, falecido em 22 de setembro de 1979, foi o único morador de São Caetano a participar dos movimentos de 1928 e 1948, segundo levantamento da coordenadora do Museu de São Caetano, Sonia Xavier. Natural da cidade de Catânia, sul da Itália, ele mudou-se para São Caetano em 1915. Era industrial, e aqui montou uma indústria de artefatos chamada Itá, especializada em material hospitalar. Cidadão atuante e bastante integrado à comunidade, Matheus Constantino, durante 15 anos, foi juiz de Paz em São Caetano. Segundo sua esposa, Josefina Massini Constantino, nunca recebeu

pelo trabalho; no máximo ganhava presentes na forma de queijos e frangos.

Primogênito de Matheus Constantino e Josephina Massini Constantino, Concetto Constantino nasceu no dia 21 de agosto de 1918, em São Paulo. No entanto, viveu toda a sua vida em São Caetano, até o falecimento em 8 de janeiro de 1989.

Em 1932, então com 14 anos e sendo es-coteiro, por requisição policial, ficou à disposição da polícia local, tendo contribuído também com a Revolução Constitucionalista. Cinco anos depois, trabalhando como viajante-vendedor e propagandista científico, segundo relato de seus familiares, permaneceu até 1942 na Química Bayer. Em 1944, ingressou na Fábrica de Artefatos Metalúrgicos Itá Ltda, primeiro como sócio-minoritário, e posteriormente como sócio-majoritário trabalhando como gerente-geral.

Passados quatro anos, em 1948, através de sua atuação no movimento autonomista, ele-gueu-se vereador em 1949 pela legenda PSP-PR. Reelegeu-se para o mesmo cargo em 1952, 1957 e 1961. Dentro da vida política foi presidente da Câmara Municipal de São Caetano por quatro vezes, durante os exercícios de 1951, 1957, 1958 e 1961. Exerceu também interinamente o cargo de prefeito no período compreendido entre 15 de junho e 30 de julho de 1951 (*Flávio Ficarelli*).



Willian Pesinato, neto de Constantino, trabalhou durante um período de sua vida na empresa. Porém, segundo ele, afastou-se devido ao tradicionalismo



Matheus Constantino



Folheto de propaganda da candidatura de Concetto Constantino em 1957

Vera Cruz: do Planalto para as telas do mundo

Acervo: Revista Nosso Século

Antonio de ANDRADE (*)

Foi em parte. Exatamente em 28 de dezembro de 1895. No todo 38 curiosos espectadores pagaram ingresso para assistir, no Grand Café do boulevard des Capucines, a uma série de projeções de fotografias animadas, cada uma durando não mais de um minuto e mostrando cenas triviais: um trem chegando à estação, operários saindo da fábrica, ondas do mar, uma criança sendo alimentada... Era a primeira exibição pública e paga do genial invento de dois irmãos franceses - Louis e Auguste Lumière - que deram a ele o pomposo nome de cinematógrafo. Estava inventado o cinema. O mundo não seria o mesmo desde então. No livro da História da humanidade um novo capítulo era iniciado. A época da diversão em massa começava. Todavia nascia desacreditada pelo próprio criador. Abordado após a primeira exibição por um espectador maravilhado pelo que terminara de assistir, interessado em adquirir um aparelho daqueles, Louis Lumière foi taxativo: "Esqueça; trata-se de um invento sem nenhum futuro comercial". Um ano após, o cinema estava difundido pelos quadrantes do planeta. Inclusive no Brasil, onde ficou registrada, na edição de 17 de agosto de 1896 do jornal *O Estado de São Paulo*, a ocorrência no dia anterior de uma sessão do fotografia animada com a presença do presidente do Estado de São Paulo e alguns convidados.

Um século depois comemora-se o centenário do importante invento, motivo pelo qual *Raízes* pretende, com este artigo, recuperar parte da contribuição brasileira neste processo, em especial a participação do Grande ABC e que aconteceu em São Bernardo do Campo: a Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

Oficialmente, a Vera Cruz surgiu no dia 4 de novembro de 1949, quando no 10º Tabelionato da cidade de São Paulo foi lavrada escritura pública de constituição de uma sociedade anônima, no valor de 7,5 milhões de cruzeiros, tendo por objetivo "a indústria de filmes cinematográficos (...) que se denominará Companhia Cinematográfica Vera Cruz". O capital, constituído por 750 ações ao portador, ficou dividido entre nove acionistas, cabendo ao Sr. Franco Zampari 390 ações, e ao Sr. Francisco Matarazzo



Vista externa dos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em foto de 1953

Sobrinho, 280 ações. A primeira diretoria substituída ficou assim formada; diretor-presidente, Francisco Matarazzo; diretor vice-presidente, Franco Zampari e diretor-superintendente, Carlo Zampari.

A cota de capital, subscrita por Francisco Matarazzo Sobrinho [mais conhecido por Ciccillo], correspondia a um terreno localizado em São Bernardo do Campo, com 30.077 metros quadrados, "plano, firme e seco (...) no qual acham-se contruídos oito barracões e uma casa de moradia (...) construções de padrão inferior". Nestes mesmos barracões, anos antes, Ciccillo tentara implantar uma granja-modelo e que resultou em enorme prejuízo. Uma doença dizimou toda criação. O local que serviria de palco para as filmagens e alardeado na abertura das projeções como "do Planalto abençoado para as telas do mundo" era considerado problemático, por antigos moradores, que mencionavam uma secular maldição, lançada pelo cacique Tibiriçá, amargurado pela invasão de suas terras pelos colonizadores. Segundo a lenda, naquelas terras, nada frutificaria, amaldiçoara o sogro de João Ramalho.

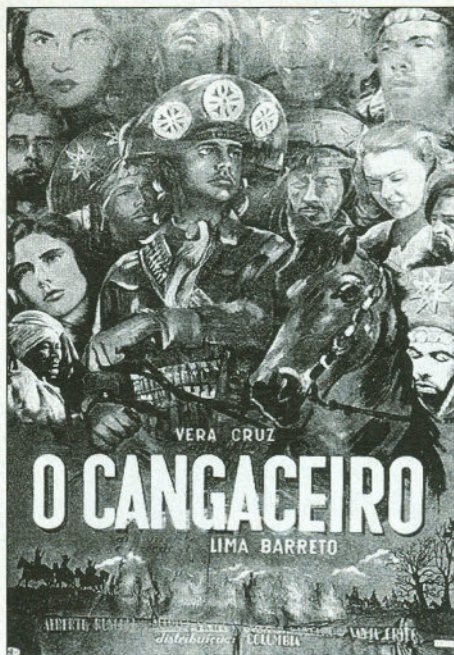
"Ciccillo tentara implantar uma granja... resultou em prejuízo..."

Nascia a Vera Cruz num momento muito especial da cidade de São Paulo e arredores, palco de inúmeras manifestações culturais, no bojo do processo de redemocratização do

país, com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra. É o período de ufanismo, quando São Paulo alcança a dianteira do processo de crescimento e modernização do país. É a São Paulo que não pode parar. É a cidade que mais cresce no mundo. Tudo parecia acontecer e dar certo naqueles anos mágicos do início da década de cinquenta.

Multidões afluíam aos cinemas. As salas de exibição multiplicavam-se pelos bairros, constituindo programa obrigatório das famílias. A televisão não passava de uma ficção futurista, daquelas dos seriados de Flash Gordon, e que em breve por aqui desembarcaria pelas mãos de Assis Chateaubriand. Mas, durante sua primeira década de existência, a TV não constituiria concorrência para o cinema, este sim, o veículo de comunicação popular das grandes massas. O cinema brasileiro da época resumia-se nas precárias comédias carnavalescas cariocas - estreladas por artistas como Oscarito, Grande Otelo, e Eliana Macedo, Zezé Macedo e tantos outros. O público formava quilométricas filas para acompanhar esses filmes, recheados pelos sucessos musicais do momento, interpretados pelos grandes astros dos programas de auditório. Ir ao cinema, além de tudo, era a única oportunidade de ver os nomes famosos do rádio conhecidos, unicamente, pela voz.

Franco Zampari (1898-1966) chegou ao Brasil em 1922, a convite de Ciccillo Matarazzo (1898 - 1977), seu companheiro de bancos escolares na Itália. No Rio de



Cartaz do filme *O Cangaceiro* dirigido por Lima Barreto. O filme ganhou o prêmio especial do júri para o melhor filme de aventuras, no Festival de Cannes, França, em 1953

Janeiro foi comandar diversos empreendimentos do grupo Matarazzo. Competente administrador, fez fortuna e passou a investir na sua paixão: o teatro. Vem para São Paulo e dedica-se à idéia de criação de uma companhia de teatro, constituída em nível compatível às melhores da Europa. Nasce, assim, em 11 de outubro de 1948, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Para suprir a carência de profissionais habilitados no mercado brasileiro, contrata, na Itália, um contingente de técnicos, cenógrafos e diretores, que irão constituir no meio cultural paulistano a Piccola Itália.

“Vinhã de uma Itália empobrecida pela guerra e encontram...”

Nomes como Aldo Calvo (autor dos painéis existentes no cine Vitória até a sua divisão em duas salas), Adolfo Celi, Luciano Salce, Ruggero Jacobbi, Flaminio Bollini, Gian Ratto, e muitos outros, encontraram por aqui um amplo círculo de conterrâneos, um ambiente cultural fervilhante, uma cidade extravasando vitalidade e um horizonte profissional apontando para o infinito. Vinham de uma Itália empobrecida pela guerra e encontravam aqui oportunidades inexistentes na Europa, embora o contexto cinematográfico estivesse passando o cinema italiano pela mais profunda transformação de sua história: o neo-realismo, um cinema pobre, feito a céu aberto, com artistas amadores e restos de filme virgem deixados pelas tropas americanas.



Cartaz do filme *Angela*, dirigido por Tom Payne, em 1951, com os atores Eliane Lage e Alberto Ruschel

Não era este o estilo escolhido pelos italianos que para cá vieram. Curiosamente, seria o neo-realismo italiano o rinde estimulador de uma corrente cinematográfica que surgiria no Brasil, no final da década de cinquenta, e que causaria impacto mundial: o Cinema Novo. Surgia assim a Vera Cruz orientada para o estilo de cinema em declínio e cuja concepção melodramática encontrava forte concorrência da produção argentina e mexicana que ocupava importante parcela do mercado exibidor brasileiro.

Em setembro de 1949 desembarcava no Brasil, após mais de 30 anos de ausência, o cineasta brasileiro Alberto Cavalcanti, para uma série de conferências no Museu de Artes de São Paulo. Ironicamente, Cavalcanti aqui estava a convite do maior antagonista do grupo Matarazzo, Assis Chateaubriand (1891 - 1968) que, bem a seu modo, irá fustigar, através dos Diários Associados, os trabalhos da Vera Cruz.

Cavalcanti (1897 - 1982) é considerado um dos maiores nomes do cinema de vanguarda europeu. Sua passagem pelo cinema documentário da Inglaterra foi fundamental e responsável pelo criativo período do pós-guerra. Sua importância está registrada nos mais renomados compêndios da História do cinema mundial.

Ficaria seis anos no Brasil, os piores de sua vida, como deixaria registrado posteriormente em suas memórias. Acompanhado de Zampari e Ciccillo, vem a São Bernardo do Campo para conhecer as futuras instalações da Vera Cruz, fica entusiasmado e aceita um



Cartaz do filme *Appassionata*, dirigido por Fernando de Barros, em 1952, com Tônia Carrero e Anselmo Duarte

contrato de quatro anos para ser o produtor geral. Seu nome, de fama internacional, transfere confiabilidade e possibilita a vinda de inúmeros técnicos europeus de renome, que jamais imaginariam vir ao Brasil fazer... cinema. Com a Universal e Columbia Pictures, Cavalcanti adianta contratos para a distribuição mundial dos filmes que iria fazer. O diretor/produtor via com clareza a impossibilidade de, somente o mercado interno, cobrir os custos das produções que estavam sendo planejadas. O mercado distribuidor nacional estava oligopolizado por algumas poucas distribuidoras norte-americanas, que ficavam com quase 70% da bilheteria. Mais grave era o fato de uma entrada de cinema na época custar mais de 5 centavos de dólar (hoje custa, em média, 5 dólares, ou 100 vezes mais), fruto da política populista de Getúlio Vargas, que era levar o maior número possível de pessoas aos cinemas, onde nunca faltava o cinejornal enaltecendo as realizações do caudilho gaúcho.

“O mercado nacional estava oligopolizado por algumas poucas...”

A passagem de Cavalcanti pela Vera Cruz seria rápida e tumultuada, dois filmes concluídos no período de um ano: Caiçara e Terra é Sempre Terra e uma produção em andamento Angela. Brigas constantes com Carlos Zampari - a quem acusava de nada entender de cinema e de ser perdulário e perfeccionista extremado - levaram-no à demis-

são. Abílio Pereira de Almeida comentava, com humor, o fato de ter repetido 40 vezes uma cena perigosa que jamais ficou como queria Cavalcanti e o fato de seus filmes consumirem 80.000 metros, quando a média era de 6.000 metros de filme. Amargurado e revoltado, Cavalcanti monta a sua própria produtora - Kio Filmes - que, após dois filmes, acaba falindo. A crise, com a saída de Cavalcanti em 1951, é a primeira de uma série que acompanhará nossa fábrica de sonhos até seu fechamento em 1954.

O lançamento das duas primeiras produções da Vera Cruz produz grande impacto junto ao público e, em especial, à crítica. Esta última divide-se entre os chamados conservadores que elogiam a qualidade técnica e a temática universal dos filmes. Por outro lado, os progressistas denunciam a falta de estilo, típica de uma produção industrial num meio não preparado para tal e distanciado da realidade brasileira. Num único ponto todos concordavam: o salto técnico era impressionante. Pela primeira vez assistia-se a um filme nacional com qualidade técnica elevada. O espectador, finalmente, entendia e conseguia ouvir com clareza as falas de artistas brasileiros.

Em 1952 vamos encontrar a Vera Cruz funcionando em plena capacidade. Lança no mercado cinco filmes: uma super produção que levou mais de um ano de produção, Tico-Tico no Fubá, com Anselmo Duarte e Tônia Carreiro. O sucesso foi enorme, o retorno de bilheteria compensador. Dois filmes baratos contando com o carismático

Mazzaropi - Sai da Frente e Nadando em Dinheiro - deram grande lucro e apontavam para um caminho, o personagem brasileiro típico, o caipira imigrante e os desacertos com a vida metropolitana. O filão não foi explorado; os estrangeiros da Vera Cruz não entendiam o humor de Mazzaropi, não achavam graça nas expressões e falas que levavam a platéia ao delírio e, acima de tudo, repudiavam as constantes improvisações do ator em cena. Os outros dos filmes foram *Appassionata* e *Veneno*. Típicos dramalhões da época, influenciados pelas radionovelas e pelos lacrimados produtos que o cinema mexicano, italiano e argentino despejavam em nosso mercado.

Os elevados custos de produção, os contratos milionários, os longos períodos de filmagem, a distribuição dos filmes nas mãos da concorrência, tudo sinalizava o insucesso da empreitada. Mas, num curto prazo e por um período de dois anos, a empresa chegaria ao apogeu.

“Típicos dramalhões, influenciados pelas radionovelas e pelos...”

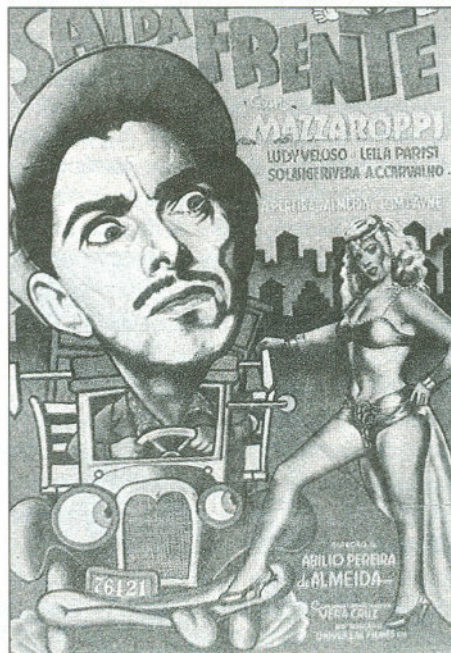
Em 1953, o sonho de Campari parecia estar concretizado, isto é, o objetivo de produzir e lançar seis filmes estava sendo atingido: *Uma pulga na balança*; *A família Lero-Lero*; *Esquina da Ilusão*; *Luz Apagada* e duas produções de enorme bilheteria nacional e inter-

nacional, *Sinhá-Moça* e *O Cangaceiro*. Estes últimos colocariam em destaque o cinema da Vera Cruz nos exigentes circuitos europeus, além de trazer para o Brasil sua primeira grande premiação internacional, o prêmio de melhor filme no Festival de Cannes para *O Cangaceiro*. Este último era obra pessoal de uma contravertida personagem: Lima Barreto (1906-1982) um cineasta e jornalista paulista, quase sempre desacreditado e tido por maluco pelos estrangeiros empoleirados nos estúdios de São Bernardo. Em 1952, Lima Barreto arremata importante prêmio no Festival de Veneza com seu curta metragem *Santuário* e, conhecedor da crise que começa a rondar a empresa, convence um importante credor da Vera Cruz a pressionar a diretoria a autorizar a filmagem de seu projeto. Para fugir das críticas dos estrangeiros e os problemas que sucediam em São Bernardo, leva toda produção para sua cidade natal, Casa Branca, no Interior de São Paulo e lá fica por intermináveis nove meses, longe das crises, dos estrangeiros, consumindo 750.000 dólares, envolvendo-se em brigas que recheavam as colunas sociais e até policiais da imprensa de São Paulo. Premiado em Cannes, o filme fatura, só no mercado brasileiro, 1,5 milhões de dólares. Caberiam à Vera Cruz apenas 500.000 dólares deste total, pouco mais da metade do custo do filme. A receita no exterior chegou a uma dezena de milhões de dólares, foi considerado uma das maiores bilhete-

Arquivo: Revista Nosso Século



Cartaz do filme *Sinhá-Moça*, dirigido por Tom Payne e diálogos de Guilherme de Almeida, em 1953, com Anselmo Duarte e Eliane Lage



Cartaz do filme *Sai da Frente*, dirigido por Abílio Pereira de Almeida lançando o cômico Mazzaropi, na figura do tradicional caipira brasileiro



Cartaz do filme *Uma pulga na balança*, dirigido por Luciano Salce, em 1953, com os atores Waldemar Wey e Gilda Nery

rias da Columbia Pictures na década de cinqüenta. A Vera Cruz não receberia um dólar desta receita. A comercialização internacional pertencia à Columbia, que adiantara recursos para que os estúdios de São Bernardo continuassem em atividades. Assim o maior sucesso da Vera Cruz tornou-se, irônicamente, seu maior prejuízo.

No auge do sucesso, a Vera Cruz está financeiramente quebrada. O mesmo acontecendo com Zampari. Acreditando na possibilidade de continuidade do projeto, dispõe de sua fortuna pessoal, e acabou perdendo tudo. O depoimento de sua esposa para Maria Rita Galvão é contundente: “Nós levávamos uma boa vida (...) Nossa casa era muito grande e agradável, eu tinha tempo, gosto e dinheiro para poder levar vida de sociedade (...) A Vera Cruz foi um sorvedouro, um Moloch que consumiu tudo que era nosso, inclusive a saúde e a vitalidade de meu marido. Ele nunca conseguiu se recuperar do golpe. Morreu amargurado, pobre e só.” [1.]

“...levávamos uma boa vida (...) Nossa casa era muito grande e...”

Fustigada pela campanha movida pelos jornais e revistas de Chateaubriand, a Vera Cruz encaminha para o encerramento de suas atividades com dívida imensa, sendo credor principal o Banco do Estado de São Paulo, que assume a direção da empresa e agiliza a conclusão dos filmes em estágio avançado de produção: um policial, Na senda do crime; uma comédia estrelada por Tônia Carreiro, É proibido beijar; um outro Mazaropi - Candinho, e a derradeira superprodução e grande sucesso de bilheteria, Floradas na Serra, com a principal estrela do teatro brasileiro na época, Cacilda Becker.

No Natal de 1954, num modesto e decadente cinema do centro de São Paulo, o Cine Paratodos, era exibida como complemento ao filme principal, a derradeira produção da Vera Cruz, São Paulo em Festa, documento dirigido pelo mesmo controvertido e premiado Lima Barreto, registrando em imagens magníficas as grandes comemorações que marcaram as festividades do 4º Centenário de São Paulo. No momento em que São Paulo atingia o auge de suas potencialidades, a Vera Cruz que seria a contrapartida cinematográfica deste processo chegara ao fim de sua aventura.

Cabe, finalmente, refletir sobre o que restou do sonho de Franco Zampari e Ciccillo Matarazzo de viabilizar em São Bernardo do

Acervo: Revista Nosso Século



Cartaz do filme *Floradas na Serra*, dirigido por Luciano Salce, em 1954, com os atores Cacilda Becker e Jardel Filho

Campo uma indústria cinematográfica do porte das maiores do mundo. Talvez o momento não tivesse sido o mais propício. A ambição foi desmedida. O ciúme de empresários concorrentes. A falta de apoio da crítica e da imprensa. As manobras da concorrência internacional. O desinteresse das esferas governamentais. O fato é que mesmo os mais ferrenhos reconhecem no caso Vera Cruz o enorme salto qualitativo que representou. A partir de então o cinema brasileiro não mais poderia retroceder ao primitivismo e precariedade anterior, salvo as raras e conhecidas exceções, que aparecem esporadicamente durante os primeiros cinqüenta anos de cinema, pouco se tem a registrar na produção nacional. A Vera Cruz foi, principalmente, uma grande escola de cinema. O contato de brasileiros com competentes profissionais, vindos de diversas formações e nacionalidades, criou uma vasta e rica geração de técnicos e cineastas em atividade até hoje. As exigências perfeccionistas e o padrão de qualidade que a Vera Cruz impôs ao mercado, fez surgir laboratórios de revelação, sonorização, finalização e copiagem, anteriormente inexistentes. Consolidou entre artistas e cineastas o senso e necessidade do trabalho profissional, como etapa mínima para superar a falta de credibilidade junto ao público. Era o fim do amadorismo e da picaretagem que transformara o jornal brasileiro em motivo de pilhéria. A criatividade popular cunhara inclusive um cruel sinônimo para o filme brasileiro... abacaxi.

“A Vera Cruz foi (...) uma grande escola de cinema. O contato ...”

O fracasso da Vera Cruz deixou a necessidade de uma presença efetiva da iniciativa nacional no mercado interno de distribuição e de exibição, problema não solucionado até hoje. Por outro lado, a necessidade de uma legislação protecionista que preserve o cinema nacional da concorrência desleal das grandes multinacionais, legislação existente em todos os países do mundo. O filme é até hoje o único produto que adentra ao mercado brasileiro sem qualquer tipo de restrição ou taxação. É uma concorrência inusitada e cruel, pois estes produtos já amealharam receita mundial, enquanto o produto nacional sobrevive da minguada interna.

Os filmes da Vera Cruz consolidaram tipos brasileiros com potencial universal de difusão como o caipira e o cangaceiro. Da fusão destas vertentes surgiria o cinema publicitário paulista, hoje um dos mais considerados e premiados em todo o mundo.

De um talento, marcadamente vinculado à Vera Cruz, receberia o Brasil em 1962, sua maior premiação internacional; a Palma de Ouro no festival de Cannes para O Pagador de Promessas [2.], dirigido por Aselmo Duarte, o galã da maioria dos filmes de sucesso da fábrica de sonhos de Franco Zampari [3.].

(*) Antonio de Andrade, sociólogo, mestre em Comunicação Social, professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior (SBC). É membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano.

Notas

- [1.] Galvão, Maria Rita. *Burguesia e Cinema: O Caso Vera Cruz*; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- [2.] Sinha Jr., Oséas. *Adeus Cinema: Vida e Obra de Anselmo Duarte*. São Paulo. Editora Ono. 1993
- [3.] Os interessados em aprofundar estudos e pesquisas sobre a Vera Cruz poderão recorrer aos seguintes acervos públicos: Serviço de Documentação da História Local (SDHL) da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo; Museu da Imagem e do Som da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Cinemateca Brasileira e Biblioteca do Museu Lasar Segall (São Paulo).

Externato Santo Antonio, tudo começou no jardim de infância... [1.]

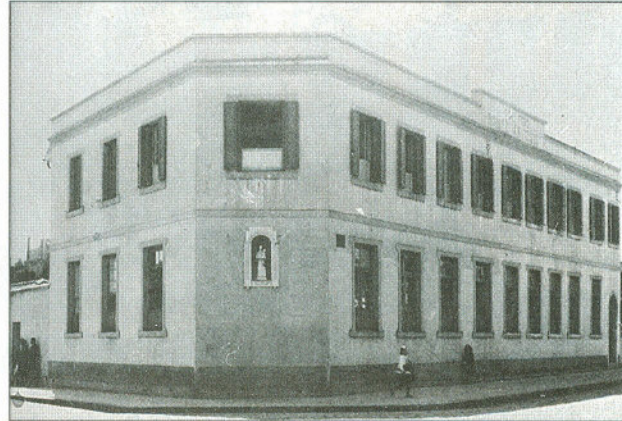
Sônia Maria Franco XAVIER(*)

Corria o ano de 1930. Nessa década não era ainda comum a aceitação de que o ensino básico deveria iniciar-se antes dos sete anos de idade. A Prefeitura de São Paulo colocava em debate o controvertido tema, defendido por uma minoria, contra uma maioria que acreditava ser mais produtivo manter estas crianças no aconchego do lar, na liberdade dos grandes quintais e das ruas. Os jornais da época criticavam o “enjaulamento” das crianças menores em instituições que, na óptica contemporânea, as restringia em seu lazer. Não se considerava, evidentemente, a possibilidade de evolução no aspecto informativo-cultural.

Entretanto, em São Caetano, já borbulhavam nos cérebros de vanguarda as idéias de uma educação infantil mais progressista. É o que veremos a seguir.

Em 1929 o Reverendo Padre Alexandre Grigolli, vigário de São Caetano, esteve em Tietê com a irmãs da Providência (Congregação Italiana), por ocasião de um retiro espiritual. Surgiu-lhe uma idéia de convidá-las para trabalhar na sua paróquia, iniciando o primeiro trabalho de educação infantil em nossa cidade que, na ocasião, fazia parte do Município de São Bernardo do Campo.

Dois anos se passaram, e parecia que essa idéia havia sido esquecida e que a obra era irrealizável; na verdade, as coisas não eram bem assim. A proposta que foi feita à reverenda madre Crescenzia foi encaminhada à madre Agnese Delungan, madre-geral na Itália que, como viria fazer uma visita às casas onde mantinham trabalhos, aqui na América, apro-



Acervo: Externato Santo Antonio

Prédio antigo. Tudo começou aqui. O tempo destrói o templo, mas não desfaz o amor nele edificado. Escola fundada em 13 de junho de 1931.



Fac-símile da primeira folha do livro de matrícula do Externato Santo Antonio.

1931		Matricula dos alunos		do Jardim da Infância		1931		Observações	
Nº	Nome	Idade	Sexo	Profissão	Residência	Idade	Sexo	Profissão	Observações
1	Delfina Ceccato	3	F	Dono de Loja	São Caetano	3	F	Dono de Loja	
2	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
3	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
4	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
5	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
6	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
7	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
8	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
9	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
10	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
11	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
12	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
13	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
14	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
15	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
16	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
17	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
18	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
19	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	
20	Luiz Carlos	3	M	Dono de Loja	São Caetano	3	M	Dono de Loja	

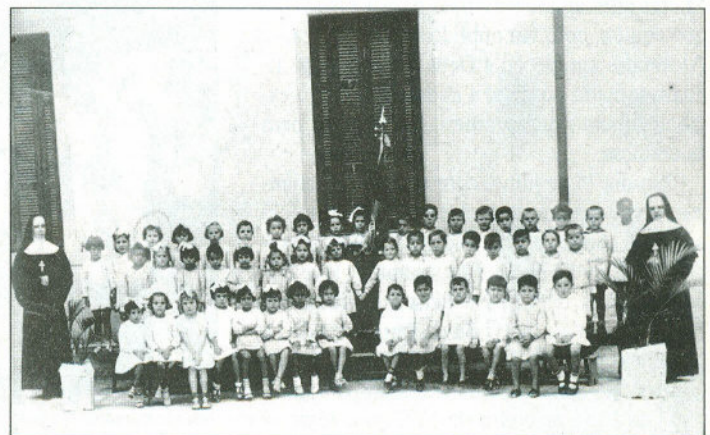
veitaria para vir até São Paulo e analisar a proposta de fundação, em São Caetano, de uma escola de Jardim de Infância (sic).

Na época, o trabalho das irmãs no Brasil era considerado pela Congregação um trabalho missionário, com a finalidade primordial de desenvolver suas atividades de pastoral: educacional, social, paroquial e de saúde. Quando chegou ao Brasil, a madre veio para São Caetano ficando hospedada na casa de

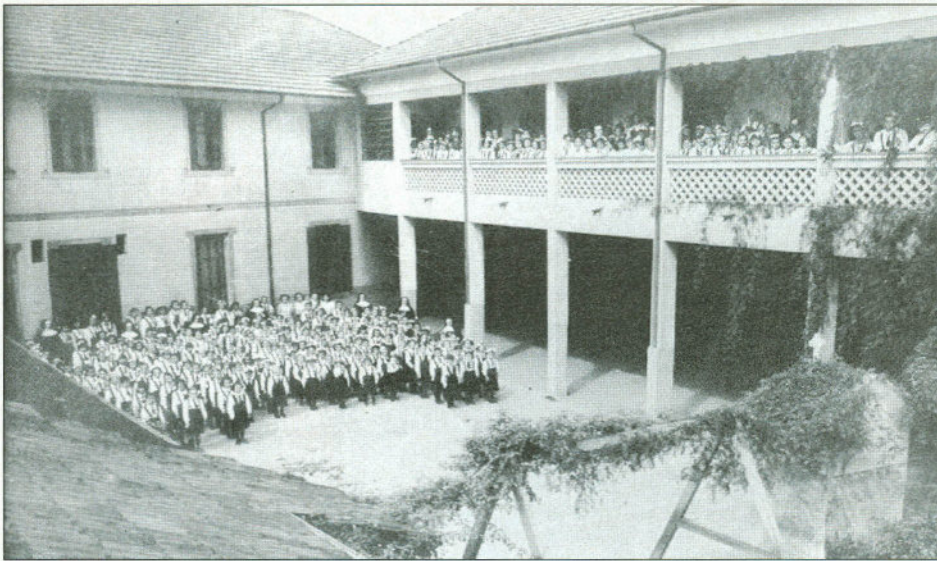
Dona Delfina Ceccato (benemerita da paróquia), senhora que em muitas ocasiões apoiou e ajudou as irmãs em suas dificuldades no novo trabalho. No dia seguinte, acompanhada do vigário, Padre Giuseppe Tondini, foi visitar uma casa que, apesar de pequena, agradou à irmã, pois oferecia comodidade para a clausura, para a escola e estava bem localizada, no centro, na rua São Caetano (atual Avenida Conde Francisco Matarazzo).



Alunos do Jardim da Infância do Externato Santo Antonio. Da esquerda para a direita: Madre Elias; Irmã Escolástica; Irmã Firmina. Ano 1936



Alunos do Externato Santo Antonio. Da esquerda para a direita: Irmã Firmina; Irmã Escolástica. Terceira aluna da última fila: Diva Angela Radec. Ano 1939



Pátio interno do antigo Externato Santo Antonio, num dia de festa.

“...o trabalho das irmãs no Brasil era considerado pela Congregação um...”

As irmãs partiram para o Colégio Rosa Mística, em Tietê, casa-matriz da Congregação no Brasil, onde ficaram até o final de maio. Depois vieram a São Paulo para se apresentarem ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva e pedir aprovação para a abertura da casa em São Caetano. Sua excelência reverendíssima aprovou e encorajou as irmãs no novo trabalho.

Por quê Colégio Santo Antonio? Porque o colégio foi inaugurado no dia 13 de junho, dia de Santo Antonio e também a Associação Antoniana da Paróquia ajudou muito as irmãs, inclusive pagando os primeiros alugueis.

Duas irmãs vieram para começar o trabalho na nova casa: mães Lia e Firmina. No dia 11 de junho, chegaram as irmãs de Tietê para assistir à inauguração e a bênção do Colégio. A imagem de Santo Antonio veio da Matriz num andor enfeitado para a cerimônia que contou com um público numeroso. Padre Alexandre agradeceu a Deus e a todos que tinham tornado possível a abertura do novo estabelecimento que prometia fazer tanto bem às crianças.

No dia 1º de julho, com mais de 50 crianças, divididas em duas classes, tiveram início as aulas, com o Jardim da Infância funcionando das 12 às 17 horas. Em setembro, teve início a Escola de Corte Costura e Trabalhos Manuais, sob a supervisão da irmã Geralda. À noite, madre Firmina e madre Massimiliana ministravam aulas de alfabetização para adultos. Em 1º de fevereiro de 1932, o colégio já contava com oitenta crianças e quinze jovens frequentando seus cursos.

Nesse mesmo ano, no mês de março, foi efetuada a compra do prédio pela Congregação. A quantia estipulada, de trinta contos de réis, viria da Itália. Um surpresa bem desagradável esperava pelas irmãs. A transação havia sido combinada da seguinte forma: até o dia 19 de março, o preço seria de trinta contos de réis. Depois dessa data, o preço seria alterado. Faltando poucos dias para efetuarem a compra, o governo Italiano suspendeu a remessa de dinheiro para o exterior. Portanto, o dinheiro não chegaria mais. O proprietário da casa não queria entender esse transtorno e começou uma verdadeira via crucis para as irmãs que não sabiam a quem recorrer. Era 17 de março, e a palavra dada era para o dia 19, dia de São José. A Ele, com muita fé, todas orações e pedidos foram feitos.

“Uma surpresa bem desagradável esperava as irmãs. A transação...”

Armando-se de muita coragem, as irmãs resolveram procurar o diretor do Banco Ítalo-Brasileiro, Alessandrini. Precisavam insistir muito para serem atendidas. Foram recebidas com bastante frieza, após muita insistência. Nervosas e confusas, explicaram o ocorrido ao diretor que se mantinha indiferente, perguntando-lhes quem as havia enviado. As irmãs, com muita fé e simplicidade, responderam-lhe que ali estavam a mando de São José, para que fosse liberado o dinheiro que viria da Itália. O diretor, o importante Senhor Alessandrini levantou-se e disse: “Se São José espera que eu ponha a mão no bolso!” “Não senhor Diretor, disse a irmã, não é isso que nós queremos. Nós gostaríamos apenas que o senhor conseguisse a liberação do dinheiro que viria da Itália”...

Alessandrini ordenou à secretária que expedisse um telegrama ao diretor do Banco de Gorizia, na Itália. “Devemos esperar a resposta do telegrama,” disse o diretor.

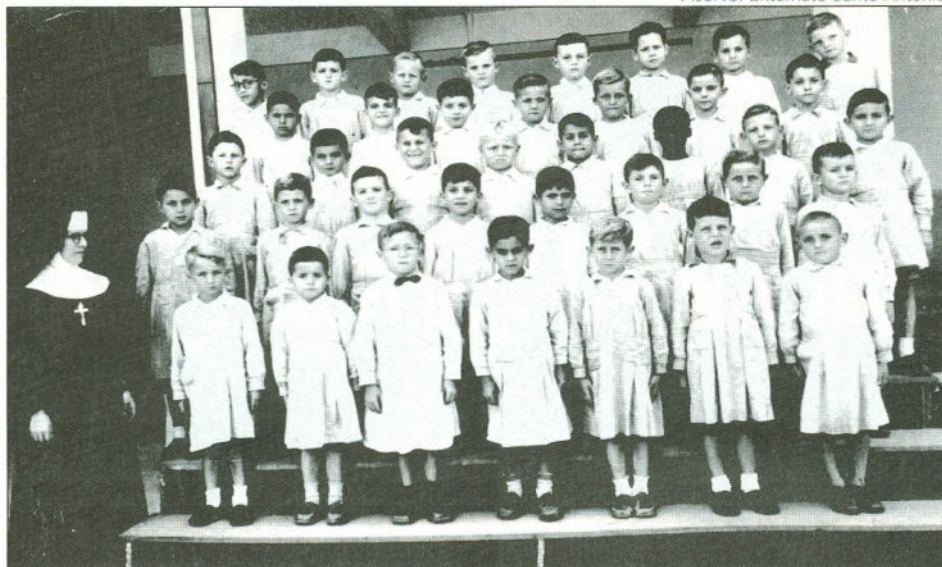
- Bem, eu deixo o nosso endereço, mas lembre-se de que precisamos do dinheiro dia 19, disse a irmã.

No dia 19, o pesadelo terminou, pois logo cedo um telefonema do Banco Ítalo-Brasileiro convidava-as a ir buscar o dinheiro. Assim, as irmãs puderam honrar a palavra dada e fazer a primeira compra de um imóvel em São Caetano.

Em julho desse mesmo ano, começava a Revolução Constitucionalista e, apesar de estarem tão próximas de São Paulo, não passaram por nenhum distúrbio. Ao contrário, par-



Pessoas presentes à Bênção da pedra fundamental do “Externato Santo Antonio” - 3 de abril de 1954. Da esquerda para a direita: 1-João Relá; 2-Acácio Novaes; 3-Padre Ezio Gislimberti; 4-Irmã Luizetta Nami; 5-Paulo Agrella; 6-Padre Pedro Balink; 7-Antonio Prado; 8-Irmã Fides Tesolin; 9-Irmã Teresina Della Bianca; 10-Irmã Savina Baschiera; 11-Irmã Carmem; 12-Irmã Inês Bizio; 13-Irmã Lisetta Simon.



Alunos do Jardim da Infância do Externato Santo Antonio. Ano 1954. Madre Inocência

ticiparam das cenas de patriotismo do povo, doando jóias e objetos de valor para sustentar os soldados no *front*.

As aulas continuaram normalmente no colégio, mas a correspondência com a Itália e o Uruguai foi suspensa, sentindo-se as irmãs muito isoladas. As cartas de Tietê e Tatuí chegavam (apesar de sujeitas à censura), trazendo notícias das irmãs que estavam trabalhando muito, cuidando dos soldados feridos retirados dos campos de batalha.

Terminou a Revolução, e tudo voltou ao normal. O ano estava terminando e os afazeres aumentavam com as festas de Natal. A pequena casa já não comportava o número de alunos, que continuava crescendo. Começaram então as reformas. Foi o engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino quem idealizou e acompanhou a reforma. A escola crescia, e já oferecia cursos além da pré-escola. Foram criadas também as quatro séries correspondentes ao curso ginasial. Foi com a criação deste curso que as irmãs homenagearam o fundador da Congregação, Padre Luis Scrosoppi, dando-lhe seu nome.

“Terminou a Revolução e tudo voltou ao normal. O ano estava terminando...”

Em 1954, o número de alunos matriculados e os que não conseguiram vagas foi tão grande que as irmãs decidiram, com apoio da Congregação, das autoridades e do povo de São Caetano, dar início à construção do novo prédio. No dia 4 de abril, foi feito o lançamento da pedra fundamental do novo colégio, à rua São Luiz.

Foi justamente nesse período, na década de 50, que a região se consolidou como uma área urbano-industrial. Instalaram-se grandes

empresas nacionais e multinacionais, com destaque para a indústria automotiva. Estabeleceu-se forte presença da classe média na região, oriunda dos cargos administrativos e de direção, nas indústrias locais. Também a classe operária marcou a sua presença com uma vida política e sindical intensa.

Acreditamos que muitas transformações ocorreram: a autonomia de São Caetano já se consolidava com a criação do Poder Público municipal. A Igreja católica adotava uma conduta rígida e que se refletiu, queremos acreditar, nas vestes das freiras, na abertura das classes mistas e voltando-se para a formação dos alunos, num sentido de maior participação e de construção do conhecimento.

O processo de construção da nova sede do Externato foi longo, durando até o ano de 1965, quando foi totalmente concluído. Tem amplas acomodações, biblioteca, boa quadra,

salão de festas, e uma capela.

A entidade mantenedora da escola é a Congregação das irmãs da Providência, tendo como pai espiritual o padre Luis Scrosoppi. O exercício da caridade aplica-se de modo especial à instrução e educação da infância e à assistência aos enfermos em hospitais, asilos e casas de saúde.

A primeira Diocese brasileira que recebeu as irmãs da Providência foi a de Sorocaba; e a primeira cidade que as acolheu foi Tietê, onde aceitaram a direção da Santa Casa, e onde, logo depois, fundaram o Educandário Rosa Mística. Atualmente, as irmãs da Providência desenvolvem as suas atividades na Arquidiocese de São Paulo e nas Dioceses de Sorocaba, Taubaté, Bragança Paulista e Caxias.

Como o Externato Santo Antonio é mantido por esta Congregação, muitas irmãs passaram por aqui, trabalharam alguns anos e foram transferidas. É o caso das superiores, irmãs Lia Felicetti, Lisetta Simon, Teresina Della Bianca, Fides Tesolin, Margarida Magnani, Teresalba Fortarel, Bernarda Ciola, Cecília De Nadai e Caetaninha Mascarenhas. Atualmente Liliana Bengozi é a superiora.

Não podemos nos esquecer que existem muitas outras irmãs que trabalham para que o colégio funcione bem, desde a cantina onde as massas são preparadas diariamente para os lanches dos alunos, nas salas de aula, nas festas, nas campanhas e em todas as atividades paralelas que são desenvolvidas.

“...a autonomia de São Caetano já se consolidava com a criação do Poder...”

Para que este relato ficasse mais completo, ouvimos algumas pessoas ligadas à escola:



Prédio atual do Externato Santo Antonio. “Estas paredes nada significaram se não houvesse você, presença humana”.

Darci Rezende Soares: "Sou diretora da escola desde 1980. Temos 1200 alunos, distribuídos do maternal à 8ª série, em 43 classes. Sou a sexta diretora da escola. As que me precederam foram as irmãs Firmina Lubich (1931 a 1953); Margarida Magnani (1954 a 1960) e Cecília De Nadai (1977 a 1979). O Externato é uma escola tradicional pela sua clientela, composta de alunos vindos de famílias que já estudaram no colégio. Temos filhos, netos e até bisnetos de nossos ex-alunos. É uma escola moderna na pedagogia e nos métodos de ensino; trabalha com ótimos professores e com muito apoio da comunidade. Existe aqui uma Associação de Pais e Mestres que já desenvolveu trabalhos interessantes, como a escola de pais, seminários e palestras. Contamos também com ajuda de muitas mães na sala de trabalhos manuais. Existem algumas que mesmo não tendo mais seus filhos na escola, continuam nos ajudando. São grandes colaboradoras".

Teresa de Jesus Sopata Alves (coordenadora escolar): "Cresci nesta escola. Fui aluna até me formar professora. Fiz faculdade de Pedagogia, retornei como professora e hoje sou coordenadora. Participo da escola desde que estávamos no prédio velho, e acompanhei de perto todas as lutas para o seu desenvolvimento. O Externato é um prédio grande, dividido em duas alas: a do primeiro chama-se Santo Antonio e o que corresponde ao ginásio Padre Luiz Scrosoppi. A festa tradicional é a do dia 13 de junho, dia de Santo Antonio, feriado para a escola. Começamos o dia com uma missa, com a presença dos alunos e dos pais e com várias atividades. É tradicional o gesto de distribuir pães bentos a todos que comparecerem à escola durante o dia. São muito bonitas também as festas de encerramento de ano e de comemoração de Natal".



Formandos Ginásio "Padre Luiz Scrosoppi" - 1964.

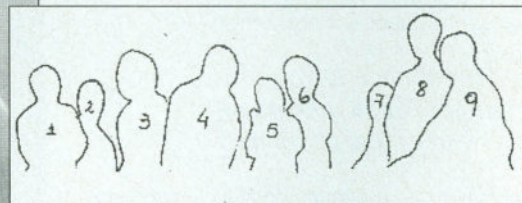
1ª fila - Maria Cristina Santana; Yara Joana Jollemberck; Ana Maria Palandri Chagas; Sueli Domingas de Moraes; Julce Aparecida Lopes Fernandes; Inês Cappele; Margareth Barbosa Nogueira; Maria Luiza Simon Muné; Alina Filliputti; Nadia Issa Pina; Neila Maria de Souza; Maria Amador; Rosalia Aparecida Sancsik; Maria Aparecida Canteras; Ana Beatriz dos Santos; Taciana Penha Carnazzani; Neusa das Neves.

2ª fila - Valquíria Agostinho; Neusa Bissutti; Maria Gabriela Rodrigues Arantes; Rosângela Cecala; Sueli Citero; Benete Maria Nicolini; Maria Aparecida Malerba; Geni Bicus.

"Permaneci com as irmãs, alfabetizando as crianças... durante 31 anos. Aposentei-me..."

Maria Antonieta Benetti (professora): "Comecei a lecionar no Externato em fevereiro de 1947, para uma classe de 1º ano e permaneci com as irmãs, alfabetizando as crianças de São Caetano durante 31 anos. Aposentei-me em dezembro de 1977. No início, eu lecionava em um só período, passando depois a lecionar pela manhã e à tarde. As classes eram numerosas, principalmente no tempo do colégio velho. Tenho boas lembranças desse período e certa nostalgia dos primeiros anos, daqueles anos do antigo prédio. Se me perguntarem por quê, talvez eu não saiba responder...Seria porque em sendo pequeno

nos proporcionasse mais aconchego, mais intimidade? Seria pela simplicidade das instalações? Seria pela singeleza de suas comemorações? Era a nossa casa, o nosso segundo lar. Havia constantemente troca de irmãs que iam de uma casa para outra, mas sempre houve um ótimo relacionamento com todas. Algumas ainda se encontram no Externato, como as irmãs Liliana, Caetaninha, Otaviana e Benigna. O novo prédio estava sendo construído e era necessária a mudança de duas classes, mesmo com as salas inacabadas. Viemos uma irmã, e eu. Nesse ano, lectionei um período no colégio velho e um período, no novo. Agora, pensando bem, acho que nesse ano alfabetizei uns dois ou três alunos que nem haviam sido matriculados. (Eram os pedreiros que do lado de fora, enquanto trabalhavam, assistiam as nossas au-



Momento de premiação de uma competição realizada na Semana da Criança Festa do Guaraná - 1969
1-Élcio Pena; 2-Agostinho;
3-Ana Rosa Zanella; 4-Oswaldo Samuel Massei;
5- ?; 6-Dolores Massei; 7-Madre Margarida;
8-José Alt; 9-Pedro Strufaldi

las). Boas lembranças que não se apagam da minha memória. Foi uma vida inteira passada com as irmãs, com gratas e felizes recordações, junto com a satisfação do dever cumprido”.

Carmelita da Silva (professora): “Formei-me no Colégio Anchieta em São Paulo, em 1937. No ano de 1939, vim morar em São Caetano e foi o padre Alexandre Grigolli que me encaminhou para esta escola. Sempre trabalhei com as quartas séries masculinas. Dava-me bem com os alunos maiores. A convivência nesta escola foi sempre muito agradável. Hoje já estou aposentada, mas continuo fazendo trabalhos manuais na sala de bordados”.

“A amizade e o carinho existentes faz com que sempre estejamos presentes...”

Rita Carlovitch: “Minha aproximação com a escola se deu quando meu filho com cinco anos de idade iniciou seus estudos. Foi na década de 50. Conheci e acompanhei a escola através de meus dois filhos até concluírem a quarta série primária, quando tiveram que sair porque não havia curso ginásial para os meninos. Aqui aprendi a lidar com as pessoas, a trabalhar pensando no próximo e a viver todo o espírito religiosos, inclusive a esperar ansiosamente as festas de Natal. Muitas mães, como eu, ficávamos as tardes na sala de bordados, fazendo os mais variados trabalhos que, no final do ano, eram expostos num bazar de Natal. Orientavam estes trabalhos as irmãs Otaviana, Caetaninha e Benigna. As três estão na escola desde 1946. É difícil explicar



Bandinha rítmica dos alunos do pré-primário do Externato Santo Antonio, palco do Cine Max, 9 de novembro de 1963. Na frente Maria Francisca Paes, Madrinha do grupo.

o que fazíamos, porque aproveitávamos sucatas das fábricas e transformávamos em enfeites, almofadas, colchas, panos de prato, cabides, adornos para garrafa e outros. A amizade e o carinho que existem nesta escola faz com que estejamos sempre presentes”.

Elemari Varela: “Fui aluna e professora nesta escola. Tive uma infância cheia de alegrias e amizades. Lembro-me com o maior carinho da irmã Benigna, a professora de música que me ensinou a tocar piano, a tocar na bandinha rítmica e a cantar no coral. Ela era uma irmã, pode-se dizer, mais avançada (talvez a veia artística). Tinha um entusiasmo muito grande com a música, com a organização das festas, com as aulas de religião. Lembro-me bem do presépio vivo que era or-

ganizado no natal. Era lindo, emocionava. O grupo da Legião de Maria era outro trabalho que ela fazia com a gente depois das aulas. Rezávamos e estudávamos a religião. Sinto-me feliz em poder falar desta escola”.

Emigdio Perrella (aluno matriculado na primeira turma de jardim da infância da escola): “Lembro-me com muita saudade da escola, dos meus colegas e das irmãs. Tudo era muito arrumado. Os meninos ficavam separados das meninas, mas todos usavam um aventalzinho de mangas compridas por cima da roupa. O dos meninos era listrado de azul e branco, e o das meninas, vermelho e branco. Não gostávamos muito do avental, pois ele percia um vestido. Nós, os meninos, logo que a aula terminava, já o tirávamos. As pro-



Da esquerda para a direita: Irmã Benigna-Jubileu de ouro em 1995; Madre Otaviana-professora de bordado; Madre Caetaninha-professora de bordado; Irmã Salette- filha da família Rissato de São Caetano.



Irmã Benigna com Coral Infantil do Externato Santo Antonio, 07 de setembro de 1988. Eduardo Roberto De Vitta; Marcela Donato; Rafael Dall'Anese; Patrícia Abraão; Priscila Crivelari; Henrique Crivelari; Natalie Fernandes; Márcio Augusto Pina; Bianca de Ruca; Maristela Riberman; Lioda Manzo; Adriana Razzante; Juliana Pinesi; Cristina Ferreira; Andréia Shirome; Monique; Ana Silva; Patrícia; Tahis Marques, Fabiana Ferreira; Cristiane.

fessoras eram irmãs religiosas que se vestiam com roupas escuras e tinham a cabeça coberta. Eram italianas e falavam o português com um sotaque diferente. Eram muito bondosas e nos ensinavam a cantar, a rezar, a desenhar e outras atividades. São sessenta e quatro anos de trabalho, dedicação e amor dessas irmãs que hoje dizem com o maior orgulho que muitos dos doutores de São Caetano deram os primeiros passos em direção às suas carreiras dentro do Externato Santo Antonio”.

(*)Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e Integra o Grupo de Pesquisadores de Memória do ABC.

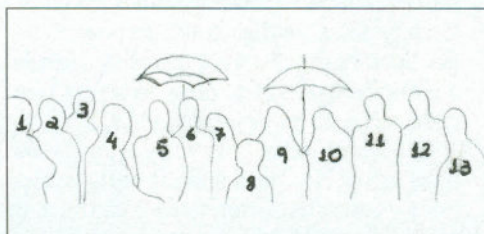
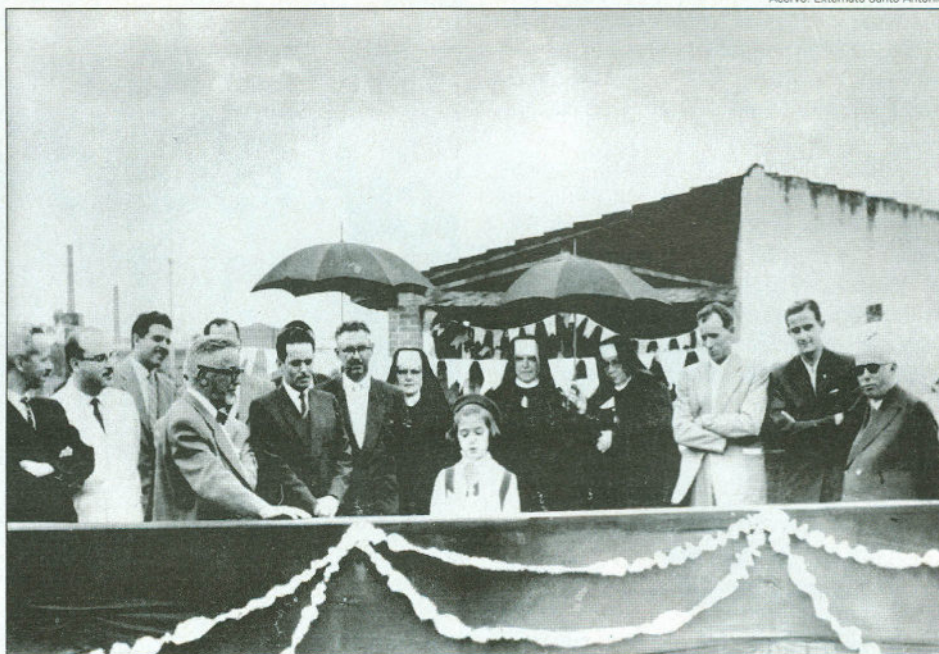
Notas

[1.] Gostaríamos, inicialmente, de salientar e agradecer o apoio das pessoas que, com espontânea e pronta, colaboração tornaram possível a realização desta pesquisa. Devo dizer-lhes que, além do aspecto informativo e cultural, esta convivência, embora efêmera, foi para mim motivo de alegria e enriquecimento espiritual. Pudemos ter acesso documentos de inestimável valor histórico para a instituição, como o Diário das irmãs fundadoras, todo escrito em italiano, contendo descrições fiéis e claras dos acontecimentos de tantos anos. Transmite, numa cronologia segura, todas as emoções das lutas e das alegrias do seu crescimento.

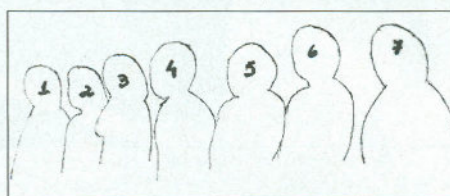
Acessamos também os livros de matrículas de todos os alunos, desde 1931, com datas de nascimento, nomes dos pais, profissões e endereços. Os livros de ouro das campanhas de arrecadação nos mostraram o grande interesse de cidade pela nova escola que surgia.

Há que se destacar as famílias e algumas indústrias e firmas da cidade: Ângelo Raphael Pellegrino, Carlos Paez, Francisca Goen de Grassmaun, Francisco Marinotti, Bernardino Monteiro de Barros, Luiz Gastaldo, João Jacob Lorenzini, Riciere Lorenzini, Vitério Piccolo, João Molinari, Geraldo Cambaúva, Cesário Fernandes Nascimento, Ambrosina Pinto Albuquerque, Hermógenes Walter Braido, Irmãos Sônia e Ayrton Braido, Família Zemel, Fidelis Coce, Palmira Braido, Conetto Constantino, Família Relá, João Kirche, Família Dal'Mas, Carlos Weigand, Hélio Migliori, Ind. Cerâmica Americana, Virgílio Teixeira & Irmãos, Indústria Cerâmica Sanitária Vitrex Ltda., Indústria Paulista de Porcelarias Argilex, Irmãos Dall'Antonia - Carpintaria S/A, Andrenucci e Cia Ltda - Serraria, Irmãos Del Rey, A.D. Ferrari e Cia Ltda, Cerâmica Assad S/A, Ferro Enamel S/A, Relojoaria Vitória, General Motors do Brasil S/A, Indústria de Louças "Zappi" S/A, Bebidas Engelmann, Empresa Cinematográfica Vitória, Banco Real do Progresso S/A, ZF Fábrica de Engrenagens S/A, Indústria de Botões São Jorge, Banco de São Caetano do Sul S/A. As fotos desses 64 anos de atividade da Escola em São Caetano do Sul nos trazem, gradativamente, do longínquo passado de dificuldades ao brilhantismo incontestável dos dias atuais. Pelo carinho da atenção e recepção, meu muito obrigada às irmãs da Providência: à diretora Darci Resende Soares; Dona Carmelita da Silva e Maria Antonia Benetti (ex-professora); à coordenadora Teresa de Jesus Sopata Alves e às colaboradoras Rita Carlovitch e Julieta Gianelli.

- [2.] - Suore della Providenza, Cronoca del Collegio Santo Antonio - tradução e resumo feito pela professora Maria Antonieta Benetti.
- [3.] - Beato Luiz Scrosopi - redução de "Luto di Dio", de G.Biasutti, a cargo das irmãs da Providência.
- [4.] - Livro de ouro - aberto no ano de 1948 a 1958.
- [5.] - Depoimentos.



Pedra Fundamental do "Externato Santo Antonio" - 03 de abril de 1954.
 1-Mauro Corvello; 2-Oswaldo Giampietro;
 3-Étore Dal'Mas; 4-João Relá; 5- ? ; 6-Anacleto Campanella; 7-Madre Savina;
 8-Sônia Caldeira(menina);
 9-Madre Terezinha Di Bianca; 10-Madre Teodorica;
 11-Marios (pai de aluno);
 12- Durval Caperutto; 13-Acácio Novaes.



Formatura da pré-escola.
 1 - Carlos Paez; 2-Odete Fraissat Paez;
 3 - Maria Angela Furtado;
 4 - Maria Francisca Fraissat Paez;
 5 - Carmelita da Silva;
 6 - Maria Antonieta Benetti;
 7 - Madre Margarida Magriane.

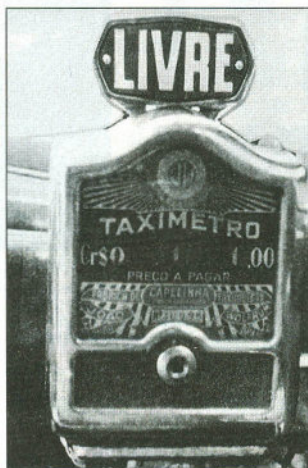
Implantação de taxímetros causou polêmica há 36 anos

O Jornal de São Caetano, em sua edição de 28 de fevereiro de 1959, em manchete de primeira página, clamava o povo para a Operação Taxímetro. A mesma edição anunciava que novo diretor-chefe, o jornalista Oto Diringer, reassumiria suas funções, sob a direção geral de Nicolau Delic. A polêmica sobre a implantação dos taxímetros nos chamados carros de praça, nome dos táxis daquela época, assumiu ares de verdadeira guerra política na cidade, envolvendo até o ex-governador Jânio Quadros e o deputado federal pela UDN, Nicolau Tuma, ex-diretor do Serviço de Trânsito. No editorial da mesma edição, o colunista fazia uma breve história do papel do jornal desde sua fundação em 1946, em prol da cidade, e lembrava o movimento pela construção do Hospital São Caetano; a fundação da Sociedade Amigos de São Caetano, e do movimento autonomista de 1948, e que, devido a esse passado de lutas, iniciaria, a partir daquele dia, a *Operação-Taxímetro*.

Toda essa polêmica, que se estenderia até 4 de julho de 1959, acabaria em pizza ou seja um banquete em regozijo no restaurante Umurama, da rua Manoel Coelho, com mais de 80 pessoas, com convite especial até para o governador do Estado, professor Carlos Alberto Carvalho Pinto. Durante quatro meses, de março a 4 de julho de 1959, não se falou em outra coisa na cidade. O Jornal de São Caetano realmente encampou e dirigiu o movimento, com abaixo-assinados, cartas-convites, reuniões com figuras representativas da população, líderes sindicais, prefeito, presidentes de associações e, como não poderia faltar, até o padre Ezio Gislimberti foi convidado a participar do movimento.

"Tudo começou em 13 de maio de 1958, quando uma comissão de..."

Vamos conhecer a origem da campanha, e, através das edições do Jornal de São Caetano, traçar a cronologia dos fatos. Tudo começou em 13 de maio de 1958, quando uma comissão de vereadores de São Caetano composta por João Cambaúva, Hermógenes Walter



Sob a foto do taxímetro, o jornal publicava a legenda: Faltam 10 dias para a sua implantação



O motorista de praça Nelo Barbieri fala ao jornalista Oto Diringer sobre os taxímetros

Braido, Altamiro Dias da Motta e João Anhô, em visita ao diretor do Serviço de Trânsito, do Estado, Nicolau Tuma, recebeu uma confirmação categórica neste sentido: "Serão instalados taxímetros nos carros de praça do ABC". Na realidade, isso era um decreto do governador Jânio Quadros, e a promessa de que a instalação dos taxímetros deveria ocorrer até o dia 28 de julho de 1958, data em que a cidade festejaria seu aniversário. Passara-se quase um ano e nada acontecia, até que o Jornal de São Caetano começou o movimento com a famosa carta-convite onde expunha, num dos parágrafos, o problema da seguinte forma: "... em consequência, a população continua exposta a abusos de maus profissionais, que não trepidam em cobrar exorbitâncias por pequenas corridas..."

"O delegado baixou uma portaria, dando prazo de 60 dias..."

A partir de 7 de março, o jornal voltava à carga, agora incluindo um delegado em início de carreira, José Wilson Ricchetti, (que posteriormente faria carreira na área policial, chegando a ser um dos *cardeais* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo). O delegado baixou portaria, dando prazo de 60 dias aos motoristas de praça para que instalassem o taxímetro, e ainda determinava que as tarifas seriam as seguintes: 13 cruzeiros pa-

ra a bandeirada, e 13 cruzeiros por quilômetro rodado; por hora parada, cem cruzeiros.

Além da portaria do delegado, o jornal faz um enquete com a população, trazendo opiniões das seguintes pessoas, todas favoráveis à portaria: José Luiz Flaquer Neto; professor José Teixeira Gonçalves, diretor do Colégio Estadual Coronel José Bonifácio de Carvalho; Juan Amat Sabat, residente à Avenida Goiás, e ainda Osvaldo Martins Salgado (futuro vereador). A partir daí, o jornal segurou a campanha. A seguir, vamos transcrever várias manchetes e trechos de matérias publicadas.

"Se as autoridades acharem que é necessário a instalação do taxímetro..."

Em 14 de março de 1959, a manchete do jornal era a seguinte: Motoristas conformados com o taxímetro, discordam todavia das tarifas. O veterano motorista de praça Nelo Barbieri, que faz ponto na Avenida Conde Francisco Matarazzo, afirmou: "Se as autoridades acharem que é necessária a instalação do taxímetro, estou pronto para obedecer a lei. Acho apenas que o preço estipulado deveria ser de 15 cruzeiros por bandeirada".

21 de Março: Motoristas afirmam que recorrerão da portaria que estabeleceu o taxímetro. "Para os motoristas de praça a tabela de 13 e 13 não dá. Mesmo um acréscimo para 15 e 15 é insuficiente" - afirmava o motorista

Bruno Atisano, coordenador do ponto de táxi da rua Heloísa Pamplona e Avenida Francisco Matarazzo.

28 de Março: Operação Taxímetro: Solidária a Associação Comercial com o Jornal de São Caetano. “A Associação Comercial vem hipotecar solidariedade ao referido movimento, fazendo votos de que o mesmo seja coroado de pleno êxito. Pondonos ao inteiro dispor. Subscrevemo-nos atenciosamente,

Luiz Calognese, secretário”.

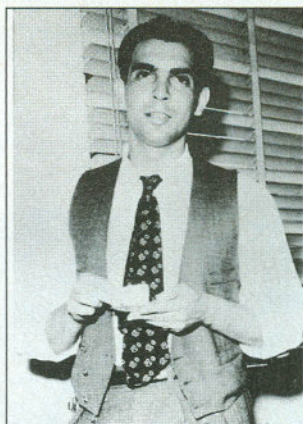
4 de abril: Faltam 31 dias. “Agora faltam apenas 31 dias para que se expire o prazo final estabelecido pela portaria do Delegado de Polícia obrigando os motoristas de praça a instalar o taxímetro”.

11 de abril: Faltam 24 dias. “É prudente que os motoristas tomem providências necessárias, no sentido de dar cumprimento às exigências legais. Depois do dia 5, os recalci-trantes terão cassadas as suas licenças”.

18 de abril: Faltam 17 dias. “Vai se escoando o prazo fixado pelo delegado José Wilson Ricchetti, para que os motoristas de praça de nosso município instalem o taxímetro em seus veículos”.

“Nesta edição o jornal publica uma declaração do Governador Carvalho...”

25 de abril: Faltam apenas 10 dias. “Confiante na promessa do ex-prefeito (Anacleto Campanella), nenhum motorista procurou providenciar o taxímetro, na esperança de que a medida seja revogada. Nesta edição, o jornal publica uma declaração do Governador Carvalho Pinto, a uma comissão



O delegado Wilson Ricchetti, em início de carreira em São Caetano. Depois, viria a ser um dos cardeais da Polícia de São Paulo



O jornalista Oto Diringler (de óculos) inspeciona um dos primeiros carros de praça a instalar o taxímetro

de líderes sindicais, vereadores, e jornalistas que estiveram na sede do governador estadual, nos Campos Elíseos: - Muito justa a reivindicação dos taxímetros”.

01 de maio: Faltam apenas 4 dias. Não haverá adiamento.

09 de maio: São Caetano já tem taxímetros: Vitorioso o movimento popular.

16 de maio: Massei; inflexível: estacionamento somente para os que tem taxímetros.

23 de maio: A firmeza de atitudes do prefeito e do delegado traduzem o triunfo popular.

30 de maio: Taxímetros: promotor público é contra o mandato de segurança. “A legislação federal é omissa quanto à obrigatoriedade de taxímetros em cidades com menos de 500 mil habitantes. Motoristas de praça impetraram mandato de segurança, a fim de não cumprir as determinações legais. Caberá ao juiz da 3ª Vara da Fazenda decidir a questão. Mais de 50 veículos estão trafegando com os medidores”.

“E assim na edição de 4 de julho de 1959, na primeira página, aparece...”

Na edição de 6 de junho de 1959, estranhamente, o Jornal de São Caetano não publicou uma linha sobre a *Operação Taxímetro*, só voltando a fazê-lo na edição do dia 13 de junho, quando anuncia o banquete de regozijo pelo êxito do movimento, após circular a notícia de que o juiz de Direito, Dinio de Santos Garcia, negou o mandato de segurança pleiteado pelos motoristas de São Caetano. E assim, na edição de 4 de julho de 1959, na primeira página, aparecia a fotografia do famoso banquete de regozijo pela vitória da *Operação Taxímetro*, e na página 3, um texto de Oto Diringler sobre o evento: “Nem sempre percebemos atualmente que as coisas mais corriqueiras do nosso cotidiano, como o taxímetro, o telefone público, as caixas de correio, etc., não foram implantadas graciosamente pelos governantes, mas foram frutos de grandes esforços comunitários, em pról da cidadania e do conforto da população do qual a implantação dos taxímetros em São Caetano, é um exemplo típico de trabalho coletivo da imprensa, das autoridades, e principalmente do povo”.

Notas

[1.] Pesquisa e Texto a cargo do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

[2.] Foram consultadas todas as edições do jornal de São Caetano, no período de fevereiro a julho de 1959

Acervo: Fundação Pró-Memória



4 de julho de 1959: aspectos de banquete de regozijo pelo final da Operação - Taxímetro. Ao fundo, na mesa de honra, aparecem da esquerda para a direita: 1 - ?, 2 - ?, 3 - João Cambaúva (vereador), 4 - Nicolau Delic (jornalista), 5 - Oswaldo Samuel Massei (prefeito), 6 - ?, 7 - Lauro Garcia (vice-prefeito), 8 - Antonio Bovolento (vereador), 9 - Nilo Ribeiro de Figueiredo (vereador), 10 - Oscar Garbelotto (chefe do gabinete do prefeito), 11 - ?, 12 - Benedito Moura (Diretor de Administração da Prefeitura), 13 - Genézio Carlos Alvarenga, 14 - ?, 15 - Paulo de Oliveira Pimenta, 16 - Fábio Vieira de Souza

Patrulheiros Mirins, quarta década de atuação incessante

Há quase 40 anos, um militar com espírito visionário e já preocupado com a formação dos jovens de sua cidade, e das graves consequências sociais que envolvem o menor, procurava criar uma entidade que fosse capaz de tirar das ruas crianças e adolescentes de poucos recursos. É o início dos futuros Patrulheiros Mirins, uma semente que, quatro décadas depois, se desenvolve, cumprindo sua função de orientar meninos.

Assim, em 3 de junho de 1959, a 2ª Companhia do 10º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, comandada pelo então capitão Juventino Borges, sentindo que deveria fazer algo pelos menores carentes da cidade, fundou uma organização que recebeu o nome de Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul. Dessa maneira, foi reunido um grupo de menores na sede, localizada à Rua Rio Grande do Sul, esquina com Rua Baraldi.

“Sargento Jacomino foi chamado para ensinar algumas noções de música...”

Para dar as primeiras instruções aos garotos, foram escalados o soldado Hélio Smith e um sargento chamado Jacomino, encarregado de montar uma fanfarra e ensinar algumas noções de música, através de exercícios, baseado no método de solfejo Pasquale Bona. Segundo o idealizador do projeto, o objetivo era tirar os menores da

rua e ocupá-los utilmente.

No entanto, para afastar qualquer conotação de que as crianças estivessem em regime militar, resolveram transferi-las para outro local. Para ajudar na tarefa, foi designado outro soldado. Assim, no dia 25 de julho de 1964, Arnaldo Faustino da Luz, sob o comando do capitão Alberto Constantino Peredne, a Guarda foi transferida para outro local, onde havia mais espaço para instrução e ensino de música.

Segundo o artigo 3º dos Estatutos dos Patrulheiros Mirins, a entidade dentre os inúmeros objetivos, busca congrega menores de oito a 18 anos incompletos, com o intuito de instruí-los moral e civicamente, através da educação física, orientação profissional, ordem unida, noções de trânsito e, supletivamente, propiciar-lhes serviços auxiliares às entidades públicas, privadas e militares.

Como os recursos eram escassos e as dificuldades aumentavam, os militares pediram ajuda à sociedade civil para que pudessem dirigir a organização. Uma das primeiras entidades contatadas foi o Rotary Clube de São Caetano do Sul (fundado em 19 de maio de 1951). Sensibilizada com o projeto, a nova diretoria do Rotary, eleita no final de 1969 elaborou um estatuto para reger a Guarda Infante-Juvenil de São Caetano do Sul.

“Uma das primeira providências foi mudar a sede da Guarda para o Clube Recreativo...”



Arnaldo Faustino da Luz durante a premiação do 37º Encontro Nacional dos Marchadores. A cerimônia foi realizada no Parque Chico Mendes durante as comemorações do 118º aniversário de São Caetano do Sul

Os tempos eram difíceis, e com isso o esperado apoio financeiro acabou não se concretizando. Outra diretoria da Guarda foi eleita, mas devido a problemas nem foi empossada. Como a situação se agravasse, o juiz de Direito da Terceira Vara da Comarca de São Caetano do Sul resolveu fazer uma sindicância para apurar a situação. Uma das primeiras providências foi mudar a sede da guarda para o Clube Recreativo São José.

Dessa maneira, através da portaria nº 14/71, o juiz de Direito e de Menores, Adauto Alonso S. Suannes, resolveu no-



Centenário de São Caetano do Sul. Final do Campeonato de Marcha Atlético Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul. Da esquerda para a direita: Fileira de trás - Sr. Mario Bakkenist (Presidente da época); sr. João Bonaparte; Sr. Antonio José Dall'Anese (atual Prefeito Municipal); Recordista de 1992 - 100m; Raimundo Pires de Oliveira; Hélio Lacerda da Silva; Ademir Domingues; Antonio Manoel da Silva; Va; demir Murbach; Givaldo Hilário Triunfo; Adalto Domingues; Sr. Pizane (Representante da Federação Paulista de Atletismo); Dr. Francisco Cruz. Fileira da frente: Sr. Antonio Glair Santarnecki (atual "Grão Chanceler Internacional de Andarilho" coordenador do Esporte dos Patrulheiros Mirins de SCS; Odair Martins da Silva; ?; Amancio; ?; José Gonçalves; Marcelo Pessoa; Valter Faustino da Luz; Reinaldo Faustino da Luz; Arnaldo Faustino da Luz (instrutor - Mestre da Banda e Orientador esportivo desde 1964; Pai do Odair.

mear Cristovan Miguel Sanches, presidente do Centro das Entidades Assistenciais de São Caetano do Sul (Ceascas), como interventor, cuja função era organizar e estruturar a Guarda Infante Juvenil de São Caetano.

Designado como Instrutor, o soldado Arnaldo Faustino da Luz, mesmo com os poucos recursos que possuía, procurou treinar os 150 menores que estavam sob os seus cuidados para as competições de Atletismo. Ao mesmo tempo, através de informações colhidas sobre música, começou montar a Banda Musical Infante Juvenil, encaminhando os garotos para estágio de aprendizagem em empresas de São Caetano, que faziam pedidos para tomar conta de um estacionamento.

Passado algum tempo, no dia 30 de novembro de 1971, Cristovan Miguel Sanches, convocou uma reunião (Assembléia Geral Extraordinária) à Rua Santa Catarina nº 55, na Sede da Ciesp. Participaram do encontro Miguel Scherk, José Mombelli, Luiz Garletti, Celso Mendes Pupo Nogueira, João Batista Villas-Boas Filho, Sérgio de Oliveira, Roberto Krunfly, Braz Jacir Pinozi, Carlos Pinezi Filho e Edson Sauguellis. A convocação foi publicada no **Diário do Grande ABC**, no dia 30 de Outubro de 1971. De acordo com a ata elaborada pela Interventoria foram adotadas as seguintes providências: "1) O aluguel de um salão à Rua São Francisco nº 318, de propriedade do Sr. Ivo Pellegrino; 2) Liberação da verba de Cr\$ 15.000,00, referente aos anos 69, 70 e 71, por parte da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; 3) Liberação de Cr\$ 9.000,00 da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, na participação da venda de disco-horários; 4)



Desfile no Estádio Lauro Gomes da fanfara da Guarda Infante Juvenil de SCS - década de 60

Solicitar ao Sr. Prefeito Municipal a entrega de material usado, sem utilidade, à entidade, conforme Lei nº 1.074 de 21 de Dezembro de 1961; 5) Solicitar ao Sr. Prefeito Municipal no próximo orçamento uma verba de Cr\$ 50.000,00; 6) Diversos orçamentos para o novo fardamento, móveis e alimentação dos guardinhas".

O segundo item desse edital tratou da mudança da designação da Entidade, para Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, em virtude da fundação da Federação Brasileira do Patrulheirismo, tendo como fundador e presidente o juiz de Direito Marino da Costa Terra. Nessa época, a Federação era sediada em São Carlos.

Como terceiro assunto, foi apresentada a nova redação dos Estatutos dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, ex-Guarda Infante Juvenil de São Caetano

do Sul. O item quarto dispunha sobre a eleição e posse do Conselho de Contribuintes e da Diretoria Executiva, gestão 72/73.

O Conselho de Contribuintes (72/73) ficou assim constituído: Luiz Carletti, Raphael Maregatti; Giuseppe Tocchet; João Batista Silveira, Edson Sauguellis, Eduardo Jessnitzer, Carlos Pinezi Filho, Roberto Krunfly, Sérgio de Oliveira, Alécio Strabelli, Eduard Wahkur e mais três suplentes, Keigo Toyoda, José Vertichio e Ettore Dal'Mas.

Por outro lado, a Diretoria 72/73 ficou assim constituída: Presidente - João Baptista Villas-Boas Filho; Vice-Presidente - José Mombelli; 1º Secretário - Cláudio Perrella, 2º Secretário - Wande Luiz Marangoni; 1º Tesoureiro - Braz Jacir Pinezi; 2º Tesoureiro - Miguel Scherk; Relações Públicas - Celso Mendes Pupo Nogueira.

"No entanto, esse artigo foi suprimido por determinação da juíza de Direito da infância..."

Nos Estatutos de 1971, constava o artigo 11, que definia os membros natos. Foram escolhidos como juiz de Menores, Adauto Alonso S. Suannes; curador de Menores, Mário Rubens Assumpção, e comissário-chefe de Menores, Angelin Dárcio. No entanto, esse artigo foi suprimido por determinação da juíza de Direito da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul, pela lei nº 8069/90, através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 1992).

Foi baixado então, pelo juiz Adauto Alonso S. Suannes, a portaria 14/71, que de-



Guardinha ajudando no trânsito - década de 60



Fanfarrã da Guarda Infante Juvenil de São Caetano do Sul, anterior a 1964, que a partir de 1973, passou a chamar-se Patrulheiros Mirins de SCSul

fine algumas normas de funcionamento da Guarda. Para tanto, ficou acertado que só poderiam participar da entidade, apenas jovens de oito a 18 anos incompletos, que se submetem à fiscalização do Juizado de Menores. Outra medida adotada é a nomeação de Cristovam Miguel Sanches, que, dentro do prazo estipulado, organiza e consegue sensibilizar a sociedade local para lutar pelo engrandecimento da entidade. É realizada a eleição e posse do Conselho de Contribuintes e da Diretoria para a gestão 72/73.

Nesse período, os Patrulheiros Mirins de São Caetano, mudam-se para a Rua São Francisco nº 318. Como instrutor continua o soldado, Arnaldo Faustino da Luz, agora assessorado pelo Ceascas, na pessoa do presidente Cristovam Miguel Sanches, além da assistente social e professora Mercedes Sanches Graça. Ao final de 1972, a sede dos Patrulheiros é mudada novamente, transferindo-se para o Estádio Lauro Gomes de Almeida.

Designada para cuidar e orientar os documentos, convênios, registros e organização de eventos festivos, a professora Mercedes colabora também na orientação da diretoria.

Em outubro de 1972, Sérgio Fernando Lima Toledo começa a fazer parte do Grupo de Colaboradores dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, onde irá ocupar o cargo de primeiro-secretário da Diretoria de 1973. Muito interessado na organização dos documentos, sugere ao Presidente João Baptista Villas-Boas a contratação de uma assistente social para prestar serviços diretamente com os menores,

ajudando o trabalho do Instrutor, como técnico para a elaboração de planos e programas no atendimento do menor carente assistido pela entidade.

Para exercer essa função, em março de 1973, é contratada Diomyra Reyes Giovaninni. Animada, a professora Diomyra começa a desenvolver seu trabalho junto aos 150 meninos Patrulheiros. Realiza um levantamento da realidade, analisando os objetivos e as necessidades apresentadas, além de colocar em dia toda a documentação e registros para obter subvenções. Organiza o prontuário dos Patrulheiros Mirins e fichas para as entrevistas com os responsáveis pelos menores. Também desenvolve curso de Educação para o Trabalho, dando todo apoio para a realização das atividades.

“Também desenvolve curso de Educação para o Trabalho, dando todo apoio para a...”

Para auxiliar na formação dos jovens foram eleitas três atividades definidas como básicas: esporte, música e encaminhamento para estágio de aprendizagem. Com o passar dos anos, outras atividades foram completando o trabalho, com a implementação de cursos de Datilografia, Contabilidade, encaminhamento para Bolsas de Estudo de Inglês, Artesanato, Grupos com orientação Psicológica, e curso de música na Fundação das Artes.

“Mais uma vez Arnaldo Luiz Faustino da Luz, que iniciou em 1964...”

No setor esportivo é iniciado treinamento para condicionamento físico, voltado à participação de provas de Atletismo. Mais uma vez Arnaldo Faustino da Luz, que iniciou suas atividades em 1964 como instrutor, agora dedica-se a treinar os jovens para as competições em provas de corrida e marcha atlética. Resolve então filiar a entidade à Federação Paulista de Atletismo, possibilitando a participação com outros grupos da mesma categoria esportiva.

A iniciativa dá resultado, com a conquista de várias medalhas, diplomas e troféus, com destaque de vários Patrulheiros, o que ajuda a divulgar o nome de São Caetano do Sul, até no exterior. O maior exemplo são os irmãos Aduato e Ademir Domingues, Givaldo Hilário Triunfo e Hélio Ferreira de Carvalho, todos ex-patrulheiros.

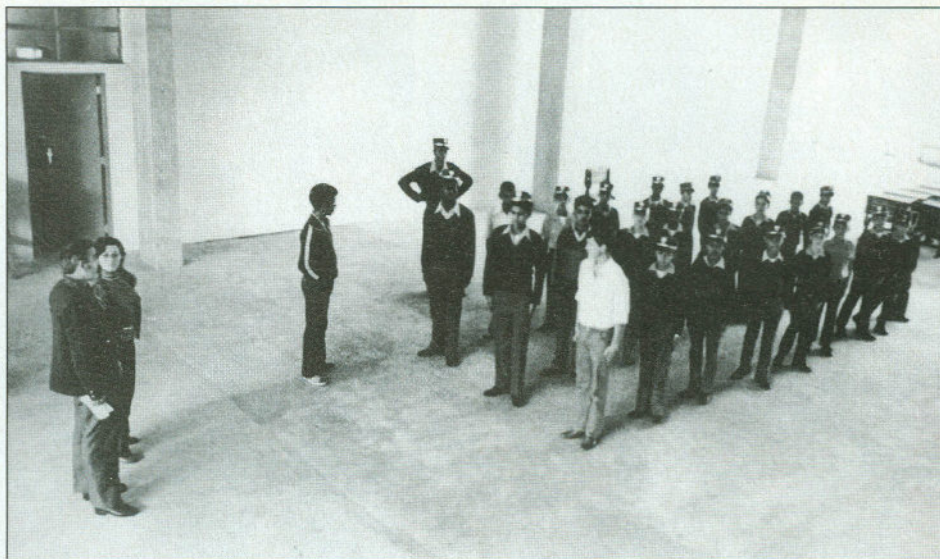


Patrulheiros Mirins na aula de música: Ailton Domingues, tomando lição de Sax Horns (Gênis) de um patrulheiro

No ensino musical, o soldado Faustino, encaminhado para prestar serviço junto aos menores, encontrou um pequeno grupo interessado em música, pois já existia uma formação de fanfara, onde os músicos obtinham algumas noções musicais através do Método Pasquale Bona. Assim, o instrutor cada vez mais interessado pelo assunto, procurou estudar e aperfeiçoar-se em todos os instrumentos musicais. Ingressa no Conservatório Musical de São Caetano do Sul, tendo como professores Abramo Garini e o maestro Eleazar de Carvalho, da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Desse trabalho resulta a formação da Banda Musical Infante Juvenil dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul.

Com o passar do tempo, a Banda Musical Infante Juvenil dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul, realiza várias apresentações, participando de concursos, festivais e olimpíadas, conquistando o título de campeã nacional, na categoria.

É importante ressaltar que vários patrulheiros destacaram-se na área musical, seguindo carreira. O ex-patrulheiro Egídio Pinheiro ingressou na Banda Musical do Exército, chegando a maestro. Outros foram para a Banda Musical de Polícia Militar de São Paulo, enquanto alguns apresentam-se em conjuntos musicais. Lenilson da Silva, ex-patrulheiro montou seu próprio conservatório, em São Caetano do Sul, enquanto Raimundo de Oliveira, foi atuar em Santo André. Já o ex-patrulheiro José Deusenil dos Santos, continuou seus estudos de música na Fundação das Artes, onde hoje é professor, além de integrar a Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal de São Paulo.



Pelotão em forma, dos Patrulheiros Mirins de São Caetano do Sul na nova sede à Rua Cavalheiro Ernesto Giuliano, 450, Pátio Interno, década de 80. Diomyra Reyes Giovannini (atual predesenta 96/97 à frente do pelotão

“Preparando os patrulheiros para o desenvolvimento de suas potencialidades...”

No setor voltado ao Estágio de Aprendizagem, a professora Diomyra introduz o curso de Educação para o Trabalho, preparando os patrulheiros para o desenvolvimento de suas potencialidades positivas, o que permite o encaminhamento para realizar estágio junto às empresas públicas e particulares do Município.

Durante a gestão do presidente Antonio Carlos D. Benedetti, em 1980, foi encaminhado um pedido à Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul para a construção de uma sede, pois o Estádio

Municipal sempre foi um local provisório. A entidade já possuía um terreno que havia sido doado anteriormente, e em 1982 iniciou-se a construção da nova sede, com a ajuda do prefeito Raimundo da Cunha Leite e do empresário Samuel Klein, presidente das Casas Bahia. Em 16 de outubro do mesmo ano, a nova sede foi inaugurada, e recebeu o nome de Conjunto Oscar Klein.

Nesse período, até que a obra fosse concluída, os Patrulheiros, graças à atuação de Samuel Klein, instalou-se no quarto andar do prédio onde funcionava o Cine Vitória, na Rua Santo Antonio, Centro, até que a nova sede ficasse pronta.

O prédio, em arquitetura moderna, foi construído com verbas da Prefeitura Municipal (50%) e das Casas Bahia (50%), construção que possibilitou atender maior número de crianças e adolescentes da cidade.

Dentre os colaboradores que continuam em atividade junto aos Patrulheiros, destacam-se Arnaldo Faustino da Luz, e Diomyra Reyes Giovaninni, sempre com dedicação voltada ao trabalho assistencial e promocional. Cabe ressaltar também funcionários, secretários e assistentes sociais, como Verônica Alice Bakkenist Zoli.

Vale ressaltar também que, integrados ao trabalho dos Patrulheiros, vários ex-presidentes sempre colaboraram com a diretoria, como Mário Bakkenist 74/77; Antonio Carlos Domingues Benedetti 78/81 e 82/83; Mário Bakkenist 84/85 - 86/87; Renato Luiz Gazella 88/89 - 90/91; Diomyra Reyes Giovannini 92/93 e Hélio Ferreira de Carvalho.



Sala de Troféus - Nova sede. Patrulheiros apresentando os destaques esportivos - década de 80

Ex-vereador autonomista relembra acontecimentos vividos na Câmara

Lauro Garcia nasceu em São Caetano do Sul no dia 17 de novembro de 1916, e é filho de José Mariano Garcia Jr. e Angelina Tomazella Garcia. Em 1951, formou-se pela Faculdade Moura Lacerda, localizada em Ribeirão Preto, após ter cursado Economia. Segundo Garcia, ele foi um dos primeiros filhos de São Caetano a diplomarse nessa área.

Administrador e empresário, em 1944 fundou as Indústrias Reunidas de São Caetano Ltda. Passados 32 anos, em 1976, assumiu a direção da Empresa Grande Brasil. Posteriormente, organizou, implantou e dirigiu a Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (Aciscs); Sociedade Amigos de São Caetano do Sul; Diretório do Partido Republicano (PR); Clube de Aerodelismo de São Caetano do Sul; Creche Nossa Senhora da Glória; Sociedade Beneficente e Hospitalar São Caetano; e São Caetano Esporte Clube. Também atuou como diretor do Departamento de Esportes e Bem Estar Social de São Caetano e conselheiro do Banco Interamericano S/A. Como político elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Santo André para a gestão 1948/1952. No ano de sua eleição já estava envolvido com a emancipação de São Caetano do Sul, transformando-se em pouco tempo devido à sua atuação, em líder autonomista. Durante os mandatos de 1957 a 1961 e de 1961 a 1965 foi vice-prefeito de São Caetano, exercendo o interinamente a Prefeitura de 8 de janeiro a 7 de fevereiro de 1958, e também de 30 de novembro a 20 de dezembro de 1959.

“Hoje sou aposentado... Aposentei-me como político e como industrial (...). Naquela ocasião, não havia tanta facilidade como há hoje, em questões financeiras, prin-



cipalmente porque comecei tudo sozinho. Por volta de 1949, 1950, tinha um escritório de despachante aqui em São Caetano. Fui um dos primeiros filhos da cidade a se habilitar no curso superior de Economia e Finanças. Primeiro me formei como contador, depois, perito contador, tudo por São Paulo, na Escola de Comércio 30 de Outubro, que depois passou a ser faculdade. Entrei na faculdade de Ciências Econômicas. O primeiro e segundo ano fiz no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo; depois não pude continuar por causa da política, porque faltava muito às aulas. Fui terminar o curso na faculdade de Ribeirão Preto...”

“A minha política não é de São Caetano, é de Santo André, pois na ocasião fui um dos elementos que teve de mudar para Santo André. João Dal’Mas, Anacleto Campanella e Antonio Dardis Neto e eu éramos vereadores por São Caetano na Câmara... foi necessário

um mandado de segurança (...). Após a emancipação de São Caetano, eu e João Dal’Mas ficamos na Câmara de Santo André até o término do mandato, a pedido do doutor Ângelo Raphael Pellegrino. Do grupo formado de quatro vereadores, formado por nós, dois se retiraram, porque a autonomia foi feita justamente no segundo ano da Câmara de Santo André. Na ocasião, o doutor Pellegrino disse para eu e João Dal’Mas ficarmos lá, porque iria precisar de nós para defendê-lo em tudo que precisasse para São Caetano. (...) Tivemos de comprar casa lá, e quando venceu o mandado de segurança, foi uma briga para entrarmos na Câmara. Não nos deixaram entrar, precisou vir a polícia de São Paulo para nos garantir a entrada”.

“Depois de eleitos, nós fizemos uma declaração na Câmara sobre nosso...”

“Eu tenho uma documentação, inclusive



saiu publicado nos jornais de São Paulo, sobre quando nós entramos na Câmara de Santo André. Foi feita uma coligação PSP-PTB, eu pertencia ao Partido Republicano, mas como o partido não tinha diretório em São Caetano, nós concordamos com essas duas legendas. Depois de eleitos, nós fizemos uma declaração na Câmara sobre o nosso desligamento desses dois partidos, pois éramos do Partido Republicano, o mesmo de 150 anos atrás, que depois, com a queda de Getúlio deixou de existir”.

“Lembro-me que, na primeira reunião da Câmara de Santo André, no dia que fomos lá pra tomar posse, a polícia compareceu também (o DOPS de São Paulo), e só entravam vereadores que já vinham com diploma na mão. Aqueles vereadores comunistas que foram eleitos estavam presentes, pintaram o sete, entregaram todo mundo e a polícia acabou esvaziando o recinto. Eu também fui colocado prá fora e depois não pude nem retornar à Câmara, porque a polícia tomou conta e não deixou entrar mais ninguém. Eu nem tomei posse no primeiro dia (...) Os comunistas de São Caetano eram todos meus amigos, eu conhecia todos, como também conhecia parte de Santo André (...) Como a entrada estava impedida, não deixaram-me entrar. Tive que tomar posse na segunda sessão, e isso foi uma coisa que também marcou-me muito. Eu pensava: “Será que também vou perder o mandato como comunista? Não é possível, porque eu não sou comunista”. E não houve problema nenhum”.

“Sofríamos com a malhação violenta daquela turma, porque ninguém queria...”

“A luta política dentro da Câmara de Santo André foi algo muito marcante. Fui eleito vereador por São Caetano e reeleito por Santo André, porque também tive votos lá. Éramos vinte e um vereadores e só quatro eram a favor de São Caetano se emancipar. Os outros dezessete eram contra. Sofríamos com a malhação violenta daquela turma, porque ninguém queria saber da autonomia de São Caetano. Haviam vereadores de Santo André que iam a São Paulo fazer declarações contra os autonomistas. Mas eu

entrei de peito aberto, e disse: “Sou autonomista. Sou vereador de Santo André, mas sou autonomista”. Se fui eleito para defender o povo, tanto faz ser de São Caetano, Santo André ou de Mauá. Estou defendendo os interesses do povo, e foi o que fiz. Agora, é uma questão de opinião, se o povo de São Caetano quer a autonomia, vamos ajudá-lo, dentro dos preceitos da lei. Quando eles viram que nós havíamos formado a Sociedade Amigos de São Caetano e estávamos levando o movimento adiante, ficaram com raiva da gente. Isso porque estávamos fazendo o diabo lá na Câmara de Santo André. Foi aquela luta, até que um dia eles cismaram de nos desbançar por um voto de desagravo, de pesar pela emancipação de São Caetano, sendo aprovado esse voto. Fui eu quem subi na tribuna de Santo André e respondeu ao voto de pesar. No dia seguinte aqui em São Caetano até saiu publicado no jornal, por todos os apoios que recebi”.

“Santo André aprovou um requerimento contra a autonomia, para que a Assembléia Legislativa de São Paulo não aprovasse o plebiscito. Na época, nós, os quatro vereadores, assinamos um requerimento, de última hora, contra aquele aprovado pela Câmara de Santo André. Assinamos o manifesto, apresentamos ao presidente da Câmara e depois nos retiramos, pois éramos voto vencido. Eles venceram por maioria absoluta. Esse foi um dos momentos mais perigosos que nós tivemos lá dentro, foi um dia em que houve muita confusão, até a polícia estava lá pra garantir a ordem. Depois foi revelado que os quatro autonomistas que aguentaram calados fomos nós, porque depois apareceu muita gente querendo ser autonomista. Na Câmara de Santo André salvamos os quatro, mas depois fomos cassados”.

“A Câmara ficava superlotada, em certas ocasiões até o DOPS era usado para manter a ordem...”

“Um outro fato muito marcante foi a nossa volta à Câmara, depois de vencido em São Paulo o recurso do mandato de segurança, mas eu não tenho nenhum documento. Uma coisa muito importante foi o nosso retorno, com o povo de São Caetano acompanhando

o desenrolar da nossa volta. A Câmara ficava superlotada, em certas ocasiões até o DOPS era usado para manter a ordem lá, porque havia início de confronto entre São Caetano e Santo André (...) Existia uma luta muito grande, não se falava em outra coisa a não ser autonomia, chapa-branca, chapa-preta. Se atender um e não atender outro era um comentário danado, porque era tudo em cima da hora. E o povo de São Caetano tomou partido”.

“O Município de São Caetano foi criado pelo não-esforço de Santo André, junto com o povo (...) A primeira Câmara de São Caetano não tinha nenhuma espécie de ação política, porque ela funcionava pela união de todos os partidos. Não havia desunião, todo mundo trabalhava de comum acordo, com os partidos atuando harmonicamente em benefício de São Caetano que não tinha nada, porque Santo André nos deixou a zero”.

“O movimento autonomista teve uma centena de nomes ilustres que ajudaram na campanha, tudo em torno da Sociedade Amigos de São Caetano. Foram justificados por volta de 117 nomes, pessoas que trabalharam na campanha. Até foi feita uma relação desses nomes na Câmara Municipal de São Caetano”.

“Depois da primeira Câmara de São Caetano, começou a política dos antigos de Santo André, como a família Fláquer e família Cardoso Franco. Havia aquela política pró e contra, eram dois partidos: o republicano e o democrata. Foi aí que voltou aquela política regional de Santo André, a política Fláquer”.

“O primeiro movimento que intimou São Caetano para sua emancipação aconteceu em 1928. Isso é bom esclarecer porque a maioria do povo não sabe, e os políticos de hoje, muito menos. Eu tenho um livro-caixa do Partido Independente Municipal, que prova esse acontecimento. Nessa época, eu tinha 12 anos, e a política era feita na minha casa. Meu pai, José Mariano da Cunha Júnior, era um chefe político junto à colônia italiana de

São Caetano. Mas a aprovação da Assembléia em abrir um plebiscito não aconteceu, porque São Caetano não tinha condições, faltava área territorial e também o comércio não era desenvolvido. Em 1942, depois da queda de Getúlio, foi beneficiada a criação dos novos municípios, e em 1948 houve novamente o movimento autonomista. Eu votei pelo povo de São Caetano, fazíamos reuniões sucessivas e qualquer assunto do jornal de São Caetano, que ficou nas mãos de amigos nossos, era de apoio à autonomia. Como eu era presidente do São Caetano Esporte Clube, organizei para realizarmos lá a primeira reunião para tratar da autonomia. Dali pra frente foi crescendo novamente a campanha autonomista. Santo André, na verdade, não fazia nada para São Caetano, só queriam nosso dinheiro. Agora, verdade seja dita, eles estavam com a faca e o queijo na mão e faziam o que bem queriam, afinal não tinha gente o suficiente para chegar lá e discutir o assunto. A partir desse movimento de 28, que tinha gente boa, gente de expressão, tivemos força para dar continuidade com a certeza de que iríamos conseguir. Em 1948 houve mais facilidade, São Caetano se desenvolveu, criou seu índice de indústria, e a população cresceu bastante, tudo estava mais fácil. Os elementos de São Caetano se reuniam em vários locais, até que foi fundada a Sociedade Amigos de São Caetano. A partir daí, a Sociedade ficou incumbida de providenciar toda a documentação para que fosse feito o plebiscito”.

“O Massei, eu não me lembro bem, mas ele ganhou com uma margem de mil e quinhentos...”

“Com o passar do tempo tínhamos muitos amigos aqui em São Caetano, inclusive meu círculo de amizade cresceu bastante, e politicamente me sentia duplamente agradecido, porque o povo deu valor ao que tinha feito. Tanto é que depois de vencidos os quatro anos na Câmara de Santo André, candidatei-me a vice-prefeito em São Caetano, sendo eleito e reeleito, no mandato de Anacleto Campanella e Oswaldo Massei (...) O Massei, eu não me lembro bem, mas ele ganhou com uma margem de mil e quinhentos a dois mil votos de diferença sobre o outro candidato. Eu sozinho tive oito mil votos, porque a votação para vice-prefeito era independente.



Aqueles dois mil votos, que praticamente eu dei pra ele, ajudou-o a ganhar a eleição para prefeito. Tudo isso a gente veio a saber depois, porque era uma coisa recente, uma vez que diziam que estava ajudando o Massei. No entanto, quem deu a vitória ao Massei fui eu, já que naquela ocasião não podia ser candidato a prefeito, pois estava com a minha fábrica”.

“O Antônio Fláquer era da família que representava a chapa-preta, mas em 1928 ele era autonomista. Esse é um caso singular. Por que se tornou chapa-preta se em 28 era líder autonomista e contribuiu para as despesas desse movimento? Em 1948, pelo cargo que ele ocupava como prefeito de Santo André, como autonomista de 28 e como dono do cartório de São Caetano, ele ficou numa situação delicada. Muita gente não sabe disso, e os que sabiam, já morreram”.

“A minha família, eu não sei porqueargas d’água, achou que os italianos foram os fundadores de São Caetano (...) A minha mãe é filha de italianos, mas o meu pai é brasileiro puro. Quando os italianos vieram para São Caetano, em 1877 (eu tenho a história toda documentada), meu pai e minha avó já moravam em São Caetano, já tinham sua fazenda. Em 1872 já moravam aqui a minha família, famílias de escravos e também outras pessoas, tem até um livro do José Ângelo Gaiarsa de Santo André, que diz o nome dessas famílias. Inclusive o *Diário do Grande ABC*, em uma ocasião me pediu emprestado uns documentos que eu tinha sobre a minha

família, e fizeram uma matéria(...) Ainda ontem encontrei uma publicação do Diário sobre a minha família, relatando de como a minha avó vendeu a propriedade dela. Um historiador, chamado Souza Batista, conseguiu descobrir para mim, em São Paulo, que ela vendeu uma parte de sua propriedade para um banco, e esse banco depois vendeu para a estrada de ferro. A outra parte ela negociou com uma família antiga de São Paulo, que agora eu não me lembro o nome. As terras da minha avó eram muito maiores que tudo o que os italianos tinham”.

“Quanto ao caso Massei, o fato deles terem se tornado chapa-preta foi uma coisa que marcou o povo. Nem o próprio prefeito, Antônio Fláquer, que era dono do cartório de São Caetano, ficou tão visado como a família Massei. E olha que eles são pessoas ótimas, eu conheci todos eles (...) Fui muito amigo do Francisco Massei, inclusive meu pai era compadre dele, eles eram amigos desde quando ele veio da Itália. Agora, o problema da chapa-preta foi um erro dos autonomistas não procurá-lo, um erro inclusive meu, porque era amigo da família dele, e com o movimento, eu também esqueci de procurá-lo. Eu não sabia que, em 1928, ele pertencia às campanhas que meu pai havia empreendido, a gente não lembra de todo mundo. Depois de passada a autonomia, passada aquela época de luta, nós continuamos sendo bons amigos, e então ele me disse: “Lauro, eu fiquei chapa-preta não porque fosse um chapa-preta, mas porque o Antônio Fláquer era meu amigo. Ele me procurou em primeiro lugar e eu dei a palavra que ajudaria, depois não poderia voltar atrás”.

DOCUMENTO

Cópia do discurso pronunciado na Câmara Municipal de Santo André, em 17 de outubro de 1948, pelo então vereador Lauro Garcia que veio a contribuir decisivamente para autonomia de São Caetano do Sul.

Senhor Presidente
Nobres vereadores

Não era minha intenção ocupar hoje esta tribuna, mas compelido e alertado por uma estranha coincidência, às vezes ironias do destino, faço-o e sinto-me com coragem e satisfação que, em meu íntimo de sancaetanense, vejo que é iniludível tomar forma contrária a um fato que já se considerou vontade popular, a verdadeira vontade da maioria, e da qual, prazerosamente tomo o meu lugar e com satisfação dou meu amplo e decidido apoio.

Eleito pelo povo de São Caetano para aqui nesta Câmara representá-lo e, na suposição de que algo poderia fazer em seu benefício. Creio que neste curto espaço de tempo em que tenho desempenhado meu cargo, penso ter cumprido apenas uma pequena parcela do muito que resta fazer não somente para o subdistrito de São Caetano como para demais subdistritos do Município.

Falar sobre as precárias condições em que se encontra São Caetano seria por demais neste momento. Por esta razão é que desejava falar em outra ocasião mais oportuna, sobre a sua real situação, com as sólidas bases que possuo, com argumentos irrefutáveis sobre suas prementes necessidades e da sua elevada contribuição para o erário municipal e de insignificante soma que para São Caetano dispensam, além de outras coisas que fariam testemunhar o quanto é abandonado pelos poderes competentes este subdistrito que é o braço direito de Santo André.

Não quero todas as glórias para São Caetano. Todos os demais distritos tem suas lamúrias para apresentar, mas nenhum como este que nesta Casa de Leis, hora represento.

Como não ignoram, duas vezes já se manifestaram desta mesma tribuna contrária ao movimento autonomista que neste momento se processa em São Caetano.

De início, quero esclarecer que ele não visa sobremaneira atingir ou dificultar o trabalho de bem governar o Município de Santo André, o atual Prefeito Flaquer, muito embora seja dito de passagem conseguiu em São Caetano uma expressiva votação para, agora, vê-lo na investidura em que se encontra.

Sabemos perfeitamente que o Senhor Prefeito Municipal tudo fará para que possa governar a contento de todos os municipes.

Sabemos perfeitamente, que dispensará toda a sua atenção para São Caetano, pois há 30 anos ele convive diretamente com seu povo, conhecendo desta forma as suas verdadeiras necessidades. De minha parte devo esclarecer que S. Excia. está bem intencionada em bem administrar o Município. Porém, quero esclarecer que o povo de São Caetano não quer perder esta oportunidade. Esta sublime oportunidade que as leis vigentes lhe facultam.

Não será por causa de termos um verdadeiro amigo à testa de municipalidade que devemos privar da liberdade que se proceda reviver e reabilitar o movimento autonomista há 20 anos passados já tentado e vitorioso, mas que devido em parte à falta de extensão territorial que as leis em vigor exigiam, lhes proibiram este direito.

Meus nobres colegas. O que me traz à esta tribuna é a coincidência de duas ilustres publicações que bem revelam o espírito antagônico sobre uma mesma finalidade.

Refiro-me ao discurso nesta Câmara pelo Vereador Syr Martins, e publicado no O Município de sábado passado. Propôs "um voto de pesar pelo movimento em pról da autonomia de São Caetano".

Interpretando o que nos diz o dicionário: pesar; vem a ser causar mágoas, desgostos, causar arrependimento, remorso, compadecer-se, afligir-se, sentimento, tristeza, etc. e se outras coisas não cito é porque não encontro no vocabulário a razão de ser e, assim sendo, voto de pesar, na sua extensão significa: profundo sentimento por infausto acontecimento.

Segundo me parece a causa em legítimo não nasceu morta para merecer votos de pesar. Pergunto: não estamos aqui pela vontade expressa do povo? Não estamos aqui para defender os seus direitos e com ele os do Município? Não estamos aqui para defender a sua soberana vontade? Portanto senhores, porque devemos incriminar a vontade do povo de São Caetano ou de quem quer que seja? Será porque o Município de Santo André, mais uma vez terá de ser desmembrado. E, sua pujança econômica diminuída e ainda, sua grandeza territorial mutilada e despojada de sua glória de ser grande?

Não senhores. Devemos reconhecer que São Caetano tem capacidade social, econômica e política para tratar de sua emancipação. Além de tudo, devo levar ao conhecimento desta Câmara que São Caetano também já foi mutilado em sua extensão territorial, sofrendo desta forma um grande desfalque em suas rendas. Nesta terra tudo quanto queremos é com os nossos próprios elementos e recursos. Que então nos dêem aquilo que é apenas nosso. Nada mais que isso. Agora, tirar-nos, como se nos tira, o direito de que nos pertence, isso não. Assim é demais!

São tantos, tão poderosas e tão convincentes as razões que justificam e amparam nossa causa que é impossível pensar de outra forma.

São Caetano é um filho que atingiu a

maioria e como tal que viver.

Tive a oportunidade de ler no O Estado de São Paulo de domingo passado e trago até esta tribuna um trecho do jornal que muito bem enquadrar os sentimentos do povo de São Caetano e que alguns não lhe querem contribuir. — "Os filhos crescem e crescem mesmo. Muitas vezes mais depressa do que se espera e do que muitos pais (sobretudo mães) desejariam. Mas, que se há de fazer? É uma fatalidade biológica. O que é preciso é adaptar a nossa visão, corrigindo-a, de modo a ver eles crescerem para evitar surpresas. É curioso como nos recusamos a perceber e reconhecer os defeitos e falhas de visão de espírito. Fisicamente, logo que experimentamos maior dificuldade em ler, notamos pouca nitidez nas imagens do cinema, confundimos as cores ou não conseguimos distinguir de longe o número do ônibus que se aproxima, apressamo-nos a correr a um oftalmologista e pegamos um par de óculos sobre o nariz. Mas não queremos nos lembrar de que há também miopias e presbitismos, anastigmatismos e daltonismos, ambliopias e nictalopias mentais e sentimentais. E quando o reconhecemos, não admitimos a hipótese de que talvez nós mesmos sofremos, neste ou naquele terreno, em relação à determinados fatos ou noções, de qualquer um daqueles defeitos ou imperfeições. Afinal, parece que é mesmo da natureza humana. Já as Escrituras se referem ao sujeito que vê o argueiro no olho do vizinho mas não se lembra da trave que lhe tapa o seu próprio. O que é mesmo que a sabedoria popular ensina, quando diz que macaco nunca olha para o que lhe pende atrás. É por que muita gente não vê os filhos crescerem. Mas crescem".

Por estas razões que um subdistrito com quase quarenta e cinco mil habitantes, com perto de seis mil prédios, com uma renda municipal aproximada em oito milhões de cruzeiros, com uma Coletoria Federal que arrecada anualmente quarenta milhões de cruzeiros elementos estes que 80% dos Municípios do Estado de São Paulo, não contam, dificilmente se submeterá à tutela de outro.

Já em 1929, durante o movimento autonomista daquela época, ficaram gravadas na memória de muitos caetanenses o que o Mundo Brasileiro publicou. "Os direitos de São Caetano não serão, certo, esquecidos pelo mais alto magistrado do Estado. Serão respeitados porque, em vida própria, com largas possibilidades, muito poderá fazer para o engrandecimento de São Paulo.

São Caetano cuja política honesta é uma lição, um exemplo, há de ser vitorioso no seu desejo. Desmembrado pelo aplauso de seu povo, será mais uma força a garantir a preponderância econômica desta unidade Federativa".

Eu como filho de São Caetano tenho absoluta certeza que o bom senso prevalecerá e São Caetano será livre e poderoso.

É o que eu tinha a dizer, Senhor presidente.

Memórias do Bonifácio de Carvalho (ou os bons e velhos tempos do Ginásio)

Acervo: José Teixeira Gonçalves

José Teixeira GONÇALVES (*)

O primeiro Curso Secundário Estadual de São Caetano do Sul foi criado através do Decreto 19.210 R, de 1º de março de 1950, publicado no Diário Oficial do Estado, a 6 de abril de 1950. Era na época governador do Estado, Ademar Pereira de Barros, e secretário do Estado de Negócios de Educação, José de Moura Resende. Ângelo Rafael Pelegrino era o prefeito de São Caetano. É importante lembrar que para a criação do curso contribuiu muito, com a sua influência político-governamental, o Partido Republicano Progressista (PRP). Foi o PRP que praticamente apadrinhou a nomeação dos primeiros funcionários e professores do estabelecimento de ensino recentemente criado.

Foi instalado o Ginásio Oficial em 1º de abril de 1950, e por não contar com prédio próprio, acabou sendo provisoriamente colocado nas dependências do Grupo Escolar Senador Flaquer, à Rua Heloísa Pamplona, nº 180. Em maio do mesmo ano, foram realizadas as provas de admissão ao ginásio, e também aceitaram-se transferências de outros estabelecimentos públicos.

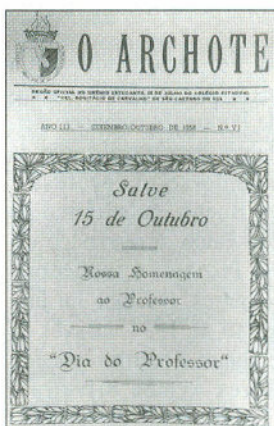
“Havia ainda a obrigação de cumprir o Calendário Especial...”

As aulas iniciaram-se em 1º de junho de 1950; somente o Curso Ginásial de primeiro grau, e apenas no período noturno, com início à 18h30 e término às 23h30. Havia, ainda, a obrigação de cumprir o Calendário Especial do Ministério da Educação, que determinava cinco horas de aulas por noite, nas primeiras séries. Afinal, a escola começou com 127 alunos, distribuídos em três séries e duas séries mistas, uma segunda e uma terceira. Desses 127 alunos, 80 foram matriculados através de exames de admissão e 47, através de transferências. Já havia sido nomeado o primeiro inspetor federal, Perestrello Carvalhosa, que viria a ser substituído, mais tarde, por René Charlier e Paulo Fernando Lopes (este havia sido meu colega de turma na Universidade de São Paulo). Logicamente foi mais fácil trabalhar com o inspetor Lopes...

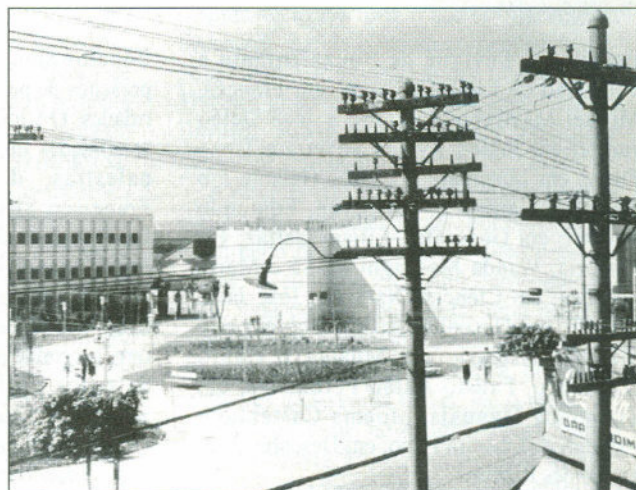
O prédio do Senador Fláquer foi utilizado do melhor modo possível. A Secretaria da escola foi instalada num pequeno porão no fundo da antiga construção, enquanto a diretoria



Aspecto externo do Colégio Coronel Bonifácio de Carvalho, após a inauguração, em março de 1958



Capa da revista O Archote, de setembro/outubro de 1958, órgão oficial do Grêmio Estudantil 28 de julho, do Colégio Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho



Aspecto externo do Auditorio Santos Dumont, junto ao Colégio Coronel Bonifácio de Carvalho, em outubro de 1958

ocupava a metade da sala do diretor do Grupo. Faltavam naturalmente laboratórios para Ciências Naturais, sala para Trabalhos Manuais, Biblioteca e outros recintos. Contava-se, no entanto, com a boa vontade e a cooperação de todos. O funcionamento tornou-se normal e perdurava ótima assiduidade.

“Alguns trabalharam em duas disciplinas. Ainda cabe uma...”

Em homenagem aos esforços dos professores pioneiros cabe enumerá-los: José Oswaldo Retz Silva para o ensino de Português; Maryoel Castello Girão, Inglês; Edgard Albuquerque Lins, Ciências Naturais; Léa Goldenstein, História Geral e do Brasil; Teresa da Costa Guanciale, Geografia Geral e do Brasil; Elza Lourdes Ferreira, Matemática; Guelder Artide Salvador, Trabalhos Manuais; Léa Andrade Bordine, Educação Física feminina; Gerson Mattoso, Educação Física masculina. Alguns trabalharam em duas discipli-

nas. Ainda cabe uma menção honrosa aos primeiros funcionários administrativos: Salvador Di Bernardis, primeiro-secretário; Carlota Estrela de Souza Forte, segunda-secretária; Ubirajara Moraes, primeiro-escriturário; Joci Martins Falco, escriturária; Manoel Eduardo do Amaral, inspetor de alunos; Julita Aparecida da Cunha Lima, inspetora de alunos e Celso Cardoso, servente. Com exceção de Salvador e Joci, os funcionários trabalharam quase vinte anos no estabelecimento, e o desenvolvimento eficiente da escola ficou devendo elogiosos méritos a todos eles.

Através dos anos, no próprio prédio adaptado, o número de alunos aumentava constantemente e variavam os professores, nomeados através de concurso público. No velho prédio do Grupo Escolar, o estabelecimento ficou até 1958. Ainda no período precário, foram realizadas quatro formaturas, isto é, nos anos de 1954, 1955, 1956 e 1957.

Destacaram-se no período de 1951 a 1958 eficientes professores, que continuaram no prédio novo, todos merecendo ser citados: em



Foto de 1958, apresentando o ato da inauguração da nova sede do Grêmio Estudantil 28 de Julho. Ao microfone, o estudante Fuad Sayar; à direita, o professor José Teixeira Gonçalves, e, imediatamente atrás, o vereador Raimundo da Cunha Leite, que representava no ato o prefeito Oswaldo Samuel Massei



Foto de 1959: desfile dos estudantes do Colégio Coronel Bonifácio de Carvalho, no trecho da Avenida Francisco Matarazzo entre as ruas Manoel Coelho e João Pessoa

Português, Sevigné de Souza Infante e Sebastião de Lima Camargo; em Francês, Miguel Mastrobuono Netto e José Deléo Junior; em Inglês, Aymée Silveira e Tiekio Fusi; em Matemática, Carlos Galante e o professor Laureano; em Latim, Edmundo Velletri; em Geografia, Liliam Gattáz; em História, Wanda Mascagni de Sá e Maria Fonseca; em Ciências Naturais, José Jairo Rímoli; em Desenho, Attilio Baldocchi e Maria Cassetari; em Música e Canto Orfeônico, Fausto Antão Fernandes; em Trabalhos Manuais, Moema Castanho e Joaquim de Oliveira Filho; em Desenho, João Fernandes Ribeiro.

A 5 de janeiro de 1954, os graduandos [os ginásianos de 1953, a primeira turma] colavam grau às 20h00, no Cine Urca. Eram 50 formandos, tendo como paraninfo a professora de História, Wanda Mascagni de Sá; o orador da turma era Américo Catão Netto. Pertencia à mesma turma Laurito Antonio Perrella, que, anos mais tarde, seria professor de Matemática da escola. Em 9 de janeiro, às 22h00, realizou-se o primeiro baile comemorativo de formatura, abrihantado pela Orquestra Copacabana, no salão do Clube Comercial, com traje a rigor.

“O Clube de Português convidou personalidades importantes para...”

Apesar de vigorar o curso noturno, surgiram algumas manifestações culturais extrascolares importantes, devendo-se destacar: a instalação do Saturday Evening Club, clube da língua inglesa, sob o patrocínio da professora Aymee Silveira; a criação do Clube de Literatura Portuguesa, sob a direção da professora Sevigné de Souza Lemos; a fundação da biblioteca da Escola, denominada Dr.

Roberto Simonsen. Foi inaugurada com a presença de parentes do homenageado e autoridades. O Clube de Português convidou personalidades importantes para a realização de palestras, destacando-se o professor Francisco Silveira Bueno, catedrático da Universidade de São Paulo; o renomado escritor Menotti Del Picchia; o intelectual Hygino Aliandro, e outros. O Clube foi fundado em 18 de agosto de 1954, através de uma assembléia de alunos e mestres, presidida pelos professores Aymée Silveira e Sevigné de Souza Lemos, sendo denominado Grêmio Estudantil 28 de Julho. Na época, não contando com sede própria, os alunos tinham necessidade de reunir-se em salas de aula, fato que não lhes possibilitava um ambiente ideal próprio da juventude. Mas o grêmio haveria de produzir muitos frutos através dos tempos.

O ginásio estadual funcionou durante oito anos no antigo prédio do Grupo Escolar, sempre em regime noturno. Mas, após o término da construção do grande e imponente edifício da Avenida Goiás, erigido sob as expensas da própria Prefeitura Municipal, durante a gestão do prefeito Anacleto Campanella, o estabelecimento oficial passou a funcionar ali, a partir de primeiro de março de 1958.

“A Escola deixou de ser então um simples ginásio...”

Nessa mesma data, os cursos de Colégio - Clássico e Científico - foram instalados. A criação oficial já existia através da Lei nº 3.541, de 16 de outubro de 1956. A escola deixou de ser, então, um simples ginásio e ganhou o nome de Colégio. As respectivas classes foram sendo organizadas, primeiros Científicos e os primeiros Clássicos.

Com a mudança para o novo prédio, o número de alunos aumentou intensamente. Basta citar o seguinte: no Grupo Escolar da Rua Heloísa Pamplona, a média de matrículas não passava de 350 alunos; logo após o início da matrícula no prédio novo, a média alcançou 1.600 alunos. Quanto ao número de professores, a média antes variava entre 16 e 18; com a instalação do Colégio e Curso Normal, ultrapassou 80 professores titulares.

O horário escolar do estabelecimento tornou-se integral, manhã, tarde e noite. À noite perdurava o 2º grau. Através da Lei nº 5.272, de 15 de janeiro de 1959, foi criado o Curso Normal, anexado ao Colégio. A escola passou a chamar-se Colégio Estadual e Escola Normal Coronel Bonifácio de Carvalho. A denominação Instituto de Educação foi criada através da Lei 7437, de 12 de novembro de 1962.

Com a instalação do Curso Normal, surgiu a necessidade de prática didática e pedagógica. Em consequência, foi preciso construir-se um prédio anexo, a Escola Normal do Instituto. A 4 de abril de 1963, terminada a construção, ao lado do prédio do Instituto, foi inaugurado o Grupo Escolar Anexo, onde iriam funcionar várias classes primárias que serviriam para a prática e aperfeiçoamento das professorandas.

“O estabelecimento estava completamente integrado ao setor...”

O Instituto de Educação continuaria prosperando. Além do Curso Normal, foi criado um curso de Administração Escolar e um Curso de Aperfeiçoamento de Professores. O estabelecimento estava completamente integrado ao setor profissional do professor. A finalidade no momento seria transformá-lo num

modelo de alta qualidade. Era necessário instalar vários órgãos anexos. Dentro desse critério foi criada a APM de Cooperação Escolar, entidade dirigida pelos pais de alunos, que colaboraram com elevado interesse na organização material e pedagógica da Escola, através de donativos anuais facultativos dos alunos. Cabe aqui uma menção honrosa ao senhor Narciso Dário, já falecido, que foi competente tesoureiro do órgão durante muitos anos. Foi também consolidada a Biblioteca, transferida do antigo prédio do Grupo Escolar, e que se tornou muito ampla, crescendo em quantidade e qualidade de obras literárias, tendo sido frequentada pelos alunos e colaborando nos seus trabalhos didáticos. O bibliotecário, Francisco Ladeira, que já tinha sido nomeado na fundação do ginásio, organizou em imensa sala própria a materialização da biblioteca.

Outro setor importante do estabelecimento movimentado a partir do ano da fundação (1950), apesar do regime noturno no Senador Fláquer, foi o de Educação Física, naturalmente mais dinamizado, em regime diurno, nas instalações novas do prédio da Avenida Goiás. Destacou-se a figura do professor Newton Lacerda Figueiredo Santos, enérgico e eficiente, auxiliado pelos inspetores de alunos, e, mais tarde, pela professora Leila Barros Castro Nogueira.

“Mesmo durante à noite os alunos eram treinados em suas marchas...”

O Dia da Independência nunca passou despercebido pela Educação Física. Mesmo durante a noite os alunos eram treinados em suas marchas. Foi organizada na ocasião uma pequena fanfarra, que cresceu muito em quantidade e qualidade no novo prédio. Tivemos então importantes conjuntos, desta-

cando-se excelentes dirigentes de fanfarras, notando-se Milton Feijão Filho, Rhino Guerino, cabo Novelli, e outros. Todos os alunos eram obrigados a desfilar; foi um princípio seguido à risca durante a administração de 1951 a 1968. Os alunos, garbosos em seus uniformes, desfraldando muitas bandeiras, inclusive as bandeiras históricas do Brasil, alegravam as manhãs do Sete de Setembro. Era uma festa rara, marchas militares, balizas e dançarinas, muito som, muito movimento. Multidão de assistentes aplaudia com entusiasmo. A Avenida Goiás de então transformava-se num deslumbrante espetáculo. Outras escolas cooperavam, destacando-se o Instituto de Ensino da Rua Baraldi. Esse espetáculo cívico desapareceu da cidade. Não existe mais. O Sete de Setembro passa em branco. Onde está o nosso patriotismo?

Já foi lembrado que o Grêmio Estudantil 28 de Julho, foi fundado em 18 de Agosto de 1954, instalado precariamente. Mas a semente estava lançada. Após a mudança da escola do velho prédio do Grupo para a construção atual, o Grêmio pôde contar com instalações condignas de acordo com sua projeção. A primeira diretoria eleita era formada por Fuad Sayar, presidente; Salvador Kalmar, vice-presidente; Benair Alcarraz, primeira secretária; Ivany Aneli, segunda-secretária; Sidney Cavassani, tesoureiro; Ramis Sayar, diretor-cultural; Maria Perrela, diretora-cultural; Paulo Pereira e Edson Salgueiro, diretores sociais; Alfredo de Castro e Daniel Fiorotti, diretores esportivos; e Dario Bernardes Dias, diretor de patrimônio. O número de associados, portadores de carteirinha, atingia quase mil alunos. A sede social foi montada no primeiro andar do prédio da Avenida Goiás, 1.111, onde se encontra hoje a Academia de Letras, com todos os apetrechos necessários, incluindo um pequeno bar. A nova sede foi inaugurada em 1958. O Grêmio destacava-se pelo

constante dinamismo. Oferecia frequentemente inúmeras diversões, como as reuniões dançantes em todos os finais de semana. Nas tardes de sábado e domingo, realizavam-se competições esportivas nas áreas apropriadas da Escola, além de excursões, destacando-se o caminho histórico para Belo Horizonte, à cidade do Rio de Janeiro, para Perus, Vila Sônia, e outros. Também tomava iniciativas intelectuais, oferecendo concursos de Oratória, debates sobre História do Brasil, debates entre políticos. Foi muito comentado, um debate presidido pelo professor Guilherme Vasconcelos de Azevedo, em 1960, entre Hermógenes Braido, Anacleto Campanella e Joaquim Formiga.

Organizava-se anualmente a tradicional Festa de São João no pátio da escola. O Grêmio realizava todo o ano o Concurso da Rainha da Escola e, como consequência, depois havia a promoção de um grande baile. Tivemos grandes rainhas, entre elas, Romilda Baraldi, Edith Kádi, Neide Fortunato e Ladyslene Cambaúva.

A diretora do Grêmio às vezes envolvia-se em questões políticas locais. Foi o que aconteceu certa ocasião junto aos vereadores da cidade. A entidade estudantil conseguiu, durante uma noite, movimentar uma passeata cívica, convocando todos os alunos, que, carregando velas acesas e um ataúde, dirigiram-se através da Avenida Goiás, até o prédio do Cine Vitória, onde, no segundo andar, funcionava a Câmara Municipal de São Caetano. Reunidos de frente ao prédio, chamaram a atenção dos vereadores e solicitaram uma audiência a fim de solucionar seus interesses de alta importância estudantil. Este fato foi narrado pela revista *Raízes*, com detalhes, em texto de Oscar Garbelloto, que, como membro do Centro Acadêmico, havia participado dos acontecimentos.

O Grêmio imprimia suas publicações, des-

Acervo: José Teixeira Gonçalves



Ao centro da foto, aparecem os professores Sebastião de Lima Camargo (de gravata) e o professor Alécio Strabelli (de óculos) juntos aos alunos, numa confraternização do curso de inglês denominado Saturday Evening Club



Foto de 1954: inauguração da biblioteca escolar, ainda no prédio do Ginásio Estadual Senador Fláquer. O professor José Teixeira Gonçalves, ao centro, discursa. À direita, o prefeito Anacleto Campanella e a professora Sevigné Souza Lemos. À esquerda, um parente de Roberto Simonsen

tacando-se o Archote em forma de revista e jornal. Em 4 de Abril de 1964, o jornal realizou um Concurso de Honra ao Mérito, escolhendo, entre os profissionais de São Caetano do Sul, os melhores do Ano. O escolhido recebia um diploma com o Título de Honra ao Mérito. Sob o patrocínio do Grêmio, realizavam-se torneios esportivos quase todos os sábados; as quadras da escola ficavam movimentadas. Eram torneios bem organizados. Convidavam-se estabelecimentos escolares de São Paulo, como Osvaldo Cruz, Mackenzie, Rio Branco e vários outros. Daqui de São Caetano participavam o Centro Acadêmico e o Instituto de Ensino de São Caetano. Havia um torneio tradicional Estaca (Estadual Contra Acadêmicos) no qual disputavam-se várias modalidades esportivas.

“Revelou-se nessa época o aluno Jair, que se tornou grande artista...”

O Grêmio realizava também, todos os anos, o Baile do Pingüim, quando várias personalidades eram homenageadas. Patrocinava ainda periodicamente, shows artísticos, utilizando o prédio anexado ao Instituto, o Auditório Santos Dumont. Organizavam-se pequenas comédias e atos variados de canto e música. Revelou-se nessa época o aluno Jair, que se tornou grande artista nacional, adotando o nome de Jerry Adriani; outro que se destacava na ocasião era o garotão Josmar Martins, cuja especialidade era cantar a canção espanhola Granada. Grandes concertistas alegravam o ambiente estudantil, realçando-se os irmãos Dompieri e o esplêndido Waldemar Zambrana. Tivemos no Auditório o show Coca-Cola, com a presença de Manoel da Nóbrega, Ronald Golias, Canarinho e do cantor Roberto Luna. O patrocínio era do Grêmio.

As atividades extras no estabelecimento multiplicavam-se no começo do ano. Os bailes de formatura, com trajes a rigor eram deslumbrantes e, muitas vezes, repetiam-se no ginásio, colégio e escola normal. Contratavam-se afamadas orquestras da época [isto é, entre 1958 e 1965], com notáveis maestros: Silvio Mazzuca, Osmar Milani, Simonetti, Beriba Boy's e seu conjunto, William Fourneau (que se destacava pelo solo de assobio), Pocho e seu conjunto, Jazz Copacabana, Continental de Jaú, e outros. Eram conjuntos luxuosos, com muitos instrumentos: saxofones, pistões, marimbas, etc.

Havia muitos figurantes, cantoras bailarinas. A moda era do compositor Glenn Miller; realçavam-se boleros, fox-trot, fox-blue, sambas, baião, e outros ritmos quentes. Nem se pensava em roqueiros. Quanto aos salões de baile, predominavam o imponente Salão de Mármore, localizado no terceiro andar do Moinho São Jorge e o salão do Clube Comercial, no terceiro andar do Cine Vitória.

Houve alunos que mais tarde se destacaram nos meios artísticos e esportivos. Jerry Adriani, que não perdia um show na escola; Antonio Carlos Strasser, artista de novelas da Globo, já falecido; a campeã mundial de basquete, Hortência, que solicitava do professor licença para sair mais cedo (antes das 17 horas), para treinar no Clube São Caetano, juntamente com a colega Wania. Estes fatos passaram-se em 1971. Naturalmente, no Grande ABC, perduram em vários setores profissionais, grandes personalidades desenvolvidas na antiga geração do Instituto Coronel Bonifácio de Carvalho.

Em 1959, a imprensa resolveu pressionar a direção do Instituto, solicitando a instalação de classes ginasiais à noite. Não havia salas disponíveis. Desse modo, com autorização da Secretaria Estadual de Educação, o Instituto voltou a ocupar, à noite, o Grupo Escolar Senador Flaquer, onde foram instaladas quatro classes de primeiro grau. As classes funcionaram nas salas do Grupo durante mais de um ano. No ano seguinte, foi inaugurado um novo prédio escolar secundário no Bairro Fundação, ainda sob a administração provisória do Instituto da Avenida Goiás. Transferiram-se as classes noturnas do Senador Flaquer para o novo Ginásio da Fundação. E durante uma noite, com a presença de autoridades municipais e educacionais, o prefeito Osvaldo Samuel Massei inaugurou oficialmente o novo estabelecimento. Alguns dias depois, foi nomeada nova direção.

A denominação do Coronel Bonifácio de Carvalho ao Instituto de Educação, teve origem no próprio decreto da criação do Instituto, em 1950. O Decreto 19.585 B, de 19 de julho de 1950, baseado na Lei Estadual de número 17.698, de 26 de novembro de 1947, denomina o Instituto de Educação de Coronel Bonifácio de Carvalho, porque ele prestou serviços relevantes a São Caetano do Sul e também por possuir uma vida exemplar, digna de ser imitada.

“Educador, político e jornalista, tornou-se um líder autonomista...”

O coronel nasceu em 3 de janeiro de 1875, em São Bento do Sapucaí. Foi estudante do Seminário Provincial de São Paulo, que era o único estabelecimento de ensino secundário de São Paulo. Realizou obras inesquecíveis em São João da Boa Vista. Em Faxina, hoje Itapeva, também ajudou a instalar a Santa Casa local. Em Santos, foi executor de rendas federais e, mais tarde, em virtude de seu trabalho especial, foi nomeado oficial da Reserva do Exército Nacional, ganhando o título de coronel. Em São Caetano do Sul, foi fundador do Centro Cívico do Município, em 1925. Através desse Centro, foi brilhante incentivador da autonomia de São Caetano do Sul. Educador, político e jornalista, tornou-se um líder autonomista. Mas, falecendo em 1947, não viveu bastante para ver o seu ideal concretizado, pois um ano depois São Caetano do Sul conseguiu a tão almejada emancipação política. Em São Paulo, ainda moram parentes e filhos do inesquecível coronel; entre eles, os professores Paulo, Olavo e Otávio. Na vizinha cidade de Santo André, estão residindo os netos, os advogados José Bonifácio de Carvalho, Antonio Carlos de Carvalho e seus irmãos gêmeos, Martim Francisco de Carvalho e Francisco Tadeu de Carvalho.

Em 1967, toma posse da direção do estabelecimento, o professor Carmelo Crispino, que ocupava antes a assistência da Diretoria. O professor era um educador idealista e com larga experiência pedagógica, apresentava um dinamismo excepcional. Conseguiu, com insistência e persistência, junto ao prefeito Hermógenes Braido, a ampliação da estrutura do prédio, que foi construído ao nível da Avenida Augusto de Toledo. Com a nova construção, mais salas de aula, e logicamente o número de alunos aumentou de modo significativo.

Este relato representa o período inicial da vida do Instituto de Educação Estadual, de 1950 a 1965. Foram os anos dourados da vida estudantil. Hoje o Instituto tem uma estrutura material quase perfeita, com ótimos laboratórios, eficiente refeitório, teatro quase terminado, quadras especiais para esportes, sala de História; mas parece que os alunos demonstram relativa indiferença nas aulas. Não sabem aproveitar um corpo docente de elevada qualidade e uma estrutura pedagógica moderna, que o Estado lhes oferece gratuitamente. Afinal tudo tem sua época. Vamos esperar novos tempos, novos interesses, nova política de-

mocrática. O tempo passa e o vento vai deixando tudo para trás... Um lugar ao sol, conquista-se com talento e capacidade. Viver é sempre conhecer, saber, compartilhar de uma luta constante.

Cabe uma homenagem sincera aos professores e funcionários que colaboraram eficientemente para o desenvolvimento do Instituto no período histórico. Porque é necessário ratificar uma verdade: o que valoriza um estabelecimento de ensino é um corpo docente de alta qualidade e uma eficiente administração. Somente estes atributos qualitativos elevam o paradigma da educação em uma instituiçõescolar. O fato desta ser particular ou pública desce a um plano secundário. Vejamos os professores (alguns já foram citados anteriormente), pela ordem das cadeiras: Português - Guilherme Oswaldo Vasconcellos Vicente de Azevedo, Raymundo Barbosa Netto, Fábio Teixeira, Maria Chudiniski, Dinorá Faria de Castro, Hilda de Almeida Guedes, Maria Emilia Miranda e Olavo Hilário Campos; Francês - Júlia Helena Castilho Palma, José Domingos Tancredi, Maria Teresa Lorenzine, Silvia Aranha de Oliveira Ribeiro e Carla Strambio; Inglês - Ruy Menegoni Pedroso, Hilde Sihler, Mitsue Nitta e Maria Leonor Rossetti; Latim - Alécio Strabelli; Espanhol - Romana Fabris; Matemática - Antonio Laureano, Laurito Antonio Perrella, Dalva Fontes Indiani, Alice Barrak, Maria Aparecida de Lurdes Crepaldi, Maria Olívia Fares, Jorge Guimarães Lopes Costa, Aparecida Cesar Robert, Cláudio J. Dall'Anese, Antonio Salvador Testa e Neide de Souza; Ciências Naturais - Elza Borges Martins, Ricardo Simonetti, Sérgio A. Costa, Wanderce Rego Lopes da Silva, Carlos Augusto de Souza, Nelson Buck, Terezinha de Jesus Ribeiro e Geny Saes de Amo; Química - Wilson Ferreira e Leônidas Paolone; Física - Halina Rosso; Geografia Geral e do Brasil - Renato Silveira Mendes, Lúcia Lemós Durí, Alvina Souza Rocha, Euricléia da Cruz Baptista, Oswaldo Altran Martins e José Vitorino Ramos; História Geral e do Brasil - Salomão Becker, Ruth Cruz de Oliveira, Maria José Penteados Bastos, Carmelo S.F.J.S. Crispino, Rosa Kulcsár e Arnaldo Luiz de Gaspari; Desenho - Carlos Gonçalves, Alexandra Chudeniski, Tancy Mason e Anatole Pirylampo Silva; Música e Canto Orfeônico - Roberto Manzo; Educação Física - Lindalva dos Santos Gomes, Aloth Freitas e Akemi Fuziy; Trabalhos Manuais e Artísticos - Antonieta Maria Mourão, Mário Pires, e Elvira Ribeiro Fernandes; Metodologia e Pedagogia -

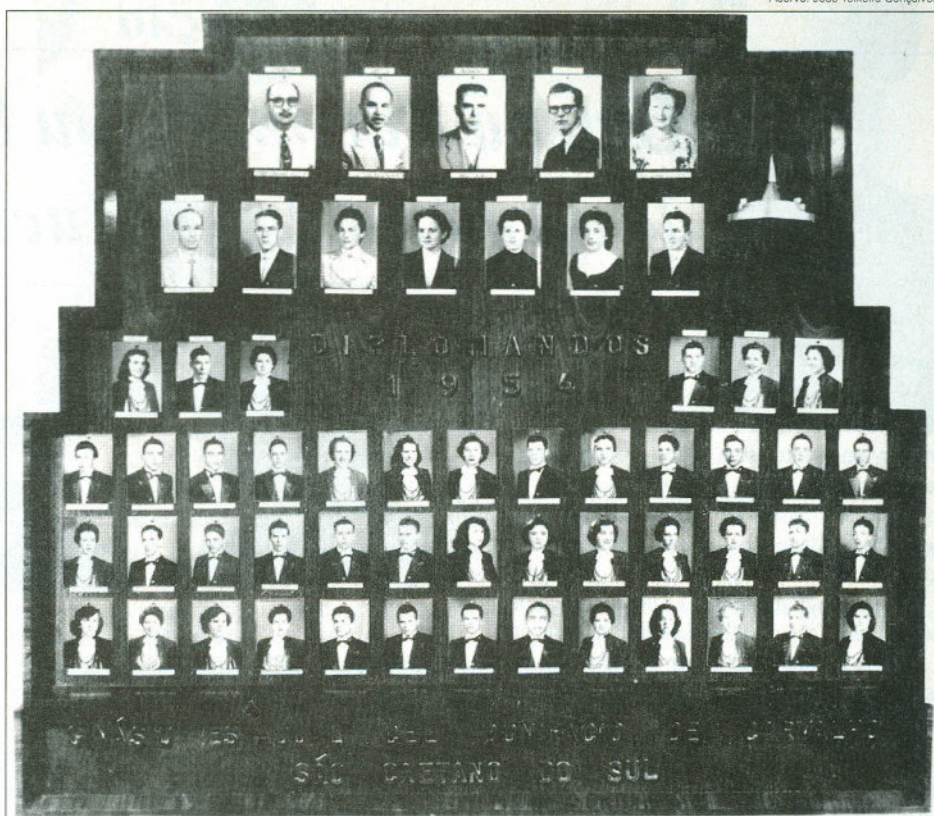


Foto de 1954: a primeira Turma de formandos do Colégio Coronel Bonifácio de Carvalho, quando ainda funcionava na Escola Senador Flaquer. De cima para baixo, da esquerda para direita: 1ª fileira: Edmundo Veletri, José Teixeira Gonçalves, Carlos Galante, René F.J. Cherlier, Sevigné S. L. Infante; 2ª fileira: José Deleo Junior, José Jairo Rinoli, Moema Castanho, Maria H. Fonseca, Uli Cattas, Aimée Silveira, João F. Ribeiro; 3ª fileira: Joyce Aracy G. Pereira, Nelson A. Vasques, Ida S. Rezende, Vicente Lopes Filho, Luzia Elcia O. de Souza, Aparecida Ribeiro; 4ª fileira: Antonio Shisar, Agenor da Silva, Antenor da Silva, Adilson Perrucci, Alice N. Jorge, Albertina Rezende, Benedita Morales, Elcio M. Scarioffolo, Emilia Amoresi, Francisco T. Biz, Gentil Morales, Italo da Roz, João Marsal; 5ª fileira: Janiece Rinardi, José E. C. de Almeida, Joaquim Virgílio, João Ulliana, José V. Filho, Luiz Tonhazolo, Leonice Arca, Lira Kogan, Mariza C. Silva, Miriam da Fonseca, Marlene Canossa, Mario José J. Sabha, Mário Zannela; 6ª fileira: (?) Gelensker, Norma Trevizan, Neyde de Andrade, Nelta M. Bracesco, Orlando Miniguini, Rair Goldmann, Ruy Pereira, Raimundo de C. Costa, Romilde Baralde, Valda M. de H. Pessoa, Wanda Radzevicius, Walter Silva, Zenaide Korolkovas

Iracilda Robert, Dory Marlene Buck, Celina de Almeida Lorenzine, Zuleika Dalbone e Marjorie Cardine Tumcson; Sociologia - Rodovalho Rego Souto, Écio Perin; Auréa de Oliveira - diretora do Curso Primário Anexo; Sílvia Nunes Leite - professora auxiliar da Administração do Curso Primário; funcionários administrativos - João Aparecido Montanheiro, Oswaldo Montanheiro, Marlene Turner Lizzidate, Wilma Duran Domingues, Maria de Lurdes Xavier Dias, Nilza Corrêa Guimarães, Leci de Souza Teixeira, Aurora Cavalieri, Francisca Grassmam, Antonia Vicentina Sanches e Olga Solomka; inspetores de alunos - Augusta Munis Cortês, Aldo Manfrinatti, Juvenal Gonçalves, Lúcia Gardini Livman e Alexandre Ravazzi; serventes - Celso Cardoso, Antonieta Falaguasta Basso, Luís Jorge de Andrade, Odette Batista do Amaral, Matilde Pradella, Norma Carregão Fachin, Ercília Irene Spoledório, Editte Silva Nardi e Celestino Bridaroli.

Muitos alunos colaboraram no desenvolvi-

mento do Instituto, alguns através do Grêmio. Vários já foram citados devido ao seu trabalho dinâmico; acrescentemos outros importantes: Maria Teresinha Dario, que tomava muitas iniciativas; Alberto Ildesom, presidente do Grêmio; Erideval F. da Costa, presidente do Grêmio; Ênio Campoi e Norival Menon, na organização dos esportes; Gilberto Gardezani, Nelson Piratello, Sidnei Cavassani e Adair de Moraes na redação do jornal do Grêmio e tantos outros... O Grêmio 28 de julho desapareceu em 1965, porque havia perdido a sua sede. Mais tarde, foi substituído pela Associação Cultural Estudantil Liberal (-ACEI), fundada em 28 de Julho de 1968. Foi o seu primeiro presidente o aluno Dirceu Martins Pio, eleito democraticamente.

(*) José Teixeira Gonçalves foi diretor e professor de Geografia e História no Colégio Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho durante 18 anos.

Helena Kaminska, ou 88 anos de memória de uma ucraniana

Leda Paula BERNARDI (*)

Falar de Dona Helena Kaminska é contar a história de muitas outras mulheres que deixaram sua terra para enfrentar um futuro, sem saber ao certo como seriam as suas vidas. Ela nasceu em 24 de maio de 1907, filha de comerciantes de uma pequenina cidade da Ucrânia. Viveu lá até os seus 17 anos.

Casou-se com Antoni Kaminski. “Antoni ficou dois anos servindo ao exército romeno, e não via a hora de se casar. Eu estudava em escola russa, mas nessa época, devido à tomada da região pelos romenos, teria que retomar desde o primário para falar apenas em romeno. Então, eu não queria estudar mais. Casamos. Antoni estava fascinado com as propagandas em cartazes que mostravam mansões e cafezais. Viemos para cá, sem pagar a passagem” - explica Helena Kaminska.

O jovem casal desembarcou na Ilha das Flores, Rio de Janeiro. “Viemos para cá em 1926. Na quarentena morreu minha primeira filha, Alieksandra. Era quarta-feira, quando eu pisei na Terra de Santa Cruz. Fui para o hospital e não só eu, todos os imigrantes estavam doentes. Apesar de tudo, meu marido gostou muito daqui e dizia que nunca mais voltaria à Europa”.

“Com um senhor, fomos à uma fazenda no interior de Igarapava. Lá carpia-se café, arroz, criavam-se porcos e outras coisas. Antoni coitado não me deixava trabalhar, lá era sofrido, mas ele gostava” - prossegue.

Dona Helena recorda que estranhava não só o sol, mas também as casas com o chão de barro, as janelas de madeira sem vidro. E re-flete: “Isso só era possível aqui, pois se fosse na Europa ninguém sobreviveria.”

Helena Kaminska continua seu depoimento, observando: “Na fazenda não vinham mais filhos, era bom; quando perdi minha menina pensei que o mundo acabara. Veio, sem que esperasse, a segunda menina. Meu marido dizia que esta outra iria ficar no lugar da primeira. Ela se chamava Ana, mas com uma ano ela também morreu. Entrei em desespero. O médico da fazenda me encaminhou a um neurologista e este recomendou que eu me distraísse, então meu marido disse: - Você quer ir ficar um pouco com seus pais?”



Mas é para voltar. Trato é trato, pois, para a Europa eu não volto mais. E ele falou de coração, era um homem de palavra. Eu fui para Europa sozinha e não queria mais voltar. Antoni escreveu dizendo que trato é trato, e disse que se eu não voltasse, ele sumiria no mato. Então voltei.”

“(...) se fosse na Europa, ninguém sobreviveria...”

Helena ficou na Europa de 1929 a 1930. Quando retornou ao Brasil, o marido havia montado uma pequenina casa, na Rua da Graça, Bom Retiro. Antoni estava desempregado e as poucas economias, ainda vindas da Europa, já estavam acabando. Dona Helena foi trabalhar numa confecção na Rua José Paulino, e Antoni resolveu que eles iriam para tentar a vida na Argentina, venderam tudo e foram para Santos. A aventura não deu certo. Foi quando o casal veio para São Caetano. “Como tínhamos vendido tudo, tínhamos de recomeçar. Viemos para a Rua Júpiter, atual rua Oswaldo Cruz. Alugamos um quarto e cozinha num cortiço. Compramos uma cama de arame, quatro cadeiras e uma mesinha. Voltei a trabalhar na José Paulino, só para garantir o pão. Ele procurava emprego, mas não encontrava. Antoni então foi para Diamantina à procura de diamantes. Foram em cinco, pegaram malária. Que eu saiba, só ele voltou, e com suas roupas em farrapos”.

O depoimento de Helena Kaminska corre fluente a respeito do passado: “Aqui havia muitos ucranianos, entre eles os Lutzkis, os Khamulhák e outros. Eles se encontravam na frente das indústrias Matarazzo à espera de uma vaga. Eu pegava todos os dias o trem

aqui em São Caetano, e descia na Estação da Luz. Certo dia cheguei em casa cedo, pois na confecção não tinha mais trabalho. Meu marido estava em casa e disse que no Matarazzo havia uma vaga para mulher. Era só atravessar a estação. Logo me troquei, coloquei um conjuntinho lilás, um salto Luís XV, roupa que havia trazido da Europa. Eu não conhecia ninguém, mas fui. Vi primeiro uma turma grande de homens de um lado; eles davam risadas, e pensando que eu não entendia o idioma em que falavam, o ucraniano, diziam: - Essa entra! Perto de uma porta estava o sr. Acácio Novaes do Departamento Pessoal. As mulheres avançavam nele, pedindo emprego. Ele dizia que não poderia admitir todas. Saiu então a chefe da sessão, uma mulher alta, italiana. Eu estava chegando naquele instante, um pouco distante das outras. A mulher olhou para mim e me chamou para trabalhar. Já trabalhei naquele dia inteiro. Ali recebi uma graça do céu. Naquele emprego fiquei três anos. Fiquei grávida de Valdomiro e trabalhei até o sétimo mês de gravidez. Meu marido não queria que eu trabalhasse mais. Mas eu estava grávida e não doente. Valdomiro nasceu, quando nós já morávamos na rua Monte Alegre, casa alugada. Antoni já tinha conseguido um emprego na Louças Cláudia. Quem indicou foi um ucraniano, e ficou lá trinta e três anos, trabalhando até aposentar-se. Logo depois que Valdomiro nasceu, apareceu este terreno aqui e compramos a prestação, na base de 80 mil réis, e em dois anos e meio quitamos essa dívida, sem nunca atrasar um dia. Construímos esta casa. Precisávamos mudar logo, pois pagar o aluguel, pagar o terreno e construir, não dava. Até eu trabalhei de servente para acabar logo a casa; eu nunca tinha feito nada disso. Meu marido não queria que eu ajudasse. Olhe! Eu

não posso me queixar de Antoni. Nunca! Em 1941, nasceu meu filho Carlos. Grande, sofreu muito no parto, era em casa com parteira (ela se chamava Albertina), fez o parto de muita gente daqui de São Caetano. O menino nasceu roxo escuro, pensei que fosse ficar moreno por ter nascido aqui no Brasil. Antoni ficou olhando para ele e olhava para mim. Achou que eu estava triste. Ele não fazia idéia como eu estava cansada. Perguntou: - Você está triste porque é um menino? Não fique. Nós não temos sorte com meninas. Agora vamos ver se Deus ajuda a criar estes dois.”

“Compramos uma cama de arame, quatro cadeiras, mesinha...”

Durante todo o tempo, desde a chegada do casal a São Caetano, sempre estavam em contato com outros ucranianos, recorda Dona Helena: “Os ucranianos ajudavam-se e formaram uma sociedade. Convidaram Antoni para presidir. Ele não sabia muito bem escrever em ucraniano, mas eu sabia. Então não tinha problema. Era muito boa essa época, íamos todos, mulheres, homens e as crianças, todos nós ficávamos juntos, havia teatro, folclore e histórias antigas que retratavam as histórias de nossa gente. Essas reuniões não tinham um lugar certo para ocorrer, faziam-se festas em salões como o da igreja do Bairro Fundação, onde muitos ucranianos se casaram. Padre, na época, era artigo de luxo, principalmente ortodoxo; logo, qualquer padre era padre. Quando começou a Segunda Grande Guerra, reuníamos-nos à rua Florêncio de Abreu, em São



Helena Kaminska, nasceu em 24 de maio de 1907, filha de comerciantes de uma pequena cidade da Ucrânia. Viveu lá até 1924



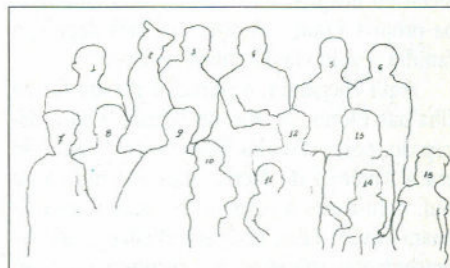
Paulo. Começaram a chegar imigrantes durante e depois da Guerra. Antoni, Lutzki e Khamulhák traziam famílias para cá, mediante a assinatura de termos de responsabilidade. Desse tempo quem se recorda é Valdomiro; lembra que era pequeno e ficava com seu irmão, olhando, famílias inteiras que vinham apenas com a roupa do corpo. Todos auxiliavam no começo esses imigrantes, e o que ficou marcado para o Valdomiro era os imigrantes fazendo sua comida em lata de óleo e carvão, enquanto os imigrantes mais antigos e já estabelecidos tentavam arrumar seus caminhos”. Helena Kaminska não deixou que qualquer de seus filhos ficasse sem batismo: todos foram batizados na Igreja Ortodoxa. Porém, não era muito fácil freqüentar, porque havia poucas igrejas ortodoxas, e longe. Tanto Valdomiro como Carlos, desde cedo acabaram sendo encaminhados à Igreja Católica, onde foram marianos, participaram de coral e tudo mais. A este respeito, Dona Helena diz: “ Deus é um só, é o mesmo, tanto na minha igreja ortodoxa,

quanto na católica, e a católica estava aqui perto... Então é bom que eles fiquem aqui mesmo.”

A respeito de seu papel de mãe, ela vai lembrando alguns fatos: “ Eu como mãe, era meio braba, acho que eles gostavam mais do pai. Antoni não gostava que eu brigasse com as crianças. Cobria muita coisa para que eu não ficasse sabendo, mas alguém precisava pôr uma linha”.

Antoni e Helena viveram 63 anos juntos. Dona Helena queixa-se de ter dado muito trabalho ao marido. “Ele nunca me deu trabalho, até quando ficou doente, em uma semana, ficou ruim, e partiu” observa. O filho Carlos faleceu há sete anos. Hoje ela vive com o filho Valdomiro e nora, Telma. Helena Kaminska, que guarda 88 anos de recordações, conclui: “Sabe? Meu marido morreu sem dever nada para mim. Mas eu devo tudo a ele”.

() Leda Paula Bernardi é estudante de História*



- 1) Basílio Polensczuk;
- 2) Evangélica Kaminsk;
- 3) Pedro Kaminsk;
- 4) Antônio Kaminsk;
- 5) Pedro Popic;
- 6) Valdomiro Kaminsk;
- 7) Ana Polensczuk;
- 8) Helena Polensczuk;
- 9) Antonia Kaminsk;
- 10) Domingo Kaminsk;
- 11) Carlos Neto Kaminsk;
- 12) Helena Kaminsk;
- 13) Olga Popic;
- 14) Miguel Popic;
- 15) Lidia Polensczuk

Os Serchelis, búlgaros da Bessarábia, em São Caetano

Maria TELPIS (*)

Arquivo: Família Telpis

Maria Telpis, filha do imigrante búlgaro Antonio Sercheli que chegou ao Brasil em 1926, narra a história complexa da viagem de seus familiares a um continente desconhecido. Este ano, a comunidade búlgara estará comemorando 70 anos de presença em solo brasileiro. Os Serchelis, oriundos da Bessarábia (área hoje dividida entre a Moldávia e a Ucrânia, ex-repúblicas soviéticas), integram essa comunidade eslava que, a exemplo de tantos outros povos europeus, acabou sendo atraída também nas primeiras décadas do século com a promessa de terras fáceis e baratas. A realidade, no entanto, era bastante diferente, conforme explica Maria Telpis. Os primeiros problemas dos búlgaros da Bessarábia começaram com o final da Primeira Guerra Mundial, quando a região havia sido anexada pela Romênia. Finalmente em São Caetano, os Serchelis foram estabelecer-se na antiga Vila Paula, onde havia muitas outras famílias européias.

Estevam, Elena, Amália, Demétrio e Antoninho -, embarcaram em navio rumo à América.

Durante a viagem, Antoninho contraiu sarampo e o navio de origem francesa precisou atracar no porto de Cherbourg para que ele pudesse se tratar. Antoninho não resistiu e faleceu no hospital local, tendo sido enterrado na própria França. Assim, um mês depois, a família seguiu viagem rumo ao Brasil.

Aqui chegando, a primeira parada foi na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Outra decepção, pois a família ficou sabendo que não era a América do Norte, mas a América do Sul, continente a respeito do qual nunca tinham ouvido falar. Pediram satisfação aos representantes romenos, e a resposta foi a seguinte: "Se quiserem voltar, terão de pagar a viagem de volta". Para chegar ao Brasil, nada tinham pago. Como não tinham dinheiro para comprar passagens, não tiveram outra opção: seguiram para uma fazenda no Paraná, Fazenda Barbosa, onde a tristeza foi muito grande. Foi-lhes prometido que teriam suas próprias terras, animais para trabalhar na lavoura, etc. E a verdade era bem outra - seriam meros empregados. A família deixou seu país de origem com falsas promessas dos agenciadores de mão-de-obra, representantes dos grandes fazendeiros de café. Houve mui-



A Família Sercheli, em foto tirada no Natal de 1942, em São Caetano, no quintal da casa situada à rua Wenceslau Brás, 72 (fundos do armazém de Antonio Sercheli). Da esquerda para a direita: Heleninha Zacarchenko, Helena Zacarchenko, Celso Zacarchenko, Esperidião Zacarchenko, João Telpis, Teodora Telpis, Maria Sercheli Telpis, Maria Telpis, Maria Sercheli, Antonio Sercheli, Estevam Sercheli, Maria Sercheli, Antonio Sercheli, Maria (Marúcia) Sercheli, Amália Sercheli, Maria Telpis, Lady Telpis, João Telpis, Domingas Sercheli, Demétrio Sercheli. Nascidos na Bessarábia, Antonio Sercheli, a esposa, Maria, e filhos - Maria.



Foto de 1940, em que aparecem alunas do Grupo Escolar da Vila Barcelona (situada, na época, à Aveida Goiás, entre as ruas Martim Francisco e Tiradentes). À esquerda, aparece o diretor, Allirio; à direita, a professora, Alcimira. Começando de baixo para cima, e da esquerda para a direita, temos as seguintes meninas, identificadas por Maria Telpis: 1ª fileira - Santina, Aparecida, Aurora, Antonia, Angelina, Ofélia, Mercedes, Hilda e Maria Telpis e Hilda; 2ª fileira - Iracema, Albertina, Deolinda, Renata, Isabel, Georgina, Marina, Irene e Sebastiana; 3ª fileira - Aparecida, Alexandrina, Joana, Maria, Aparecida Helena, Ruth, Nair, Célia e Maria; 4ª fileira - Florinda, Ângela, Eugênia, Nair, Mercedes, Sofia, Renata e Leda.

tas discussões com os agenciadores e com o dono da fazenda, porque, além de muito trabalhar, eram mal remunerados. Algum tempo depois conseguiram deixar a fazenda Barbosa e foram levados para Ourinhos, São Paulo, onde os Serchelis e muitas outras famílias foram contratados para abrir estradas. Homens, mulheres e crianças, todos trabalhavam de sol a sol e quase nada ganhando.

Depois de mais algum tempo, vieram a saber que na cidade de Rebouças (hoje Sumaré), localizada na região de Campinas, havia um fazendeiro russo de nome Pedro Zacarchenko que estava radicado no Brasil há muitos anos. Os Serchelis foram para lá, porque a língua russa facilitaria a comunicação uma vez que enfrentavam enorme dificuldade

com a língua portuguesa. Tiveram sorte: conseguiram trabalho na fazenda de Zacarchenko.

Com o passar do tempo, uma das filhas de Antonio, Helena, enamorou-se do filho de Pedro Zacarchenko, Esperidião. Para evitar discussões e intrigas, Antonio, que não aprovava o namoro, resolveu deixar a fazenda com toda a família consigo. Ele já tinha ouvido falar a respeito de São Caetano do Sul, lugar em que estava sediada a empresa Matarazzo. Tomaram o trem rumo a São Caetano do Sul: era o ano de 1929.

Os homens conseguiram empregar-se nas fábricas Matarazzo como pedreiros, e as mulheres trabalhavam na confecção manual de botões de côco e madrepérola. Era o início de



João e Maria Sercheli Telpis, com a filha Maria, em fotografia datada de 1929. O original leva o carimbo do Photo Brasil, com os seguintes dados: "Rua São Caetano, 144 - A. S. Caetano. S.P.R."



Foto de 1938, tirada no armazém de secos e molhados de Antonio Sercheli (da esquerda para a direita): a menina Maria Sercheli, Elena Sercheli Zacarchenko, Esperidião Zacarchenko e Demétrio Sercheli

um tempo muito próspero e São Caetano crescia juntamente com a vinda de muitas outras famílias, e também de amigos e parentes daqueles que já tinham se fixado na cidade.

A família Sercheli também prosperou e cresceu. Da união da filha mais velha de Antonio, Maria, com João Telpis, nasceu Maria Telpis em 1929, a primeira descendente brasileira dos Serchelis, hoje com 63 anos.

Antonio Sercheli, com a ajuda dos filhos, conseguiu algumas economias e comprou uma casa à rua Martim Francisco, na Vila Paula. Escolheram aquele lugar porque ali já residiam várias famílias vindas da Europa, tais como húngaros, iugoslavos, alemães, espanhóis, etc., que se foram adaptando às novas circunstâncias e ajudavam-se.

Antonio Sercheli deixou a fábrica, abriu uma venda de secos e molhados, comprou uma carroça e cavalo, e foi vender batatas e cebolas pelas vilas que iam surgindo com a vinda de mais imigrantes. Ficou muito conhecido como o Batateiro. Os filhos de Antonio também progrediram: o mais velho, Estevam, já com oito anos, tinha aprendido a profissão de sapateiro. Confeccionava sapatos e botas e certo dia resolveu abrir a sua própria sapataria. A casa foi aberta à rua João Pessoa. Na época, único sapateiro da região, era muito procurado.

"Nossas comunidades foram divididas"

A seguir, trechos do depoimento de Maria Telpis a respeito da chegada da família de seu avô ao Brasil:

"... Somos descendentes de búlgaros da Bessarábia. Nossas comunidades foram divididas em duas: uma parte ficou na Ucrânia; a outra, na atual Moldávia. Em 1926, meu avô materno veio com a família para o Brasil. Eles emigraram porque, com outras 200 famílias búlgaras, foram iludidos e enganados pelo governo romeno. A Romênia havia anexado Bessarábia e prometeu aos búlgaros que, chegando aqui, teriam terras, casas, escolas para seus filhos, assistência médica e outros benefícios... Eles embarcaram em um navio francês, com a intenção de ir para a América; nem sabiam que existia a América do Sul. Durante a viagem o irmãozinho da minha mãe pegou sarampo e, para outras crianças não se contagiarem, ficou isolado. O navio atracou na França e eles desceram para levar o menino para o hospital. Ficaram um mês lá, mas a criança acabou morrendo. Esperaram o navio retornar. Nesse ínterim, um senhor que falava russo abriu os olhos do meu avô, porque perguntou



Antonio Sercheli, em seu armazém de secos e molhados, em São Caetano, à rua Wenceslau Brás, 72. Foto de 1938



Foto de 1932, em que aparecem Elena, Estevam e Amália Sercheli, filhos do imigrante búlgaro Antonio Sercheli



para onde eles estavam viajando; meu avô respondeu que era para a América. O homem pediu para ver o passaporte e disse: "Você está indo para a América do Sul. Aqui está escrito Brasil!" Mas meu avô não quis acreditar. Quando chegaram aqui, foi a maior decepção: viram que não era nada daquilo que pensavam. Foi aí que concluíram que haviam sido enganados mesmo...

As promessas de que teriam terras e tudo o mais era pura conversa. Quando chegaram, foram mandados para as fazendas para trabalharem como colonos. Nosso povo não é acostumado a trabalhar como colono, porque lá cada um tem a sua terra, sua casa, seus animais...

A família do meu pai, meus avós paternos, também veio em 1926, mas voltou para lá em 1929. Para que eles viessem, o governo brasileiro pagou, mas para retornar tiveram de pagar do próprio bolso. Para isso trabalharam, pois tinham que juntar dinheiro, meu avô tinha uma família grande, com muitos filhos. Meu pai ficou, pois já se havia casado com minha mãe, e também ficou um irmão mais novo dele. Outras famílias búlgaras também retornaram. Chegando lá, eles só passaram fome. Fiquei sabendo disso através de uma tia que encontrei na viagem que fiz para a Europa.

Enquanto isso, meu pai e todos os que ficaram, inclusive meu avô materno, estavam esperando uma resposta para saber se deveriam voltar, ou não. Como a resposta não chegava, eles foram se ajitando por aqui mesmo. A carta que meu avô havia escrito demorou dez anos para chegar. Nela só estavam escritas duas palavras: "Não voltem".

Somente depois de alguns anos é que puderam enviar notícias. Mesmo assim, tinham muito medo, porque o regime de lá não permitia o recebimento de correspondência do exterior, pois tudo era censurado...

"... A cultura búlgara é muito parecida com a cultura dos outros povos vizinhos, como sérvios, croatas e romenos. A Bulgária é um país antigo; já foi dominada pelo Império Bizantino no século XII. Depois, no século XIV, caiu sob o domínio dos turcos. Só se libertou com a ajuda da Rússia, em 1868. Meu pai estudou romeno, porque a região em que vivia havia sido ocupada pelos romenos. Minha mãe já era de outra aldeia, e ela havia estudado russo...

(*) Maria Telpis, dona-de-casa, nascida em Rebouças, é neta de Antonio Sercheli

Esforço e sucesso, na trajetória do imigrante libanês Mustaphá Abdouni

Maktub! (Estava escrito). Talvez seja essa a melhor maneira de explicar, através do fatalismo presente nas histórias sobre o Islã, contadas de pai para filho durante séculos, para falar sobre a ascensão e o sucesso profissional de um cidadão sulsancaetanense que, há vários anos, se instalou na cidade e, com muito esforço e dedicação, acabou se tornando um dos mais expressivos representantes da coletividade, sendo hoje cônsul do Reino Hashemita da Jordânia no País.

Nascido há 59 anos, na cidade libanesa de Sultan Yacoub El Fawqa, localizada no vale do Bekaa [região sudoeste do Líbano], Mustaphá Abdouni, filho de Mohamed Abdouni e Soraya Abdouni, chegou ao Brasil lá pelos idos de 1945, quando tinha 14 anos. Não trazia em sua bagagem muitos pertences, mas vinha imbuído de uma vontade férrea de vencer, mesmo estando longe de sua terra natal.

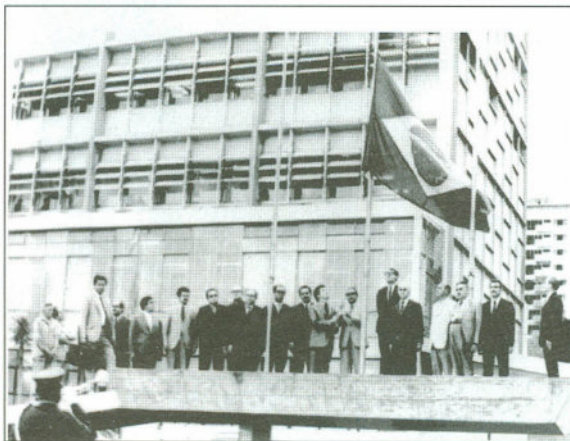
Escolheu São Caetano do Sul para realizar o seu sonho de vida, talvez por se tratar de um local próximo a São Paulo, e sem desanimar iniciou sua jornada. Foi morar na Vila Bela, em São Paulo, mudando-se depois para a Avenida Conde Francisco Matarazzo, Rua Perrella, Augusto Ferrari e Victor Meireles.

Segundo depoimento do atual cônsul, logo ao chegar na cidade tratou de arranjar um meio de sobrevivência, indo trabalhar por conta própria como vendedor ambulante, enquanto à noite estudava na Escola 28 de Julho, localizada na Rua Orozimbo Maia, na Vila Prudente. Foram anos de muitas lutas, com erros e acertos, mas a recompensa acabou chegando antes de completar 30 anos. Assim, 13 anos depois de ter desembarcado em São Caetano, Abdouni, em 1958, já estava estabelecido juntamente com o pai no Magazine Três Rosas.

Ao recordar-se da terra natal, Abdouni frisa que a sua cidade está localizada bem no topo de uma montanha, e que a população local costuma chamá-la carinhosamente pelo apelido de *jamal*, que quer dizer bonita. Segundo o empresário, a cidade tem cerca de 20 mil habitantes, e possui uma economia concentrada na produção de trigo. "É uma agricultura baseada na irrigação da terra, e esse trabalho é realizado através de poços artesianos, cuja profundidade chega a atingir mais de 100 metros.



Sultan Yacoub El Fawqa, cidade libanesa localizada no vale do Bekaa



Homenagem à colônia libanesa em frente ao prédio da Prefeitura, em 4 de abril de 1972. Presença do prefeito Oswaldo Massei e do presidente do Rotary Club, Mustaphá Abdouni

De acordo com Abdouni, a loja estava localizada num dos melhores pontos da cidade, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, 330, Bairro Fundação. No entanto, com o fechamento da porteira e consequente construção do viaduto sobre a via férrea, o comércio no local acabou se deteriorando.

Disposto a fincar suas raízes no Município, quando contava 25 anos, resolveu casar-se com Fauzie Abdouni, libanesa da cidade de Trípoli, com quem teve cinco filhos: Mohamed, Soraya, Nadia, Omar e Munir.

Sempre ligado às atividades comerciais em São Caetano voltadas ao desenvolvimento do Município, o empresário, além de participar de sociedades beneficentes, começou a integrar-se de maneira efetiva com o mundo árabe como a Federação das Entidades Árabes nas Américas e a União Libanesa Mundial. Segundo Mustaphá Abdouni, essas entidades congregam libaneses de todo o mundo instalados em suas sedes na Europa,

Acervo: M. Abdouni



Mustaphá Abdouni ao lado do pai Mohamed Abdouni. Sentadas, da esquerda para direita, a irmã, Zahara Abdouni, e a mãe, Soraya Abdouni



Mustaphá Abdouni recebe o título de cidadania, ao lado do então prefeito Walter Braidão e do presidente da Câmara, Sebastião Lauriano

EUA e Canadá. Participante em vários congressos internacionais, e sempre procurando divulgar o nome do Brasil no exterior, o empresário acabou recebendo, em 1994, o convite para exercer o cargo de cônsul honorário do Reino Hashemita da Jordânia. A cerimônia de investidura aconteceu no dia 25 de maio de 1995, data nacional da Jordânia.

Com a nova ocupação, o empresário divide suas ocupações diárias na capital e em São Caetano. De acordo com cônsul, a sua função é servir como elo de ligação do rei, Hussein Ben Tal El Hashemita, mantendo contatos comerciais por todo o País.

Dentro das inúmeras atividades, Abdouni, além de conceder vistos de entrada, também legaliza a circulação de mercadorias brasileiras a serem exportadas para a Jordânia. Seja como cônsul, seja como diretor da Câmara de Comércio Árabe/Brasileira, o empresário busca incentivar o comércio entre o Brasil e os países árabes. "É um comércio promissor e tende a

umentar, uma vez que os países árabes importaram só em 1994, 120 bilhões de dólares. Em contrapartida, no mesmo período, o Brasil negociou apenas 1 bilhão e 200 mil dólares. Mesmo assim, já em 1995 houve um crescimento nas transações comerciais na ordem de 60 a 70 %.”

Ligado a entidades benemerentes, foi presidente do Rotary Club, na gestão de 1971 e 1972. Em reconhecimento à sua atuação no Município, seja como empresário, ou devido a condução de campanhas filantrópicas, em 1963 foi homenageado pela Câmara Municipal de São Caetano, tendo recebido o título de cidadania. Fundador e presidente da Associação dos Amigos da Polícia Militar, foi eleito presidente em duas gestões, 1986/1987 e 1988/1989. Na Associação Industrial e Comercial de São Caetano do Sul, exerceu a presidência da entidade duas vezes durante o período compreendido entre 1979 e 1983. Em 1994, foi eleito o Comerciante do Ano, e atualmente é membro do Conselho da Aciscs, não deixando de lado as ocupações da Abdouni Tecidos.

Grato pelas oportunidades oferecidas no país que o acolheu, Abdouni, por entender que para identificar-se completamente com a comunidade brasileira só faltava naturalizar-se. Assim, resolveu tornar-se brasileiro no final da década de 1965. Segundo o cônsul, durante um encontro mantido com um grupo de ulemás (doutores) no Egito explique melhor suas atitudes. “Durante esse encontro procurava explicar aos ulemás o meu interesse em servir à comunidade na qual faço parte. Não vejo sentido na vida se não houver um interesse voltado ao bem comum. Dessa maneira, fico feliz quando posso prestar um serviço. Sinto uma satisfação interna muito grande”- explica.

Em 1974, manteve encontro com o presidente da Síria, Hafez Assad, durante um congresso havido na cidade de Meca. Na ocasião foram discutidos assuntos relativos à paz no Líbano e maior intercâmbio comercial.

Morador há quatro décadas em São Caetano, Mustaphá Abdouni sempre que pode procura enaltecer o Município. “No dia em que fui investido como cônsul honorário, trouxe mais de 25 cônsules e embaixadores de Brasília à cidade. Eles ficaram espantados com o que viram por aqui, uma vez que não sabiam da existência de São Caetano. Tenho uma dívida muito grande com esta cidade, pois foi aqui que pude estabelecer minha família, criar meus filhos e desenvolver minha carreira”- finaliza (Flávio Ficarelli).



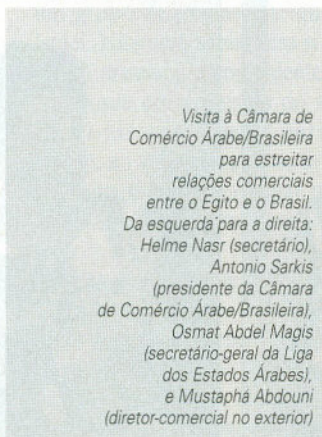
Cerimônia de reinício das obras do Lar Menino Jesus, em agosto de 1971, ocorrida durante a presidência de Mustaphá Abdouni na Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul



Mustaphá Abdouni, dom Jorge Marcos, bispo diocesano de Santo André, e Zuleica Barille, presidenta da Casa da Amizade de São Caetano do Sul



Encontro de Mustaphá Abdouni com o secretário-geral da ONU, Boutrus Galli, durante reunião para discutir a paz no Líbano



Visita à Câmara de Comércio Árabe/Brasileira para estreitar relações comerciais entre o Egito e o Brasil. Da esquerda para a direita: Helme Nasr (secretário), Antonio Sarkis (presidente da Câmara de Comércio Árabe/Brasileira), Osmat Abdel Magis (secretário-geral da Liga dos Estados Árabes), e Mustaphá Abdouni (diretor-comercial no exterior)



Jaffa Grynberg, lição de vida, de coragem e de muita esperança

Flávio FICARELLI(*)

“Aqueles anos foram bons, porque as pessoas acreditavam que podiam resolver qualquer problema, por mais difícil que parecesse”. Se para Walter Lord, em seu livro *Os Anos Bons*, o século 19 era a concretização dos sonhos e anseios da maioria dos europeus, a realidade estava bem distante da maioria da população do continente europeu, que, a partir de 1914, mais uma vez se viu envolvida numa série de conflitos e injustiças que puseram por terra toda esperança e otimismo, vítima de uma malignidade sem tamanho que teria seu alge com ascensão do nazismo de tão triste memória...

Porém, apesar de todas agruras, perseguições e sofrimentos, muitas pessoas conseguiram atravessar esse período amargo de nossa História Contemporânea. Na verdade, são ilhas de esperança, otimismo e força de vontade que, mesmo sob o mais pesado jugo, têm a presença de espírito necessária para transformar suas desventuras em alegria, transmitindo, assim, lições de vida inesquecíveis.

Moradora de São Caetano, Jaffa Grynberg, 73 anos completados em setembro do ano passado, nasceu na cidade de Iassy, Moldávia, ex-república soviética e hoje independente. Animada e muito bem humorada, dona Jaffa formou-se em inglês na Escola de Línguas Paulo Sérgio Fiorotti, da Prefeitura Municipal de São Caetano, e acabou revelando uma história bastante interessante. Segundo Jaffa, esse desejo de relatar sua vida é um projeto antigo, com mais de 10 anos. Inclusive tem até um nome para o relato: *A vida de uma Mulher*. Porém a idéia acabou não vingando.

Relembrando a cidade natal que, segundo

ela, poderia ser comparada a Belo Horizonte, talvez devido ao fato de ser cercada por montanhas, Jaffa recorda das cenas familiares junto aos parentes mais próximos. Nesse momento, os olhos da narradora brilham intensamente, e uma lágrima que insiste em correr por sua face é rapidamente esquecida, uma vez que suas primeiras recordações ainda são bastante vivas e, de certo modo, gratificantes. As primeiras imagens que vêm à mente de Jaffa são de seus avós maternos, Sara e Simão Simonóvitch, e da avó paterna, Golda Leiba, com que viveu durante alguns anos. A mãe, Beila, faleceu quando Jaffa estava com apenas um ano de idade. Bastante jovem ainda, a menina ficou sabendo através de histórias contadas por seus avós, que a mãe teria falecido devido a um acidente estúpido. Acabou sendo criada pela madastra, Rosa Shmuel, de quem se tornou grande amiga.

A vida familiar ia bem, apesar de alguns problemas, uma vez que o pai de Jaffa, um empreiteiro de obras, - bastante competente, segundo relato de amigos,- adorava jogar bilhar, o que o levava constantemente a perder dinheiro, deixando a família em situação às vezes de penúria. Mesmo assim, Jaffa teve uma infância normal, e, como gostasse de estudar, procurava ocupar seu tempo com livros que lhe caíam as mãos. Tudo ia bem até 1938, praticamente um ano antes de ser deflagrada a II Guerra Mundial, quando o pai sofreu um acidente ao cair de um andaime, o que ocasionou algum tipo de lesão cerebral, provocando-lhe a morte.

Com o falecimento do pai, a menina, então com 15 anos, precisou ajudar a madastra a reforçar o parco orçamento familiar. Assim, foi trabalhar em casas de família, realizando todo

tipo de serviços caseiros. No entanto, dissabores estavam por vir, uma vez que, a ascensão de Hitler e a disseminação do nazismo na Alemanha acabaram projetando sombras terríveis em todos os países vizinhos. Dessa maneira, Iassy logo sentiu os efeitos do mal que se alastrava pela Europa, e, em pouco tempo, estava ocupada por soldados alemães. Para a população judaica da cidade, os problemas foram aumentando, até que a maioria acabou sendo deportada para os campos de concentração.

Jaffa Grynberg reluta em tocar nesse assunto, uma vez que as recordações desse período não são as mais agradáveis. Ela se lembra que, no dia marcado pelos nazistas para a retirada dos judeus da cidade, foram formadas duas filas: uma do lado direito e outra, do lado esquerdo. Quem estava no lado direito, isso é os mais jovens e com aparência ariana, ou seja os mais loiros, sobreviveram. No entanto, aqueles que estavam no lado esquerdo, foram embarcados em vagões de carga, sendo todos eliminados, ou em campos de extermínio, ou nas minas de carvão. Jaffa recorda-se de que esses vagões eram conhecidos pela triste alcunha de vagões da morte.

A jovem de 17 anos foi levada para um campo de concentração localizado na Transilvânia (região da Romênia; na época, ocupada militarmente pela Hungria), onde permaneceu confinada por cinco anos, longe de seus parentes e sem saber por quanto tempo iria sobreviver. De acordo com Jaffa, o campo de Bercha era composto por um terreno com várias cabanas dispostas numa grande área, cercada por arame farpado e com guaritas nos pontos estratégicos para evitar qualquer fuga.

Nesse local estavam presos cerca de 200



peças (homens e mulheres). Os homens eram obrigados a cultivar a terra para a obtenção de alimentos. Eles cuidavam também de cavalos e da manutenção dos blindados estacionados no campo. Já as moças, principalmente as loiras, eram obrigadas a servir aos militares, satisfazendo todos os seus caprichos. “Os guardas diziam que judeu não era gente; logo eles podiam fazer conosco o que bem entendessem”- recorda.

Os prisioneiros acordavam todo dia às quatro horas da madrugada, e só paravam de trabalhar por volta das 18 ou 19 horas. “O sofrimento era tão grande que se perdia a noção do tempo. As surras eram constantes, puxávamos pelos cabelos, forçando-nos a ajoelhar para beijarmos seus pés. A única diversão nesse local era fazer cigarros, usando palha seca de milho”- relembra.

De acordo com Jaffa, no campo de concentração havia dois regimentos da SS, o que aumentava o temor dos prisioneiros. Vítimas dos abusos praticados pelos soldados, as prisioneiras recebiam injeções para evitar filhos, mas não eram feitas experiências médicas com os prisioneiros. Mesmo assim, algumas crianças nasciam, o que aumentava o sofrimento de todos, uma vez que, a maioria delas era morta para não tomar tempo das mães que deveriam apenas trabalhar. Jaffa se recorda com tristeza que, certa feita, um bebê foi arrancado dos braços da mãe e despedaçado por puro sadismo dos soldados. “Isso está tão marcado dentro de mim que tentei assistir ao filme *A Lista de Schindler* e não consegui. A impressão é de que estava voltando no tempo, presa mais uma vez a um pesadelo que tento esquecer”- desabafa.

No entanto, em 1944, o campo de concentração amanheceu totalmente silencioso. Os guardas não chamaram os prisioneiros, nem foi ouvido qualquer ruído. Sem entender o que estava acontecendo, todos saíram dos barracões e só então puderam notar que os soldados haviam fugido, abandonando o campo.

Passada a euforia, todos resolveram retornar às suas casas. Foi uma viagem difícil, os campos estavam devastados e apenas alguns camponeses conseguiam arrumar algum alimento. “Viajei muito tempo. Nem consigo recordar o tempo exato. Pois tínhamos muito medo de sermos apanhados novamente. Finalmente consegui retornar a Iassy, e com grande dificuldade consegui chegar até a casa de minha madrastra”. - observa.

Jaffa Grynberg, que há quase cinco anos havia saído de sua cidade pensando 52 quilos, voltou com apenas 35 quilos. “Estava tão esquelética que minha madrastra nem me reconheceu. O tempo que levei para me resuperar, não me lembro, mas só consegui voltar ao normal depois de me alimentar muito”- observa.

Sentindo-se melhor, e não querendo sobre-carregar sua madrastra, Jaffa começou a procurar trabalho. Conseguiu empregar-se como lavadora de garrafas de vinho em uma destilaria chamada Singlair. Porém, nesse mesmo ano (1994), a destilaria foi totalmente destruída após um bombardeio realizado pela Luftwaffe.

Inconformada por ficar sem emprego, Jaffa chegou a ficar desesperada, já que não haviam muitas opções em sua cidade. Porém, o proprietário da destilaria condeou-se de sua situação e a levou para trabalhar na casa dele. Mas a situação não era das melhores já que o trabalho era quase que escravo. “Sentia-me como uma escrava naquela casa. Mas o que podia fazer? Era preciso comer...”- justifica.

Nesse mesmo período, um outro fato marcante ficou gravado na memória da jovem que agora estava com 21 anos. Segundo ela, um dia saiu para buscar pão, e como estivesse sem a estrela de Davi amarela (os judeus eram obrigados pelos nazistas a usar em suas roupas, para identificá-los), acabou saindo da fila e retornou à casa para apanhá-la. Quando retornou à padaria, viu que havia ocorrido um outro bombardeio nas proximidades. “Todos que estavam na fila foram atirados longe devido ao deslocamento de ar. Não sobreviveu ninguém. Tive muita sorte”- recorda.

Em meio à essa situação caótica, cansados da situação em que se encontrava o país, os mais jovens começaram a organizar-se com o intuito de imigrarem para Israel. Não bastassem os problemas do dia-a dia, os parentes de Jaffa começaram a implicar por ela ainda não ter se casado. Assim, resolveram arranjar um rapaz para que ela se casasse, uma vez que não ficava bem uma moça da idade dela permanecer solteira.

Bastante independente, e apenas fazendo “ar de submissa”, a futura noiva concordou com a idéia dos parentes. “Se é isso que eles querem, podem arranjar um bobo para mim”- teria dito. Mas aquela aparente concordância era apenas um despiste para um plano maior.

“Nessa época participava ativamente de um grupo de jovens que queria viajar para Israel. Ninguém sabia, mas a nossa viagem já estava marcada, e coincidentemente a data do embarque era a mesma do meu casamento. Casei-me como meus parentes queriam. Porém, ao voltar para casa, tirei o meu vestido de noiva e fugi para pegar um trem que me conduziria até o porto”- comenta com bom humor.

Era dezembro de 1945, e, de acordo com Jaffa, esse porto estava localizado na Iugoslávia (ela não se recorda do nome), e de lá partiram cerca de 800 jovens provenientes da Bulgária, Rússia, Hungria, mais alguns velhos e crianças. “Quando o navio partiu, joguei

a aliança no mar”- revela.

O nome do navio no qual todos aqueles imigrantes depositavam sua confiança era o Rafiah. Porém, segundo relato de Jaffa Grynberg, ele parecia mais um galinheiro, e as previsões pouco otimistas em relação a embarcação acabaram se confirmando dias depois. “Alguns dias depois, o motor do navio quebrou, deixando-nos vários dias ao sabor dos ventos. Segundo os tripulantes, estávamos próximos da Grécia, mas não podíamos fazer contato com ninguém”- explica.

Depois de vagarem por mais alguns dias, acabaram chegando à ilha Sirena (ficaram sabendo depois), mas os problemas não haviam acabado, porque as fortes ondas que havia naquele local jogaram o navio contra as pedras. Muitas pessoas saltaram ao mar; mesmo assim, cerca de 600 conseguiram salvar-se. Foram três dias e três noites sem saber onde estavam. Para tentar encontrar uma solução, alguns tripulantes retiraram o rádio do navio, e só então conseguiram entrar em contato com um navio inglês que prometeu resgatá-los e depois conduzi-los a Israel.

Passando algum tempo aviões da RAF (Royal Air Force) sobrevoaram a ilha e passaram a jogar mantimentos. Alguns sobreviventes, conta Jaffa, com humor à prova de adversidades, chegaram a comentar, talvez lembrando a jornada de Moisés após a saída do Egito: “Deus está jogando pão”.

Dias depois, todos foram embarcados em um navio de guerra inglês que os levou até Israel. Mas a viagem estava longe de chegar ao fim, uma vez que a embarcação deixou-os num campo de confinamento inglês localizado em Chipre. Nesse local, onde estavam mais de quatro mil pessoas, ao contrário de Bercha, tinham cinema e teatro; enfim, muito lazer, já que os ingleses não deixavam faltar nada.

“Nós não queríamos sair do navio, e insistimos para que eles cumprissem o que haviam prometido. Mas não teve jeito: os ingleses acabaram por jogar bombas de gás lacrimogênio, o que nos obrigou a sair dos porões o mais rápido possível”- recorda.

Sem deixar de cuidar dos problemas do coração, Jaffa havia travado amizade com um rapaz, e acabou recebendo uma proposta de casamento. Ao contrário da primeira vez, a jovem, que agora estava com 22 anos, disse sim, e em três semanas estava casada. “Nesse dia, aconteceram 50 casamentos, todos realizados num campo de futebol que ficava dentro do campo de confinamento”- relembra.

Jaffa casou-se com Rafael Grynberg. Seu marido era encarregado de fazer a distribuição dos mantimentos no campo. E, para tentar juntar algum dinheiro, cortava a lona das barracas onde estavam instalados, e à noite costurava o tecido para fazer bombachas que eram



vendidas para os companheiros. “Esse era um meio que ele encontrou para juntar dinheiro”-justifica.

Passado algum tempo, Jaffa engravidou, e logo depois seu marido foi sorteado para ir a Israel. Como ela estava grávida, protelou a viagem. No entanto, Rafael foi sorteado novamente e como não podia adiar mais uma vez a viagem, embarcou em outubro de 1946, deixando a mulher sozinha no campo onde permaneceu por mais um ano. Saiu de lá somente em 1947.

Durante esse ano em que havia permanecido em Israel, Rafael tinha conseguido arranjar uma casa no bairro chamado Kiriat Schmuel, mas também era obrigado a servir o exército, uma vez que a situação do novo país que se estava formando era bastante instável. Ao chegar a Israel, Jaffa procurou adaptar-se à nova situação; porém, a constante permanência do marido no exército era motivo de apreensão para o casal. Assim, permaneceram em Israel até outubro de 1953.

O dia da independência de Israel (5 de maio de 1948), foi uma data bastante especial para o casal, uma vez que nesse mesmo dia nasceu a primeira filha do casal, Beila. Com a chegada da menina, a família mudou-se para Haifa, onde moraram por cinco anos. No dia 26 de fevereiro de 1953, nasceu a segunda filha, Golda. Seis meses depois, os quatro saíram do país em direção ao Brasil.

De acordo com Jaffa, Rafael era um natural da Polônia, tendo sido preso logo aos 17 anos, após a invasão nazista naquele país. Vítima de uma experiência traumatizante, o marido de Jaffa contou a ela que os pais haviam sido torturados até à morte. Devido ao fato de o pai dele ser rabino, os soldados atearam fogo à barba e aos cabelos da mãe de Rafael. Mesmo assim, ele conseguiu fugir até à Sibéria, chegando lá com os pés congelados. Para salvar-se, adotou um nome russo, comprou uma cruz e pôs no pescoço.

Bastante enfraquecido e com ferimentos nos pés, Rafael foi internado num hospital, on-

de, para poder permanecer por mais tempo, arancava as ataduras para retardar a recuperação. Segundo Jaffa, ele só conseguiu manter-se vivo por ter feito amizade com um outro polonês bastante parecido com ele. “Rafael me contava que no dia em que se faziam as inspeções, o amigo tomava seu lugar enquanto ele se escondia na privada por ser circuncisado, fato que o denunciaria como judeu durante a revista”- comenta.

Depois de muito insistirem, o casal e as duas crianças conseguiram sair de Israel e tentaram vir para o Brasil como turistas. Jaffa recorda que o marido tinha uma prima, que morava em Paris, e o jeito foi viajar para lá, uma vez que em Israel não havia sido concedida a permissão para vir para cá. Como meio de sobrevivência, nessa época, Jaffa aprendeu a trabalhar como cabelereira, uma vez que a prima do marido possuía um salão de beleza na capital francesa. Os dois continuaram insistindo para conseguir o visto para o Brasil, mas todos os esforços foram em vão. Dessa maneira, eles foram até Gênova, onde, no dia 9 de janeiro de 1954, conseguiram embarcar no navio Bretagne em direção ao Brasil. Chegaram a Santos no dia 29 do mesmo mês.

Na Baixada Santista, Rafael tentou encontrar um irmão, que já morava aqui a algum tempo. No entanto, ninguém foi esperá-los no desembarque. Finalmente conseguiram localizar o irmão do marido, Jaime, que morava na rua Giordano Bruno, onde se instalaram temporariamente. Para ajudar nas despesas, Rafael foi trabalhar com o irmão como mascate, enquanto Jaffa ficava em casa ajudando a mulher do cunhado. Ela recorda que essa parceria não deu certo. De acordo com Jaffa, as coisas iam bem até o dia em que Rafael conseguiu o crédito de um comerciante da Rua 25 de março e foi para Presidente Prudente de trem para vender tecidos. No entanto, tendo deixado a bagagem no guarda-volumes, ao retornar percebeu que tinham furtado todo o seu material. Desanimado, voltou a São Paulo, teve de pagar todo o empréstimo que lhe havia sido concedi-

do. Bastante aborrecido, o marido de Jaffa resolveu ir com toda família para o Sul do País, sem destino certo, uma vez que acreditava que sua vida seria mais bem sucedida no Rio Grande do Sul. Porém, durante a viagem, numa das paradas do trem (Passo Fundo), Rafael ouviu dois homens conversando em ídiche. Contou sua história e acabou ficando por lá mesmo.

Nessa cidade, conheceu Herman Unikovsky e sua esposa Ângela, que os ajudaram a estabelecer-se. Eles foram bastante solidários. Depois de instalados, Jaffa começou a lecionar hebraico para as crianças do local no chalé que construíram. “Na frente da casa, Rafael construiu uma espécie de bar, enquanto nos fundos morávamos com as crianças”- relembra.

Apesar do esforço de Jaffa e Rafael, na véspera do Carnaval de 1955, mais um fato veio abalar a vida do casal. Golda começou a ter febre, a situação se agravou, a temperatura da menina chegou a 42 graus e ela acabou tendo encefalite. Esse problema acabou desestruturando a família de Jaffa, uma vez que foi obrigada a viajar para o Rio de Janeiro e São Paulo para tentar salvar a criança. Porém, o quadro clínico foi piorando, e hoje a filha, com 42 anos, está internada numa clínica na cidade de Betim, em Minas Gerais.

Jaffa mudou-se para Santos, onde Rafael veio a falecer no dia 20 de maio de 1984. Atualmente, Jaffa mora no centro de São Caetano e está casada com Leiba Abramavicius, desde agosto de 1992.

Formada pela Escola Municipal de Línguas em inglês, no ano passado, Jaffa, que fala italiano, romeno, alemão, hebraico e ídiche, pretende agora fazer o curso de português para melhor escrever nossa língua. “Falar não me traz grandes embaraços; porém, na hora de colocar minhas idéias no papel, a confusão é muito grande” - finaliza.

(*) Flávio Ficarelli, jornalista, trabalha na Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

MCTA, 20 anos de atividades teatrais ininterruptas na cidade

Osmar Costa VALENTIM(*)

Roupas gentilmente cedidas pelos irmãos, pela mãe. Cenários improvisados. Platéia repleta de curiosos e amigos, todos ansiosos para saber o que aconteceria no local (Era a rua São Pedro, 43, fundos, no Bairro Nova Gerty. Corria o ano de 1965. Um circo montado no fundo do quintal, com sessões aos sábados e domingos. O idealizador, Carlinhos Lira. O local, São Caetano do Sul.

Esse é o começo de uma história de vida e amor ao teatro. Uma história que passou antes por outros grupos criados na cidade - Acat-Oscar e tantos outros que se foram extinguindo. A história do MCTA - Movimento Cultural de Teatro Amador - é uma história de vida e amor ao teatro, e passou a ser contada somente em 27 de junho de 1976, com a fundação do grupo, que só seria registrado oficialmente em 1977.

“Não se tornou uma escola, pois Lira sempre acreditou em seu teatro-prático...”

Surgia, assim, uma nova forma de manifestação cultural na região. Um grupo de teatro que tinha como objetivo básico dar oportunidade a todos aqueles que sentiam pulsar nas veias a arte, e não era necessário ter experiência. Não se tornou uma escola, pois Lira sempre acreditou em seu teatro-prático, onde os ensinamentos sobre a arte de representar eram passados já em cima do palco. Em 1978, o grupo passa a atuar no Teatro Escola de Diadema, formando um trio forte com mais dois grupos locais. Representante de um teatro que entendia ser popular, os textos de Carlinhos Lira, retratavam a marginalidade e o submundo. Temas sociais passaram a ser a marca do MCTA em todos os palcos do País. Um problema para uma época de censura e regime militar. Por isso, Lira não ficou fora da repressão: em 1979, quando o MCTA utilizava (através do Diretório Acadêmico da antiga FEC) o auditório, ele seria invadido por duas ou três vezes, durante as apresentações da peça teatral: Fim de Carreira, Galiléia, com texto do próprio Lira. O grupo, ameaçado por metralhadoras, foi levado ao antigo e extinto Deops para depor. O tempo foi passando.



Cena da peça *Passageiros da Eternidade*, com os atores Valdecy Zangueri e Carlos Gomes. Foto de 1977



Em 1985, o grupo encenou *O último Trem das Onze*, de Carlinhos Lira, com um dos maiores elencos já montados no Grande ABC



Cartaz da peça *Foi Boto, Sinhá!*, de 1993, com texto de Edyr Augusto Proença e Geraldo Salles

“...que se firmavam como uma figura de comportamento difícil...”

Tudo isso, porém, não abalou o já polêmico e irreverente Carlinhos Lira, que se firmava como uma figura de comportamento difícil pelas suas atitudes em relação ao movimento teatral no Grande ABC. Faltavam-lhe a expe-



Garotos de Aluguel, de Carlinhos Lira, com Célio Turbino Lacalle, Durval Lakatos, Carlos Chiroto e Airton dos Santos, encenada em 1981



Cena de *Inútil Pranto dos Anjos de Cara Suja*, peça estrelada, em 1980. Da esquerda para a direita: por Sirderley de Oliveira, Fernando Ramos da Silva (Pixote) e Carlinhos Lira

riência e o conhecimento, e isso foi criando e gerando uma antipatia pelos antigos diretores locais. Nada abalava aquele jovem, então com 19 anos, que ia à luta em prol daquele teatro que ele achava certo. Foi através de seu trabalho no teatro que Lira conseguiu ir trabalhar em comerciais de televisão. Hector Babenco - diretor de cinema renomado - contratou Lira por oito meses para coordenar todo trabalho de escolha e ensaios do elenco in-



Cena da peça *Wilsinho Galiléia*, montagem de 1979



Elenco da peça *Foi Boto Sinhá*



Cena da peça *O Pequeno Grão de Areia*

fantil e infanto-juvenil no filme: "Pixote". O mesmo aconteceu com Silvio de Abreu e Anibal Massaini no filme "Mulher Objeto", com elenco infantil todo de São Caetano. E o MCTA continuava seu trabalho em levar teatro a todos os espaços independente de palco ou condições técnicas. Nesses 20 anos de atividades do MCTA, espetáculos não faltaram, sucesso, fracasso e críticas. O único espetáculo que tem uma página especial na vida do MCTA é a única adaptação da obra de Graciliano Ramos "Vidas Secas", feita por Lira e pelo jornalista Ivan Gonçalves que estreou em 1990 e continua montada até hoje.

"O MCTA foi escolhido entre mais de 100 grupos de todo o Brasil..."

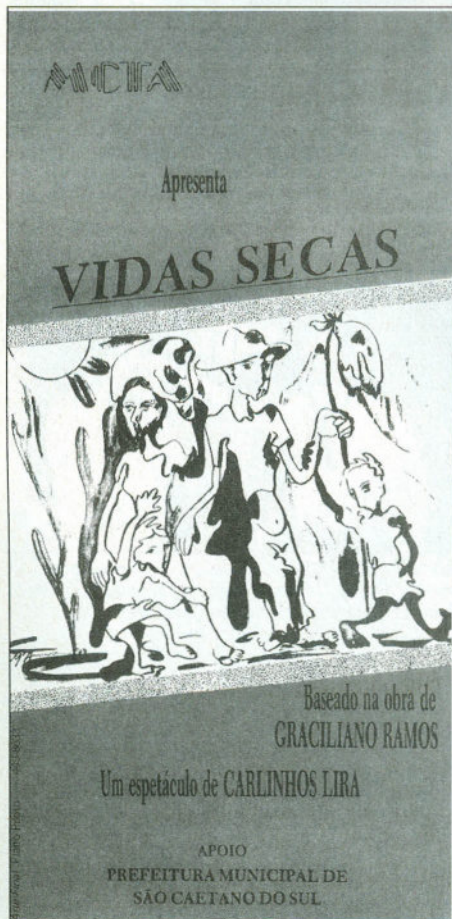
Ano passado, o grupo foi selecionado pela Fundação Nacional de Arte para cumprir uma temporada no Teatro Dulcina. O MCTA foi escolhido entre mais de 100 grupos de todo Brasil. Foi no Rio de Janeiro, onde o MCTA, com seus 23 componentes, pôde apresentar-se paralelamente na Fábrica Esperança, Favela do Acary e Praia de

Copacabana, além das ruas centrais da Cinelândia. Foi graças ao apoio da atual administração, e até mesmo da iniciativa privada, que o MCTA continua sobrevivendo.

Não se pode dizer que o trabalho do MCTA não evoluiu nesses 20 anos de existência. Uma experiência de aprimoramento e reciclagem marcou algumas produções do grupo nos últimos cinco anos, O MCTA contratou diretores renomados como o paraense Geraldo Salles com duas montagens (Foi Boto, Sinhá e Queda Para o Alto), Roberto Gill Camargo de Sorocaba com "Hello,Boy" pura poesia encheu os olhos do público e da crítica, recebendo prêmios em quase todos os festivais regionais e nacionais. Festival Nacional de Feira de Santana, Festival Nacional de São Matheus, Nova Venêcia (Espírito Santo).

"...o seu diretor jamais fez distinção quanto à categoria em que o grupo..."

O MCTA poderia ser um grupo profissional. Porém, o seu diretor jamais fez distinção quanto à categoria em que o grupo pertencia. "Nem um nem outro. O que existe é arte. Temos um espaço e precisamos lutar por ele", diz Lira, sempre que interpelado sobre o assunto. Reconhecimento à atuação do MCTA veio com decretos de utilidade pública, municipal, estadual e federal (esse último, aguardando parecer da Comissão de Redação do Congresso Nacional). Estes decretos servem para ressaltar a importância do grupo no meio cultural e teatral, mas Lira recorre a outro fator mais significativo para exaltar o seu trabalho. "Uma boa árvore se conhece pelos frutos que ela dá: a lista de atores, diretores e produtores atuando hoje no mercado, começaram suas carreiras no MCTA. Muitos escondem com vergonha (por achar que o MCTA não é uma escola com formação técnica), mas não podem ser apagados da memória e da história do grupo". Um nome na imensa lista de atores e jovens que nesses 20 anos passaram pelo MCTA, conta um fato triste. A



Folder da peça *Vidas Secas*, de 1994, adaptação do romance de Graciliano Ramos feita por Carlinhos Lira e Ivan Gonçalves



Carlinhos Lira recebendo prêmio das mãos da professora Dulce Junquetti, em 1991, por ocasião do 15º aniversário do MCTA



Detalhe da peça *São Paulo Eu Te Amo*, de 1987 de autoria de Carlinhos Lira

morte de Fernando Ramos da Silva "Pixote", em agosto de 1987, logo após a volta do MCTA do Festival Nacional de Teatro de Campina Grande, Paraíba, onde participou na peça: *Ataliba, Meu Amor*".

Um capítulo a parte nessa história, foram as buscas de apoio e patrocínio para as montagens do MCTA. Não há um só empresário na cidade que não tenha conhecimento dos pedidos do fundador do MCTA na base de livro de ouro ou chapéu mesmo, sempre que iniciava uma nova produção. Vale ressaltar o apoio da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, através do Departamento de Educação e Cultura e demais diretorias, além da subvenção anual. Nesses 20 anos de teatro, Carlinhos Lira reconhece que as dificuldades sempre foram maiores do que o caminho percorrido, mas o reconhecimento do público é o mais importante para todo artista. Teatro é a arte maior. O homem brincando de ser outro; de incorporar o poder, a riqueza, a miséria.

Ser trágico, fazer chorar; comover expectadores. De fazer rir, deliciar-se com a ironia, ou com a mais pura comédia. De representar a fantasia, a realidade, o amor. Do expressar-se, dar-se inteiramente ao personagem, ao público. De ser ator. "Pode se representar bem e pode-se representar mal; o importante é representar verdadeiramente" - já dizia um ator russo.

Quando alguém comemora idade nova, todos querem abraçar, beijar, desejar sucesso e longos anos mais. Com o MCTA é a mesma coisa. Chega aos 20 anos de vida consciente de ter trazido para o palco muita gente boa, capacitada para representação teatral e incentivando bastante aos que deram continuidade.

O grupo MCTA evitou guardar mágoas de alguns que tiveram sua primeira oportunidade artística através do grupo e, hoje, já profissionais, renegam e escondem de seus currículos suas apresentações nos espetáculos do MCTA. Impossível desconhecer o trabalho social que o teatrólogo Carlinhos Lira desenvolveu com os adolescentes na recuperação de jovens drogados, colocando a arte de representar como melhor paliativo cultural e enfrentamento de seus problemas.

Em junho último, a Fundação das Artes realizou uma exposição sobre o trabalho do MCTA, mostrando sonhos e ilusões de toda uma geração que já ficou para trás. Continua na lembrança, fará sempre parte na história. A exposição prosseguiu no Shopping São Caetano, Banespa e Fundação Pró-Memória.



Comidas de épocas e espetáculos diferentes do trabalho realizado pelo Movimento Cultural, Teatral e de Artes durante as duas últimas décadas

Montagens

Ano	Peça	Autor
1976	<i>Fratricida</i>	Carlinhos Lira
1977	<i>Passageiros da Eternidade</i>	Carlinhos Lira
1978	<i>Rua do Lixo, 24</i>	Vital Santos
1979	<i>Wilsinho Galiléia</i>	Carlinhos Lira
1980	<i>Inútil Pranto dos Anjos de Cara Suja</i>	Carlinhos Lira
1981	<i>Garotos de Aluguel</i>	Carlinhos Lira
1982	<i>A Rainha do ABC</i>	Carlinhos Lira
1982	<i>São Paulo, Eu Te Amo</i>	Carlinhos Lira
1983	<i>A Mãe D'Água</i>	Raimundo Alberto
1983	<i>As Mal Amadas</i>	Carlinhos Lira
1983	<i>Guiomar Sem Rir, Sem Chorar</i>	Lourdes Ramalho
1984	<i>Mãos para Baixo, é um Assalto</i>	Carlinhos Lira
1984	<i>O Beijo da Mulher Aranha</i>	Manuel Puig
1984	<i>Garotos de Aluguel II</i>	Carlinhos Lira
1985	<i>O Último Trem das Onze</i>	Carlinhos Lira
1986	<i>Dez Anos de Palco</i>	Carlinhos Lira
1987	<i>São Paulo, Eu Te Amo</i>	Carlinhos Lira
1988	<i>A Eleição</i>	Lourdes Ramalho
1988	<i>O Pequenino Grão de Areia</i>	João Falcão
1988	<i>Quem Beliscou Paulinho</i>	Chico Vila/Marcos Bulhões
1988	<i>Mamãe, Mamãe</i>	Carlinhos Lira/Ivan Gonçalves
1989	<i>Avia Brasil</i>	Gonçalves/Carlinhos Lira
1990	<i>Vidas Secas</i>	G.Ramos/Carlinhos Lira
1991	<i>Os Meninos do Brasil</i>	Carlinhos Lira
1992	<i>San Gaetano, Amore Mio</i>	Carlinhos Lira
1992	<i>Vidas Secas</i>	G.Ramos/Carlinhos Lira
1993	<i>Foi Boto, Sinhá</i>	Edyr Augusto Proença
1994	<i>Hello, Boy!</i>	Roberto Gill Camargo
1994	<i>O Pequenino Grão de Areia</i>	João Falcão
1995	<i>Queda Para o Alto</i>	Carlinhos Lira
1995	<i>Dois Querer</i>	Carlinhos Lira
1995	<i>Vidas Secas</i>	G.Ramos/Carlinhos Lira
1996	<i>Coração de Vidro</i>	Carlinhos Lira
1996	<i>A Vida é Mesmo Assim</i>	Carlinhos Lira
1996	<i>A Mãe D'Água</i>	Raimundo Alberto

(*) Osmar Costa Valentim é jornalista profissional diplomado e ator de teatro bissexto

Uma página da colonização, escrita com o suor do trabalho

Mário DAL'MAS (*)

Pronunciamento feito durante os festejos dos 118 anos de fundação de São Caetano, ano passado, por ocasião da missa campal realizada em 28 de julho na Praça Ermelino Matarazzo:

“Vamos deixar o pensamento viajar para o passado, na época antes da chegada dos imigrantes, abstraindo-nos do progresso e conforto que hoje nos rodeia e, com as asas da imaginação, vemos o descortinar de uma paisagem bucólica, sob os acordes da cantoria dos pássaros.

Caminhando por estas terras, encontramos humildes rios: Tamanduaté e Meninos, com águas límpidas, transparentes, serpenteando as planícies verdejantes, correndo, murmurando, por entre touceiras e capinzais, nalguns trechos espraiando pelo vale, formando remansos tranqüilos, esperando as lavadeiras e seus batedouros de madeira.

Encontramos, nas vargens, as cavas, pequenos lagos enfeitados com vegetação aquática, surgindo por entre elegantes e esbeltas hastes sustentando vistosas e graciosas flores azuladas, equilibrando-se suavemente nas extremidades, algumas inclinando-se levemente para mirar-se no espelho d'água como formosas e vaidosas adolescentes, admirando a beleza primaveril. Espalhados pelo vale, arbustos, os espinheiros com singelas florzinhas verde-amareladas e as amoras silvestres com lindos e exuberantes frutos avermelhados.

Aqui e ali, moitas, escondedouros das desconfiadas e pernaltas saracuras acinzentadas de bicos finos e longos, saindo de fininho, em busca de alimento só, no crepúsculo verpertino.

Acolá, o capinzal fino, bailando com o soprar dos ventos, qual graciosas havaianas emitindo uma musicalidade assobiada, perdendo-se languidamente pelo espaço.

*“Tudo foi esquecido
e abandonado com a
perseguição do ditador...”*

Vemos os campos revestidos por uma erva crescendo naturalmente onde os chípios com plumagem amarelada alçam voos e com voz onomatopaica soltam gritos de alegre canto,



Ilustração: Jayme da Costa Patrão

brindando as colinas com algazarra, saltitando pelo galhos das árvores, ornamentadas algumas por tímidas parasitas com florzinhas cor rósea, outras por cipós abraçando, serpentinando os troncos e as delicadas trepadeiras subindo pelos caules das árvores, como traquinas crianças, até as verdes copas para admirar a primeira claridade dos raios do sol.

Ouve-se o apito enchendo o espaço, é a locomotiva, a escandalosa maria-fumaça que, nas arrancadas, suspira gemendo, lançando vapor, fumaçando de branco as laterais e baforando pela chaminé, fagulhas, tal qual pequeninas estrelas cintilando, puxando o comboio ao ritmo de seu gingado, despertando a paisagem de Tijuçu.

Ao longe avistamos os solitários fornos da olaria, não mais exalando fumaça, que formavam no firmamento uma nuvem branca muito

tênue e na ascensão levados pelo ar desenhavam figuras estranhas, onde desapareciam como num passe de mágica.

Neste passeio imaginário, finalmente, chegamos onde está a nossa Matriz, encontramos, em ruínas, a Capelinha, construída pelos beneditinos com paredes gastas pelo tempo vestidas de hera e musgo, ocultando o envelhecimento pelo abandono, alojando-se pequenos répteis entre eles as lagartixas transitando como verdadeiras alpinistas subindo e descendo as paredes em busca de insetos para se banquetear.

Ao lado da capelinha, onde hoje se situa a Rua Mariano Pamplona, a senzala dos escravos, construção de pau-a-pique coberta com telhado de uma água e telhas de canal apoiada sobre madeira bruta amarrado com cipó e chão de terra batida resistindo heroicamente

às forças dos vendavais, chuvas e tempestades para não desabar.

Atrás da Capelinha, uma pequena área invadida por ervas daninhas, local melancólico com algumas cruzeiras de madeira toscas, tombadas, indicando ser um campo santo, a última morada, o retorno à casa do Pai.

Tudo foi esquecido e abandonado com a perseguição do ditador Marques de Pombal aos jesuítas.

Foi o canto dos cisnes da Fazenda de São Caetano, e as ruínas ficaram para nos contar a história de uma época, em que a economia brasileira era estruturada no braço escravo.

*"...o governo imperial
comprou a fazenda, pagou
a importância de 18 contos..."*

Recuando mais no tempo, reportamo-nos ao ano de 1730, quando o capitão Duarte Machado doou aos monges do mosteiro de São Bento estas terras, os quais ativaram com mão de obra escrava, manufaturando tijolos e telhas que se destinavam à construção da nossa metrópole, a cidade de São Paulo.

Com o abandono da região, o governo imperial comprou a fazenda, pagou a importância de 18 contos de réis e a transformou em colônia. Para ativá-la, estudou a vinda de trabalhadores rurais da Itália, do distrito de Vittorio Veneto.

Com a chegada desses camponeses, a região saiu do túmulo, ressuscitou, dando vida, florescendo a cidade de São Caetano, em 28 de julho de 1877.

Foi como que das cinzas renascesse uma nova Fênix, a nossa querida e próspera cidade.

Nessa época, a Itália se encontrava em péssima situação sócio-econômica, motivando a saída desses trabalhadores rurais para o Brasil, sem entretanto, o governo poder dar-lhes o devido apoio. E, para agravar a questão, os imigrantes chegaram a estas terras, não recebendo as casas provisórias como os agenciadores haviam prometido. E nestas condições não tiveram outra alternativa, senão alugar-se na senzala, outrora ocupada pelos escravos.

Foi um grande desilusão.

Ao perceberem que as terras não eram produtivas para a lavoura, pois se defrontaram com terreno argiloso, o que contrariava a sua real habilidade, foram forçados a desistir do plantio, fazendo-o somente para o seu sustento.

Envolvidos por este problema, ficaram com grandes dificuldades em pagar os títulos de propriedades das terras, mas as duras penas conseguiram saldar a dívida. Segundo depoi-

mento dado à revista Raízes, a sra. Dona Joana Fiorotti Zanini, filha de fundadores, assim se expressou com referência a esse compromisso: "As terras foram muito bem pagas ao governo".

Diante da situação dramática, uns reativaram a olaria; outros extraíram lenha das pequenas matas que comercializavam para o consumo dos fogões domésticos e queima dos tijolos.

Alguns fabricaram o carvão vegetal e certos imigrantes buscaram seu sustento cortando um tipo de capim que vendiam para o fabrico de colchões.

*"Alguns fabricaram
o carvão vegetal e
certos imigrantes..."*

Numa pequena área fértil desenvolveram a cultura da uva, produzindo vinho de boa qualidade, citado num romance de Júlio Ribeiro, A Carne.

Apesar de tentarem, com todas as forças, vencer as adversidades que se apresentaram, as dificuldades aumentaram a tal ponto que Giacomo Garbelotti escreveu uma carta a um parente na Itália, narrando o desencanto e o sofrimento dos emigrantes. Eis um trecho de sua missiva: "Se, por acaso, houver alguém do nosso lugar que deseje vir para cá, é preciso que esteja bem informado, porque quando chegam aqui, imigrando para São Paulo, é preciso que saibam agir. Os intérpretes agem como agem os intermediários na compra de gado".

Os emigrantes ficaram extasiados com a beleza bucólica de Tijucuçu, mas decepcionados pelo não cumprimento do que foi tratado com os agenciadores.

Neste momento solene, comemoramos o 118º aniversário da fundação, contemplamos a glorificação dos fundadores, nesta singela lápide de mármore branca e fria, na qual estão insculpidos seus nomes onde mora uma história de extraordinária beleza, de trabalho, humildade e amor.

Aí estão os sentimentos e todos os feitos dos nossos fundadores, que dignifica e enobrece o ser humano.

Hoje, emuldurada carinhosamente por flores numa saudação dos sulsancaetanenses. Esta lápide fala da união em torno de Deus, de sua religiosidade e fé cristã, na qual ancoravam as esperanças e tiravam a força para enfrentar as adversidades. Este mármore branco mostra as cicatrizes da dor, as mãos calosas e ombros curvados pelo árduo trabalho.

Canta em hino a coragem a força e seu espírito indômito.

Conta as dificuldades, angústias e esperanças.

Exprime em prantos as tristezas e sofri-

mento.

Guarda as lágrimas das amarguras.

Abriga os corações atormentados pela incerteza.

Expressa a alegria por adotar o Brasil como sua pátria, constituindo famílias, iniciando a formação da sociedade sulsancaetanense.

Representa o berço desta ciclópica cidade.

É oportuno lembrar o singelo verso esculpido pelo autor da obra-prima Vida de Jesus, de Plínio Salgado: "Os homens passaram,/ As gerações passaram,/ As estrelas ficaram/ Pontualmente, nas mesmas horas,/ Nas mesmas posições,/ Guardando o mistério/ De todos os que passaram.../ De todos os que já não são,/ Mas que foram, que existiram,/ Com suas inquietudes/ E suas dores."

Sancaetanenses, nossos fundadores não foram triunfalistas como os antigos guerreiros, que, após terem destruído uma cidade inteira, dizimado a população, hasteavam orgulhosamente a bandeira do interesse e da opressão. Não foi o triunfalismo das armas. Foi o triunfalismo das ferramentas de trabalho. Não foi o triunfalismo da guerra. Foi o triunfalismo da paz. Não foi o triunfalismo do ódio. Foi o triunfalismo do amor. Não foi o triunfalismo da destruição. Foi o triunfalismo da construção. Realmente esses trabalhadores foram grandes vencedores.

*"O triunfalismo (...)
foi nobre, sublime,
deixando-nos uma grande..."*

O triunfalismo dos fundadores foi nobre, sublime, deixando-nos uma grande obra que foi a gestação desta progressista cidade de São Caetano do Sul, o Príncipe dos Novos Municípios.

Fundadores da cidade, escrevestes com o suor de vosso penoso trabalho uma das mais belas páginas da colonização do Brasil, deixastes um exemplo de grandeza moral, honra e dignidade.

Recusastes a inutilidade. Afastastes a irresponsabilidade. Expulsastes a preguiça. Banistes a covardia. Cumpristes realmente com vossos deveres. E hoje, com imensa alegria, vemos São Caetano do Sul sendo administrado com amor e maestria. E hoje, São Caetano do Sul, seus filhos com o coração emocionado e agradecido vos contemplam, aplaudem-vos e cumprimentam-vos.

Salve o Príncipe dos Novos Municípios".

(*) Mário Dal'Mas é engenheiro, formado pela Mackenzie, empresário e diretor da Fábrica Dal'Mas S.A.

O casarão dos Matarazzos, e algumas outras histórias

Arnaldo TREBILCOCK(*)

A demolição do casarão dos Matarazzos, à Avenida Paulista, não foi o tão falado fim de um símbolo (da riqueza industrial paulista..?), mas o retorno de um possível rendimento ou reavaliação de um patrimônio pessoal. Patrimônio que sofreu uma tentativa de esbulho por parte de uma autoridade botocuda.

A casa dos Matarazzos foi, até alguns anos atrás, simplesmente a moradia de uma família que já foi muito rica, situada na avenida que abrigou no início do século, a nobreza do café e sua equivalente da indústria nascente. Construído para o senhor Francisco Matarazzo, o patriarca, com planos e supervisão de um arquiteto italiano - o mesmo que, sob as ordens de Benito Mussolini, criou inúmeros palácios opulentos na Itália fascista - o casarão ostentava em sua fachada um brasão...

Francisco Matarazzo, o iniciador do império industrial, foi um dos tantos italianos de boa cepa que vieram ao Brasil na onda das grandes imigrações das décadas finais do século passado. Mas, ele não foi propriamente um imigrante, pois deixou sua cidade natal - Castellabate - e viajou em segunda classe, com passagem paga de seu bolso, e com uma Carta de Crédito Bancária, capital que formou a célula-mater do que viria a ser poucos anos depois a grande empresa IRFM - Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Iniciada no Paraná, a empresa evoluiu rapidamente, transferindo-se para São Paulo. Uma de suas unidades fabris foi montada no então "distrito de São Caetano".

Até o final do século XIX, o industrial era o senhor Francisco Matarazzo ou, para os que com ele vieram da mesma cidade italiana, don Francesco... Por um processo quase rotineiro na ocasião, comprou o título de conde, passando a ser o senhor Conde Francisco Matarazzo...

Tais títulos - "barão" ou "conde" - eram vendidos por bom dinheiro sonante pela Igreja. Na época, os papas viviam enclausurados no Vaticano, completamente afastados do Estado, não recebendo prebenda alguma. Necessitando de muito dinheiro para manter e tentar expandir seu poder temporal, a Igreja vendia títulos de nobreza a homens (somente homens...) que tivessem determinada proeminência e dispusessem de bom dinheiro para "doações" às obras da Igreja. Eram títulos individuais, não familiares nem hereditários. Às esposas legítimas concedia-se o uso verbal da alcunha condessa.

Quase todos os compradores optavam pelo "conde", pois o "barão" era considerado título

inferior. A Igreja não podia conceder títulos de marqueses e duques, apanágio das casas reinantes cujos chefes pertenciam à tradicional e secular aristocracia... Os verdadeiros nobres não davam a menor pelota aos chamados nobres papalinos, não permitindo que seus nomes e títulos fossem registrados no Almanaque Gotha.

Consequindo seu título de conde, o senhor Matarazzo cuidou de consolidar sua posição de grande industrial, formando um patrimônio fabril cada vez mais sólido e financeiramente poderoso.

"Os verdadeiros nobres não davam a menor pelota aos chamados..."

O novo conde, rico e portanto poderoso, foi naturalmente aceito pela aristocracia paulista. Foi pouco hostilizado e combatido. Os maiores ataques e calúnias vieram da própria colônia, e o conde foi mais de uma vez achincalhado e achacado por um jornal, mísero pasquim, concorrente do Fanfulla - ambos publicados em língua italiana e com alcance limitado a parte da colônia.

O senhor Conde Francisco Matarazzo era um homem de caráter firme, um tanto rude, franco e leal, incansável trabalhador. Como qualquer ser humano tinha seus defeitos... O maior, o que mais venceu sua vida, sua família, suas indústrias, foi a vaidade pessoal além do gosto pelo mando despótico unilateral. Admirador do que Mussolini fazia e fizera na Itália, especialmente as ações de aparente resgate do Sul da Itália e o combate quase eficiente à Mafía e Cosa Nostra, com a quase eliminação dos chefes mafiosos, o Conde Matarazzo tornou-se amigo de Benito Mussolini, fazendo vultuosas doações às organizações socializantes do fascismo. Pai extremo e dedicado chefe de família, muito batalhou a fim de conseguir algo quase impossível... Graças ao empenho pessoal do ditador, o "governo italiano", com o beneplácito da Casa Real, concedeu hereditariedade e consanguinidade ao título. Assim, os familiares, filhos e descendente adquiriram o direito ao uso do título nobiliárquico, transmissível por herança.

Ardoroso admirador de Mussolini e do fascismo, o senhor Conde Francisco Matarazzo deu toda ajuda possível aos fascistas, especialmente nos primeiros anos da Segunda Guerra, fornecendo dinheiro e matérias, especialmente aço e não-ferrosos - matérias-primas que chegavam à Itália via Espanha. E tais fornecimentos eram acobertados e amparados por outros

dois ditadores fascistas: Vargas e Franco.

As antes poderosas IRFM são hoje um acúmulo de sucatas, de nada, de fantasmas. Comenta-se geralmente que a ruína do outrora império foi devida à má administração dos que sucederam o primeiro Conde, coincidente com o fim do fascismo e a tomada do poder pela esquerda na Itália republicana. (Não, não foi bem assim...)

A família Matarazzo, terceira ou quarta geração, sofreu um duro golpe, quase fatal, quando a senhora Erundina, num claro impulso de inveja e rancor pessoal, proibiu a demolição da casa dos Matarazzo à Avenida Paulista, iniciando um estúpido processo de tombamento e desapropriação inútil e impraticável, paralisando financeiramente a família e planejando um gasto enorme (falava-se em algo em torno de cem milhões de dólares) ao Erário Municipal. Fracassado o projeto, negado o tombamento e impedida a desapropriação voltou o patrimônio - sensivelmente desvalorizado, a seus legítimos donos.

"Ardoroso admirador de Mussolini e do fascismo, (...) deu toda ajuda..."

Acha-se agora completada a demolição do casarão. Alguém escreveu que "desapareceu um símbolo"... Símbolo de quê? Tombar uma residência construída por um rico dos anos 20, dando-lhe status de monumento a ser conservado como patrimônio do povo... desapropriar a preço conveniente e ali montar um "Museu do Trabalhador", foi uma das grandes tentativas estúpidas de alguns anos atrás. A cidade precisava de mais escolas, de mais hospitais; o trabalhador precisava de mais moradias e mais comida. O tal "museu" só serviria para afagar a vaidade de um punhado de tolos.

Se alguém ainda pensa na demolida residência como um símbolo, esclareça a que espécie de símbolo está se referindo: da "aristocracia industrial paulista"? Tolicie. A ex-mansão poderia somente ser um memento de uma era arquitetônica fascista, época em que um ignaro ditador sonhava restaurar o poder e a opulência do ultrafinado Império Romano. Nada mais...

(*) Arnaldo Trebilcock, brasileiro, estudou na Europa e terminou os seus cursos numa universidade italiana. Foi redator-chefe da Tribuna das Estâncias e redigiu os artigos de fundo da Tribuna Latina. Doutor em Ciências Comerciais, atua como agente-geral para o Brasil de empresas fabricantes de maquinário e equipamentos para indústrias petrolíferas, petroquímicas e farmacêuticas.

Os pães as frutas trazem um doce sabor do passado distante

Gisberto GRIGOLETTO (*)



Acervo: Fundação Pró-Memória.

A foto, sem data determinada, mostra o Bairro Monte Alegre (atual bairro Santo Antonio) na década de 20, no início da urbanização. Terrenos muito grandes, abrigavam as primeiras casas do bairro. Verdadeiras chácaras, com pomares e frutas. Já construído o poço, iniciava-se a construção da casa (Doação: Laura Fiorotti Fâmula).

Nos idos de 1915/1925, quando algumas glebas eram demarcadas para venda, os lotes em sua maioria mediam 500 metros quadrados, isto é, 10 metros de frente por 50 metros de fundo. Com essa área, 500 metros quadrados, os compradores podiam construir a casa, o indispensável forno, o galinheiro, e ainda sobravam 300 metros quadrados para o quintal.

Meus pais não fugiram à regra: construíram a casa, o forno, o galinheiro, também o chiqueiro; a área restante foi transformada em horta. Naquela época não havia padaria para o fornecimento de pão. As famílias faziam o pão em casa. Por esse motivo, o forno era necessário. Minha família era relativamente grande, formada por meus pais, meus nove irmãos, além de dois primos que viviam em nossa companhia. Semanalmente, minha mãe fazia duas ou três fornadas de pães. Como o preparo manual da massa era muito cansativo, sovas e massas, meu pai construiu uma grã-mula que era apenas um rudimentar aparelho para amassar (sovar) a massa. Ela consistia de uma mesa de madeira, medindo mais ou menos 0,80cm x 0,80 cm e 0,60 cm de altura, tendo em uma das extremidades uma alavanca de madeira, móvel com cerca de dois metros de comprimento.

Assim, enquanto um de meus irmãos levantava e abaixava a alavanca, minha mãe movia a massa, previamente colocada na mesa, sovando-a até ficar no ponto de ser transformada em pães, que, depois de crescidos, eram enfiados e assados.

No início, meus irmãos maiores iam catar a lenha necessária para o fogão e o forno. Alguns anos depois, esse serviço era executado por mim e meu irmão Danilo, pouco mais velho que eu.

Os sancaetanenses de hoje talvez duvidem, mas pelos lados da Candelária, Vila Gerty, Vila Paula e adjacências, existia muita mata, com veados, cotias, tatus, tizios, papa-capim, canários da terra, pintassilgos, com muitas flores e frutinhas silvestres. Os carvoeiros de então derrubavam as árvores de maior porte para o fabrico de carvão, deixando no local os galhos que não prestavam para aquele fim.

Era precisamente esses galhos, secos ou não, que nós catávamos para queimar. Fazíamos um feixe cada um, punhamos na cabeça e os transportávamos para casa.

Tínhamos também a nossa horta. Meu pai era guarda-noturno das Indústrias Pamplona, depois Matarazzo. Pela manhã, quando chegava em casa, ia cuidar das verduras, dos legumes, dos pés de fruta que plantava, regando e adubando os canteiros e as coroas das plantas de laranjas e pêras ali existentes.

Recordo que meu pai abriu uma cava, um buraco no quintal, para depositar os detritos do galinheiro e do chiqueiro, como também, aqueles que íamos catar dos animais que pastavam pelas cercanias de onde hoje se encontram a Pan, a Beneficência Portuguesa, o Hospital São Caetano, Mec Importadora, etc. Deixava os detritos curtindo por quatro ou cinco meses, quando os jogavas por toda horta, adubando regamente toda a terra. E nós tínhamos que encher novamente a cava...

A maioria das propriedades não era demarcada com alvenaria, mas com cercas de arame farpado. Ou seja, mourões fincados na terra, com distância de dois ou três metros, nos quais eram pregados quatro ou cinco fios de arame farpado.

As propriedades mais visadas por quase todos os meninos da região eram as dos senhores Baraldi e Marinotti por serem as maiores, com grande número de pés de pêras e parreiras. Quando qualquer um desses senhores surpreendiam esses visitantes importunos, não eram bem-vindos, corriam atrás, xingando, mandando-os para o inferno, ameaçavam contar aos pais. Também não passava disso; jamais agrediram qualquer criança.

Porém, a turma a que eu pertencia, cinco ou seis meninos que andavam sempre juntos, nunca consegui "roubar" as pitangas das 30 ou 40 pitangueiras que existiam no terreno da Fábrica de Formicida, localizada na Rua Goiás, porque a cerca que circundava o terreno era alta e tinha dez ou 12 fios de arame farpado, além de estar constantemente vigiada pelos funcionários da fábrica. A outra propriedade, cuja frente era na Rua Piauí, mais

ou menos na altura dos números 700/800 de hoje, confinava com o terreno da Fábrica de Formicida. A proprietária, dona Maria Giacomini (nós a chamávamos de nonna Marina), era uma mulher fora de série, cabelos grisalhos, estatura mediana, não era muito gorda, rosto corado, alegre, de olhar penetrante, que transmitia confiança e respeito, coração grande, maior do que ela mesma, sempre pronta a acolher quem quer que fosse. Ela nos recebia com a maior boa vontade, permitia a nossa entrada no pomar, para apanharmos as frutas da época, pêras, laranjas, ameixas.

Por diversas vezes, encostávamos o braço ou perna em um aglomerado de taturanas que, devido à cor semelhante à casca do galho em que estavam agrupadas, nem sempre eram notadas. Imediatamente após, na parte roçada, além de arder muito, aparecia uma acentuada irritação na pele. Nessas ocasiões, dona Marina ia até a cozinha, apanhava uma faca, passava o fio da lâmina sobre a irritação surgida, pronunciava em voz baixa algumas palavras; momentos depois, talvez devido à confiança que ela nos inspirava, a irritação desaparecia e a ardência passava.

Quando saíamos do pomar, agradecíamos, dizendo: Obrigado, nonna Marina. O sorriso largo, gostoso, que surgia em seus lábios, dava-nos a impressão de que era ela quem estava nos agradecendo. Creio que hoje ela deve estar lá no céu, cuidando dos fornos, do pomar, dos meninos, de tudo e de todos.

(*) *Gisberto Grigoletto nasceu em 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída pelo pai, João Grigoletto, onde é hoje a rua Rio de Janeiro: foi a quarta casa construída no bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do Clube Esportivo Lazio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como Chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.*

La Misura del Salamin (A Medida do Salaminho)

(*) Nelson PERIN

Ilustração: Jayme da Costa Patrão

Uma brincadeira saudável entre nossas velhas famílias vênetas, um trote muito divertido... Tudo ressuscitou em minha mente quando, no dia 28 de julho de 1995, por ocasião da missa campal, no Bairro Fundação, em comemoração aos 118 anos de existência de nossa terra natal, foi me entregue o folheto para acompanhar a cerimônia. Na capa mesmo, deparei-me com uma foto de fundadores da família De Martini.

Nasci em São Caetano em 5 de dezembro de 1933, no Bairro Monte Alegre, hoje Bairro Santo Antonio, na antiga rua Bahia, hoje rua Rio Grande do Sul, onde ainda moro, e também passei por este divertido trote.

Quem não se lembra do saudoso Giuseppe De Martini, o querido nonno Beppe Martini da sanfona ou Beppe Martin da pipeta (cachimbo)?

Era tradição entre várias famílias, na época das olarias, ter a sua criação de porcos a fim de, como na distante e querida Itália, cultivar o costume de ter em cima dos fogões a lenha as varas de bambu lotadas de salaminhos, copas, biroldo (chouriço), o figadel temperado com uva passa, etc.

A nossa olaria foi extinta em 1947. Em nossa casa, localizada ali onde hoje estão o Hospital Beneficente São Caetano e o Edifício Jacob Lorenzini, essas varas ficavam penduradas no teto de nossa cantina, sobre as cartolas de carvalho e castanheiro, repletas de bom vinho caseiro, feito com uvas carbenet ou merlot para o tinto, e moscatel, para o branco.

O velho Giuseppe Demartini, devido à bagagem trazida de Vittorio Veneto e Udine, da sua distante Itália, era sempre convidado por essas famílias quando era para mazzar un porco" (matar um porco). Era um dia inteiro de trabalho com toda a família ajudando.

Mas vamos ao trote. Uma grande mesa, após todo o ritual, para se fazer um bom salaminho. Isso consistia na separação, moagem e tempero das partes nobres do suíno abatido, as tripas prontas e a velha máquina de moer a manivela, que até hoje, carinhosamente, guardamos fixada à mesa, pronta para o ensacamento. É aí que acontecia a brincadeira.

O velho Beppe perguntava à minha nonna Antonia Fiorotti Perin (a saudosa Toninha):

Varda che adesso gó bisogna della misura



del salamin, senza quella non si pó finire il nostro lavoro. (Agora preciso da medida do salaminho, sem ela não posso concluir o nosso trabalho).

Chi vá cior me? (Quem vai buscar para mim?)

Aí, chamado pela nonna, o velho Beppe me disse em vêneto:

Và là su de tuo barba Quecco Fiorot e domandi gè che mi presti la misura del salamin. (Vai lá na Vila Gerty, divisa com Santo André, na casa do teu tio Francisco Fiorotti e peça a ele para me emprestar o aparelho que mede o tamanho do salaminho).

Na época não existia condução. E lá fui eu, a pé, por essa distância toda. Em lá chegando, fui recebido pelos meus tios Ângela e Francisco Fiorrotti. E fiz o pedido do velho Beppe.

Com um sorriso, os dois pediram-me para aguardar na sala, pois iriam embalar e me entregar o tal aparelho. Passados uns vinte minutos, entregaram-me um saco de pano branco fechado e bem amarrado, com aproximadamente 20 quilos, e me orientaram, também em vêneto:

“Atento: vá pian per non cascare e n’anche baterlo in terra, per che zè un’aparecchio molto delicato, fatto de viero e pó romperse.” (Atenção: leve este saco com muito cuidado, não deixe cair e nem o coloque no chão, pois o aparelho é frágil, feito de vidro e pode quebrar-se).

Fui para casa carregando o saco, com todo o cuidado, novamente a pé, e com um tempo estimado em duas horas e meia, entre minha saída e chegada. Cansado e suando devido ao calor que naquele dia reinava. Quando cheguei em casa, o nonno Beppe disse:

Lei ha demorato molto; ades’non gó bisogno più de la misura, ormai gó finito il lavoro. (Você demorou muito e agora não preciso mais da medida, pois já terminei meu trabalho).

De fato tudo estava concluído e os salaminhos todos, pendurados sobre as varas. Continuando, ele me disse:

Voglio veder se lei me portato la misura certa

(Quero ver se você me trouxe a medida certa).

E ali, diante de todos, abriu aquele saco, que eu carreguei com todo o cuidado, e retirou latas, garrafas vazias, sapatos velhos, chinéis, ferraduras gastas e alguns chuchus.

Imaginem a gozação... Eu tinha na época uns dez anos de idade. Conheço gente, no entanto, que com vinte anos, o dobro da minha idade, havia ido buscar la misura del salamin em locais mais distantes. E chegaram a carregar um saco bem mais pesado do que eu havia carregado...

(*) Nelson Perin, descendente de colonos vênetas, nascido em São Caetano há 63 anos, foi esportista destacado, durante vários anos, defendeu a seleção de vôlei da cidade

Uma pequena história sobre o passado relembra um lugar feliz

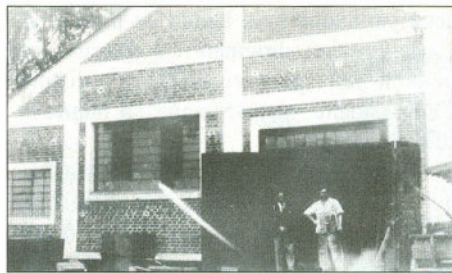
Diva DE VITA(*)

Piazza De Vita - com este nome começa um novo momento nesse lugar feliz (São Caetano), que embalou muita luta, suor e alegrias, tendo à testa da família Antonio De Vita, conhecido por todos como De Vita. Ele veio da Itália ainda jovem - tinha 12 anos -, com uma família numerosa que se instalou em Guaianazes, onde compraram terras e começaram a tão sonhada vida nova na América. Para não perderem o contato com as raízes, falavam em sua língua, e foram desempenhando suas funções e ofícios tal como o faziam na pátria - trabalhar a arte em cobre, estanho e bronze.

Porém, o jovem Antonio tinha outros sonhos e queria ir além das funções de artesão. Para tanto, estudou para ser guarda-livros, ocupação que hoje denominamos de auxiliar de escritório ou contador. Mais do que ter sucesso profissional, ele queria constituir família e ter o seu próprio negócio. Nesse ínterim, reencontrou uma jovem com quem já tinha convivido na Itália, e que conversava, sem embaraços, em sua língua. Desse reencontro cresceu a paixão entre Carmelina Ambrósio e Antonio De Vita. Carmelina era tratada pelo marido de Emelinda, e por esse apelido acabou sendo chamada por todos que a conheciam. Passados alguns anos, casaram-se em Itaquera e iniciaram a formação da família.

Mais tarde, com fábrica instalada em São Paulo, à rua Toledo Barbosa, mudaram-se para lá, instalando-se na casa de número 373. Já na década de 40, os negócios prosperavam e eles começaram a construir nova fábrica, agora ao lado da casa da família, assobradada, que recebeu o nome de Fundação de Cobre Nossa Senhora, localizada à Avenida Dr. Augusto de Toledo, no antigo número 178, em São Caetano, que naquele tempo ainda não era do Sul, uma vez que ainda era distrito de Santo André.

Os vizinhos da rua Toledo Barbosa estranhavam a audácia da família em mudar-se para aquele lugar tão distante, tão deserto. Alguns até comentavam: "Vão para o interior!". De fato, naquele tempo as galinhas andavam soltas nas ruas e as casas possuíam pinguelas - tábuas colocadas sobre o córrego que passava entre o passeio (se é que assim se podia chamar) e o leito carroçável que, na verdade, se transformava num mar de lama quando chegava a estação das águas. Quando chovia, era necessário levar uma muda de calçado para trocar na padaria São Miguel, que



Fundição de Cobre Nossa Senhora Aparecida junto à casa assobradada da família De Vita, à Rua Augusto de Toledo, antigo 178. Foto da década de 40 (Doação: Família De Vita).

ficava na Avenida Goiás, entre a rua Oswaldo Cruz e a Avenida Dr. Augusto de Toledo (hoje, ali existe um prédio de apartamentos). Dessa maneira, para ir a São Paulo, era necessário muito preparo e, principalmente, sapatos limpos.

Os percalços da família eram grandes, aliado ao sofrimento de Antonio, principalmente devido a alguns fatos ocorridos na fundição. Algumas vezes, as fortes chuvas derrubavam os muros e levavam todo o material para as águas do córrego - hoje canalizado - que ficava entre a rua Oswaldo Cruz e a Avenida Dr. Augusto de Toledo. Foram muitos momentos difíceis, mas logo viriam as festas. A primeira - de inauguração - foi espetacular, realizada dentro da própria fábrica, com muita fartura e animação.

A Fundação de Cobre Nossa Senhora Aparecida era a única na América do Sul, e seus produtos eram vendidos para todo o Brasil e também para o exterior. Ainda hoje, em Minas Gerais, existem docerias que usam tachos de cobre para a feitura de doces. Os tachos eram de cobre e suas alças de bronze, nos mais variados tamanhos. Na verdade, o cobre que vinha na forma de sucata era derretido, fundido em arruelas (discos), para depois ser submetido ao processo artesanal, sendo transformado então em tacho.

Recordo-me: quando havia muitos pedidos, toda a família trabalhava até altas horas da noite para cumprir os prazos das encomendas. Assim, o martelão era ouvido até bem longe, por muitos moradores. O martelão, como era chamado pela vizinhança, era, de fato, um grande martelo uma vez que pesava cerca de 200 quilos, e que funcionava à eletricidade e a cada batida na arruela ia moldando o tacho. Após esse trabalho, a peça levava ainda mais algumas marteladas manuais - compassadas e iguais - que a deixavam mais bonita.

Totó, forma carinhosa pela qual Antonio era chamado, era o único que sabia manusear a pe-



Fachada do galpão onde funcionou a Fundação de Cobre Nossa Senhora Aparecida. No local, hoje se ergue o prédio Piazza De Vita (Doação: Família De Vita).

ça, ainda quente, sob o martelão que batia compassadamente, exigindo agilidade, força e destreza. Mais tarde, seu filho Ézio também aprendeu o ofício. Na fábrica também eram produzidos soldados manuais, igualmente exportados e vendidos para todo o Brasil.

O barulho produzido era muito grande. Porém os vizinhos não reclamavam, salvo quando o serviço virava a noite. Mas todos eram previamente avisados quando isso ia acontecer. Apesar do desconforto provocado pelo ruído, havia a compensação pelas festas que a família oferecia aos amigos e vizinhos. Nessas ocasiões, todos se reuniam ao som das músicas populares e italianas, cantavam, dançavam e bebiam chope, vinho ou quentão, tudo na maior alegria. Não era necessário convite: quando havia reunião com música, os vizinhos chegavam para festejar.

As festas de Santo Antonio (aniversário do seu Totó), eram famosas, com enormes fogueiras. Inclusive era costume na época fazer as moças casadouras saltar as fogueiras à meia-noite; caso contrário não arranjariam noivo. O quentão perfumava o ambiente e o foguetório era de arrepiar.

Os rapazes, naquele tempo, perguntavam uns aos outros: - Vamos ao sobrado das moças?

A casa era uma das primeiras construções assobradadas do bairro; era toda moderna. Como tudo passa, as moças ficaram velhas, e o sobrado veio a ser demolido recentemente. Um edifício será erguido no local, com o nome da família, e terá um nome muito sugestivo: Piazza De Vita, que significa Praça da Vida. Com certeza essa habitação aninhará muitas famílias, quicá tão felizes quanto aquela que deu origem ao lugar. Novas histórias... mas a lembrança de tempos felizes jamais passará.

(*) Diva De Vita é filha de Antonio De Vita e Carmelina Ambrósio De Vita

Um comboio distante da memória passeia pelo campo de futebol

Manoel Cláudio NOVAES (*)

Naquele domingo de maio, mais precisamente em quatro de maio de 1919, o senhor Luiz Martorelli levantou-se bem cedo para cumprir, com seus companheiros de diretoria, o extenso programa dos festejos comemorativos ao quinto aniversário do São Caetano Esporte Clube, do qual era presidente. Tudo deveria correr bem como fora planejado há alguns meses, para gáudio da população caetanense e dos visitantes, pois foram convidados o Clube Atlético São Paulo, da Capital, representante da imprensa da paulicéia e o povo em geral. Não poderia haver falhas.

Bem cedo, pois, no campo do “campeão e querido de São Caetano” [na rua Heloísa Pamplona, com a presença de numerosas pessoas], realizou-se a partir das oito horas a cerimônia da inauguração da bandeira de campo e das redes dos gols, respectivamente. Em seguida, teve início o Campeonato Interno de Futebol, com a partida entre “Júlio Team” e o “Gozzi Team”.

A manhã passou, assim, no campo do Clube, com muita alegria de todos que lá estavam, desfrutando, inclusive, do prazer da amizade entre torcedores, jogadores e amigos, e de novas amizades proporcionadas pelo evento. Esporte é isso mesmo: além de arte, técnica, amizade e companheirismo.

À tarde, por volta das quatro horas, a diretoria e os sócios do alvinegro, incorporados,

acompanhados pela banda de música da União-Operária, dirigiram-se à estação da estrada de ferro para recepcionar “o distinto Club visitante, representantes da imprensa, convidados e povo”.

Já no campo, os dois times, sob as ordens do “distinto sportman”, senhor Luiz Gambaro, alinharam os jogadores e a banda de música executou o dobrado “São Caetano Sport Club”, de autoria do maestro Luiz Modena, dedicado ao Clube. Lendo assim, com vagar, o respectivo programa dos festejos do quinto aniversário do São Caetano Esporte Clube, quanta beleza, simpatia e paz experimentamos.

Novas surpresas viriam para mostrar-nos que uma competição esportiva não é uma guerra, não é luta entre inimigos. É antes de tudo respeito pelo adversário, mesmo no maior ardor da disputa. Não se deve olvidar que mesmo num esporte viril, como é o futebol, deve imperar o respeito pelo adversário e pelos torcedores. E o papel destes últimos é incentivar dentro da ética: aplaudir os lances mais belos, de ambas as partes, os gols e, afinal, aplaudir todos os jogadores pelo entretenimento que nos proporcionam.

Alinhados os jogadores, aguardando o sinal para o início do jogo, adentram ao campo para o kick off (pontapé inicial), as madrinhas do Clube, senhoritas Etelvina Zanini, Etelvina Antanha e Avelina Gallo. O belo sexo enfeitando o ambiente com sua graça e beleza...

O quadro do São Caetano Esporte Clube estava assim constituído: Luiz, João e Nestor; Feliciano, Júlio e Francisco; Armando, Eduardo, Mário, Bertolucci e Gozzi. O Clube Atlético São Paulo alinhou: Medalha, Tanero e Daniel; Santino, Amadeu e Henrique; Affonso, Racio, Souza, Apparício e Kleber.

Terminado o jogo, cujo resultado, evidentemente, o programa não podia prever, todos são convidados, inclusive os “distintos convidados” para o baile e demais divertimentos na sede do Clube. É a grande confraternização entre os jogadores, torcedores e convidados, onde predomina o espírito de esportividade.

Às vinte horas, novamente incorporados, sócios, admiradores do Clube e os representantes de todas as “sociedades locais pelos seus muito dignos Presidentes” foram acompanhar os visitantes até a estação da estrada de ferro para despedir-se dos ilustres convidados. Embarcados os visitantes, o senhor Luiz Martorelli sentiu uma grande paz interior - saíra tudo, tudo muito bem.

Lentamente dobrando o programa que me serviu de passagem para viajar no tempo, acompanho o comboio que vai desaparecendo na escuridão da noite e um silvo distante da locomotiva, põe fim à minha viagem ao passado. Belo exemplo de esportividade, não há dúvida.

(*) Manoel Claudio Novaes, é autor do livro *Nostalgia e de várias crônicas sobre a vida de São Caetano. É membro da Academia de Letras do Grande ABC.*

Acervo: Fundação Pró-Memória

Luiz Martorelli, presidente do São Caetano Esporte Clube em 1919, foi destacado cidadão presente em todas as atividades da localidade. Foto da década de 10 (Doação: Thereza Piccolo Garbelotto)



Luiz Martorelli (último à direita), com amigos e companheiros de São Caetano Esporte Clube. Da direita para a esquerda, após Luiz, Arthur Garbelotto, Abramo Cavassani (primos que se destacavam no departamento teatral do clube), ? , Silvério Manile (líder do departamento de futebol). Foto do início da década de 20. Doação: Thereza Piccolo Garbelotto

Trabalho rude das olarias foi elo precursor da economia em São Caetano

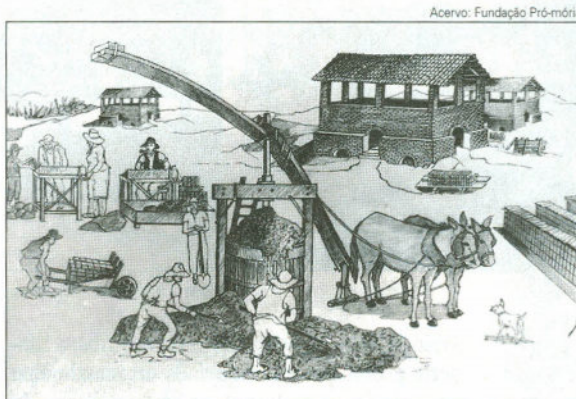
Documentos vivos do primeiro ciclo econômico de São Caetano, as olarias, no final do século passado e início da primeira década do século 19, tiveram um papel relevante na economia da cidade, podendo ser consideradas, talvez, como precursoras do ciclo industrial que começou a dar seus primeiros passos a partir de 1910.

Fornecedora de telhas e tijolos para várias regiões da então província, particularmente para a vizinha cidade de São Paulo, as olarias representam na verdade a adaptação do homem ao meio, uma vez que os primeiros imigrantes - seja por questões climáticas ou razão do solo inadequado - não puderam desenvolver o trabalho voltado à lavoura da mesma modo como faziam nos seus locais de origem.

Dessa maneira, as inúmeras dificuldades apresentadas pela agricultura e, em especial a vinicultura, primeiras atividades dos colonos italianos, já no fim do século XIX, acabou servindo como mola-propulsora, uma vez que os imigrantes e seus filhos tornaram-se oleiros, extraindo o barro desde a madrugada, único meio encontrado naquele momento para tentar ludibriar a pobreza.

Não era uma empreitada suave, e muitas das famílias hoje conhecidas na cidade começaram neste difícil negócio como os Perrellas, Ferraris, Garbelottos, Bariles, Parentes, De Nardis, Morettis, Cavanias, Braidos, Roveris, Baraldis, Sígolos, Martorellis, Bertolinos, e outras mais.

Segundo documentos da época, a primeira das olarias estabelecidas em São Caetano pertenceu aos padres beneditinos. Tanto que em 1879 foram identificados três fornos que faziam parte da fábrica de louças vidradas, ladrilhos, tijolos, telhas, e até obras de arte ini-



Acervo: Fundação Pró-mória

Ilustração de Jayme da Costa Patrão sobre o trabalho desenvolvido nas olarias



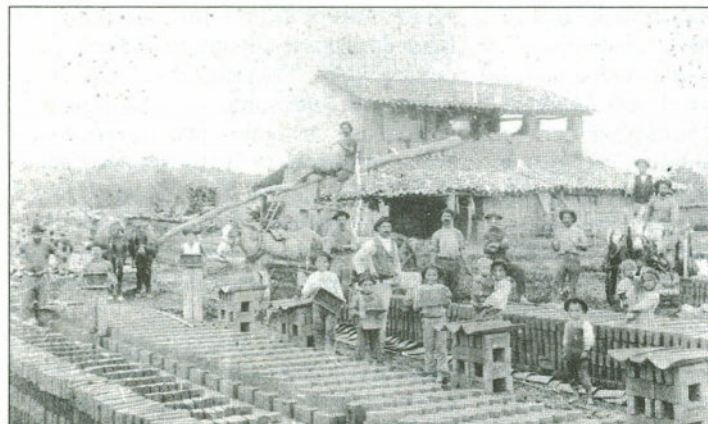
Desenho de Jayme da Costa Patrão sobre o transporte de tijolos por via fluvial



ciadas pelos monges beneditinos em 1730, quando teria sido construído o primeiro forno.

Podemos dizer que esta história teve início lá pelo século XVII, quando os monges da Ordem de São Bento vieram para as terras, onde hoje se localiza São Caetano, e aqui instalaram sua fazenda. Passados 100 anos, esses monges edificaram, entre a atual Matriz Velha e o Rio dos Meninos, a primeira olaria da região.

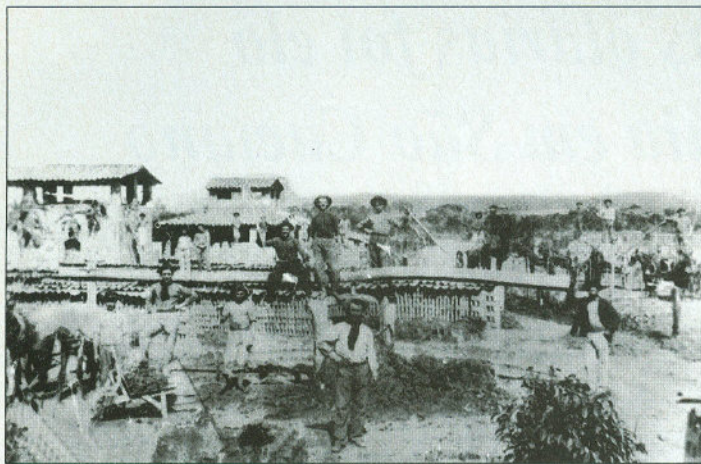
De acordo com os relatos dos próprios religiosos, esses produtos resultado de uma economia nascente, mas primária, eram levados em canoas através do rio Tamanduateí. As embarcações partiam de um provável ancoradouro próximo à atual ponte da Rua Ibitirama, Vila Prudente, seguindo até o Porto Geral, onde é hoje a Rua 25 de Março, em São Paulo (inclusive próximo a esse local ainda existe a Ladeira Porto Geral que de-



Olaria não identificada



Olaria da Família Ferrari, em 1935. Nesta foto aparecem os membros da família Ferrari transportando argila para a olaria. Eles estão em frente à Rua Major Carlo Del Prete, ao fundo na Rua São Jorge, aparece o prédio da antiga fábrica de anil



Olaria de Savério Perrela (1912)



Cerâmica Santo Antonio de Archinto Ferrari, em 1930. Hoje, rua Conceição, no Bairro Santo Antonio

semboca no Parque Dom Pedro).

Segundo texto do professor José de Souza Martins - A escravidão em São Caetano (1598-1871) -, o transporte de telhas não era uma tarefa das mais seguras: "(...) Trabalho perigoso, pois, ao menos uma vez, a canoa grande naufragou, em 1763, levando ao fundo do rio toda a carga de telha. Esse trabalho era, geralmente, feito de manhã, pois os escravos iam almoçar feijão, bananas ou laranjas no Mosteiro, numa época em que o almoço ocorria habitualmente às 9 horas".

Esse desembarcadouro estava localizado estrategicamente próximo ao Mosteiro de São Bento, e todo material produzido em São Caetano era utilizado na construção e reparo das muitas propriedades que os beneditinos possuíam na cidade, além é claro do excedente que era colocado à venda.

No entanto, após a desapropriação da Fazenda São Caetano, para a criação do núcleo colonial, os fornos foram adquiridos por Samuel Eduardo da Costa Mesquita, que neles passaria a produzir os tijos da marca Paulista. Esses tijolos ainda podem ser encontrados em velhas construções de São Caetano, principalmente na área em que se localizavam as Indústrias Matarazzo, no Bairro Fundação.

Vários documentos atestam que a produção de tijolos, lajotas e canaletas foram utilizados por mais de 130 anos, principalmente nos séculos XVIII e XIX, quando várias construções foram erigidas em São Paulo, além da reforma de alguns prédios. Todo esse material foi usado em obras como o Palácio do Governo da Capitania, no Pátio do Colégio, o Convento de São Francisco, o Convento de Santa Tereza, o chafariz da Misericórdia, além do próprio Mosteiro de São Bento, sua igreja, e suas casas de alu-guel.

Transformando a adversidade em meio de sobrevivência, os imigrantes passaram a ex-

trair do solo argiloso, próximo aos rios, a matéria-prima que era modelada artesanalmente nas olarias e se transformava em cerca de 5.000 tijolos por dia. Era um trabalho penoso, sofrido e sujeito aos caprichos da natureza, uma vez que os tijolos eram vulneráveis ao sol muito forte, que os rachava, e à chuva intensa, que os desmanchava. Dia de vento era uma alegria, pois os tijolos secavam mais rapidamente.

Típica empresa familiar, as olarias formavam um núcleo onde todos se conheciam. Oleiros, caçambeiros, pipeiros, batedores, lançadores, todos iniciavam desde as primeiras horas a ingrata tarefa de domar o barro. Porém, caso o família não conseguisse dar conta da produção, eram contratados trabalhadores de fora, geralmente amigos. Como não podia deixar de acontecer, as crianças também eram recrutadas para o trabalho, inclusive há notícias de crianças tijoleiras com apenas cinco anos de idade.

Já naquela época, as mulheres faziam dupla jornada de trabalho: além de cuidar da casa e dos filhos, trabalhavam também nas olarias. Vergílio Ferrari recorda: "Minha avó teve várias crianças. Quando ela dava à luz e tinha que dar de mamar, tirava um monte de barro na olaria, tirava o seio fora e dava de mamar. Aquele leite cansado de levantar e abaixar, abaixar e levantar lançando tijolos".

Com o intuito de extrair a matéria-prima, o caçambeiro saía logo cedo em direção à várzea com sua carroça puxada por burro e carregada com suas ferramentas. Para chegar à área de extração, ele usava uma foice para cortar o mato abrindo caminho. Chegando à várzea, com a pá, enxada e vanga, o caçambeiro começava a fazer a cova, de onde retirava os diversos tipos de barro necessários para fazer um bom tijolo.

O barro preferido pelos oleiros era a torba, que, misturada com outros tipos de terra, dava um tijolo resistente e mais leve. Com a

carroça cheia, o caçambeiro voltava à olaria e despejava o barro no pátio. Através do depoimento de Francisco Fiorotti é possível imaginar-se o que acontecia com os buracos deixados próximos aos rios: "Quando vinha a enchente, saía toda a água fora do rio e os peixes entravam naqueles buracos onde os oleiros tiravam barro pra fazer tijolo. Ah, depois era uma festa! Ia pescar nesses laguinhos que se formavam".

Depois de descarregar o barro, os burros eram acionados misturando a massa até atingir o ponto certo. O barro misturado saía por uma boca situada na parte inferior da pipa e o pipeiro o transportava numa carriola até o batedor.

O monte de barro formado era coberto com um saco de estopa e pisoteado pelo batedor, até ficar na altura aproximada de um tijolo. Ele cortava o barro com as próprias mãos e o colocava na forma que estava sobre a bancada. Nesse momento, com a ajuda de um fio de arame preso a um arco, tirava o excesso do barro, espalhava areia por cima para o tijolo não grudar e entregava a forma ao lançador.

Em seguida, com a ajuda de pequenas tábuas, o lançador tirava o tijolo da forma e a untava com areia para devolvê-la ao batedor. O tijolo, então, ficava alguns dias secando ao vento antes de ir ao forno. Marcelino De Nardi dá algumas informações sobre a proteção dos tijolos: "Naquele tempo tinha muitas latas vazias. Então, abriam as latas e iam pondo em cima dos tijolos, pra proteger. Usava lata e barba-de-bode. Barba-de-bode é um tipo de capim fininho que a gente cortava e deixava amontoado. Depois ia espalhando-o em cima do tijolo pra ele não encolher rápido com o sol, senão trincava. Tijolo trincado não tinha valor".

Após todo esse procedimento os tijolos estavam prontos para o cozimento. O batedor arrumava-os no forno de maneira especial e colocava a lenha para queimar. Marcelino De

Nardi recorda: “Para queimar, o tijolo levava 12 horas de fogo fraco, 12 horas de fogo médio e 12 horas de fogo forte. As primeiras fumaças do fogo fraco tinha um cheiro gostoso. Posso até dizer que era um cheiro bom”.

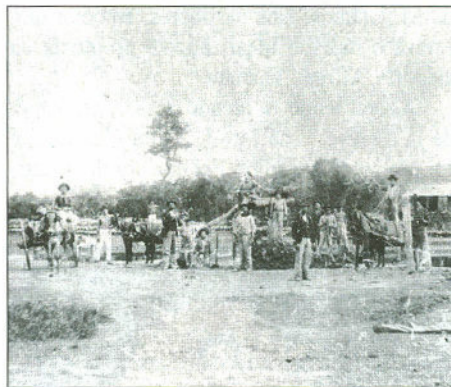
Muitos edifícios em São Paulo, Santos e cidades vizinhas, foram contruídos com os tijolos produzidos em São Caetano do Sul. No entanto, bem diferente do que ocorria há 200 anos, agora o transporte era feito por meio de carroças, estrada de ferro e caminhões. Esperança Martorelli Cairo revela alguns detalhes: “Os Martorellis começaram a vender tijolos em Santos, porque a estrada de ferro começou a colocar na linha vagões grandes, de transporte de tijolos, de lenha, tudo!. Foi aí que eles puderam transportar os tijolos para Santos”.

Já Octávio Fiorotti de Luigi recorda os primeiros lucros: “Tínhamos comprado um Ford bigode, um caminhãozinho. Entregava os tijolos com aquilo. No começo, entregavam com carroça, e meu pai ia levar. Depois, sobrou um dinheirinho e meu pai comprou dois caminhões”.

Neste século, muitos dos oleiros italianos forneceram tijolos para grandes edificações paulistanas, entre elas o Museu Paulista, localizado no bairro do Ipiranga (*Flávio Ficarelli*).



Olaria dos Perrelas, em 1936. Esta olaria foi fundada em 1888 e esteve em atividade até 1945



Olaria dos Garbellottos (1909)



Olaria de Savério Perrela (1911)



Olaria de Carmine Perrela (1915)



Olaria dos Perrelas (1926)



Olaria de Angelo Moretti (1916)



Olaria de Benedito Moretti (1910)

Glossário

Adobe: Tijolo cru

Arco: Ferramenta usada para tirar o excesso de barro da forma

Bancada: Mesa usada pelo batedor para dar forma aos tijolos

Batedor: Tijoleiro que batia o barro dentro da forma para moldá-lo

Boca de pipa: Abertura inferior da pipa para saída e retirada do barro para virar tijolo

Caçambeiro ou Carroceiro: Tijoleiro responsável pela abertura da estrada que levava até as jazidas de barro nas várzeas, pela extração desse barro e pelo seu transporte até as olarias

Carreador: Espaço existente entre duas gambetas onde pasava a carriola para a retirada dos tijolos que eram levados da olaria

Carriola: Carrinho de mão com uma roda de ferro na frente usada para transportar o barro e os tijolos dentro da olaria

Cava: Buraco deixado pelos caçambeiros depois de extraírem o barro, lugar cavado, escavação

Emparedar: Assentar tijolos frescos sobre as gambetas

Gambeta: Local onde eram assentados os tijolos frescos para início da secagem, antes de irem ao forno. A disposição dos tijolos nas gambetas era na posição horizontal, cruzados para pegar vento, até uma altura de seis tijolos

Lançador: Tijoleiro que ajudava o batedor untando a forma com areia, tirando os tijolos da forma e os emparedando

La vecchia balla - Expressão do dialeto vêneta que significa “a velha está dançando”, usada quando os tijoleiros olhavam para a parte superior do forno e percebiam o calor dos tijolos,

quase prontos, pela tremulação do ar.

Mattone: Tijolo em italiano

Moedor, misturador ou amassador: Peça usada para misturar o barro dentro da pipa que funcionava a tração animal, em geral movida por burros

Olaria: Fábrica de produtos cerâmicos, no caso, tijolos e telhas

Oleiro: Aquele que trabalha em olaria, ceramista. no caso das olarias dos imigrantes, era o dono ou arrendatário da olaria

Pipa: Grande vasilha de madeira onde eram misturados os diferentes tipos de barro para a confecção dos tijolos

Pipeiro: Tijoleiro responsável pelo funcionamento da pipa e pelo abastecimento de barro para o batedor

Rancho: Região ao redor do forno protegida do sol e da chuva, onde ficava o tijoleiro que colocava a lenha no forno

Sgraffia barro: Expressão ítalo-portuguesa, usada de forma pejorativa para denominar o batedor que cortava o barro com as mãos.

Sgraffiare: em italiano significa arranhar.

Terreiro: Parte de terreno seco da olaria, onde era feita toda a produção dos tijolos

Tijoleiro: Homem que trabalhava nas olarias

Tisol: Palavra vêneta que significa tijolo. Plural tisois

Torba: Terra negra, esponjosa, composta de restos vegetais, própria das várzeas, empregada na fabricação de tijolos

Vanga: Ferramenta usada para abrir buraco e remexer a terra da cava

Vargem: Várzea

Os desfiles da General Motors.

O “motorista” Edmundo J. Thomé

Edmundo Jordão Thomé, na época funcionário nas oficinas da General Motors, era o indicado pela empresa para dirigir o velho Oldsmobil 1906 (ou 1903, como assinala uma revista da GM) nos desfiles. Durante três anos, percorreu as ruas, sempre acompanhado da jovem das fotos, de cujo nome não se recorda. Antes de Thomé, outro sancaetanense fez o mesmo trabalho durante muitos anos: Nunciatto Monitte.

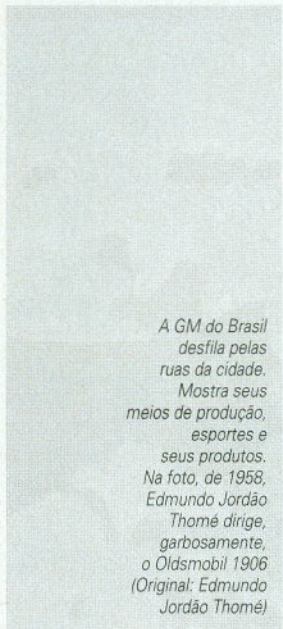
Quase sempre o Oldsmobil era acompanhado por um carro moderno. Na foto de 1958 aparece o Chevrolet Bel Air, 1957, na cor azul metálico e teto branco. Era o cobiça-

do carro do momento...Os condutores do velho carro sempre apareciam em trajes da época. E maquiados pelas mãos hábeis de Luiz Crepaldi.

Outro desfile que marcou sucesso dos maiores foi o de 28 de julho de 1960. Era época das grandes participações das indústrias. Entre outros, o destaque ficou para o carro alegórico que homenageava os fundadores italianos. Nos bastidores, emocionado, estava o italiano idealizador e projetista da alegoria, Alfredo Vicciani.

Agora, tendo retornado à sua terra natal, de lá escreve: “...na foto (...) está o carro que foi projetado por mim. Foi construído na car-

pentaria e engenharia da fábrica, na qual eu era desenhista. Não lembro o nome das jovens do carro. A moça sentada trabalhava no restaurante da GM. Todo o conjunto é o emblema de São Caetano com respeito a origem dos fundadores na base do carro, de madeira imitando pedras, escreveu-se o nomes de todos os fundadores vênetsos. A moça sentada, veste capa de veludo verde, forrada em vermelho com borda dourada. As quatro colunas, em estilo clássico modernizado. O fundo de veludo azul representa o fundo do emblema da cidade. A engrenagem dourada é parte do emblema significando o caráter industrial”.



A GM do Brasil desfila pelas ruas da cidade. Mostra seus meios de produção, esportes e seus produtos. Na foto, de 1958, Edmundo Jordão Thomé dirige, garbosamente, o Oldsmobil 1906 (Original: Edmundo Jordão Thomé)



Reprodução do projeto, da revista Vida da GM, de julho/agosto de 1960



No mesmo desfile de 1958, como de praxe, a GM fazia desfilar seus autos de grande sucesso. Aqui, o Chevrolet Bel Air, 1957 (Original: Edmundo Jordão Thomé)

Luiz Gama, história de lutas, sacrifícios e conquistas

Alberto do Carmo ARAÚJO (*)

A Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luiz Gama foi fundada em três de maio de 1961, na antiga sede do São Cristovão Futebol Clube, à rua Coligni, 26, no Bairro Fundação, por um grupo de esportistas - a maioria da raça negra -, algumas pessoas do próprio bairro e outros residentes na Vila Alpina. Entre eles, Sebastião de Castro, Arlindo Theodoro dos Santos, José de Camargo, Ederomir Rodrigues Costa, Paulo Roque, Aristensir Baptista Viana, Benedito Theodoro, Anízio Silva, Benedito Rosa, José Rodrigues, Geraldo Fernandes de Lima, Osmar Vianna, Benedito Venâncio, José Tobias, Milton José da Silva, José Miranda, etc.. Na fundação do clube, resolveram adotar o nome de Luiz Gama [grande orgulho da raça afro-brasileira], acrescentando a sigla ACR (Associação Cultural e Recreativa). Anos depois, exatamente em 1978, foi acrescentada a letra E, de Esportiva, já que, até então o clube tinha como principais atividades a parte social e recreativa. No setor cultural, os objetivos eram, e ainda são, os de manter uma biblioteca, atividades culturais, reuniões festivas, conferências sobre assuntos do interesse da comunidade - sem distinção de raça, cor ou religião-, estimular os humildes, principalmente da raça negra, formando também, de acordo com os estatutos, um quadro associativo (contribuinte, beneméritos e honorários).

Na data da fundação, deliberou-se sobre a escolha do primeiro presidente da agremiação

e diretoria administrativa e seus respectivos componentes. Isso foi confirmado na primeira reunião ordinária realizada no dia 19 de julho de 1961: presidente, José Tobias; vice-presidente, Paulo Roque; secretário, Aristensir B. Vianna; primeiro-tesoureiro, José Rodrigues; segundo-tesoureiro, Benedito Venâncio; direto social, Anízio Silva, e diretor do patrimônio, Milton José da Silva. A diretoria formalizou a primeira atividade social do novo clube: um baile, realizado no dia 22 de julho de 1961. O local oferecido e aceito por unanimidade para a realização do primeiro baile, foi o Clube Comercial, localizado à rua Santo Antonio, 500, quarto andar, no centro da cidade, sendo considerado um sucesso na época e que rendeu a importância de CR\$ 60.360,00. No dia nove de novembro do mesmo ano, o então presidente do Conselho Deliberativo, Antonio Fonseca, comunicou uma solicitação do sócio Silas Rodrigues, pedindo apoio à sua candidatura a vereador pelo Município, data em que foi outorgado o título de sócio-honorário ao então deputado estadual Osvaldo Samuel Massei e confirmada a data de 18 de novembro para a realização de grandiosa festa-baile, em que seria eleita a Miss Raça negra (rainha do Luiz Gama). Foram convidados diretores de clubes de expressão da raça negra, entre os quais 28 de Setembro, de Pouso Alegre [Minas Gerais], CBR Jundiáense, e Associação Cultural do Negro, de São Paulo.

Primeira grande promoção do clube, o concurso para escolha da Miss Raça Negra

movimentou toda coletividade da agremiação, convidados ilustres, como o prefeito Anacleto Campanella e o deputado estadual Osvaldo Samuel Massei, que elogiaram a promoção. O evento contou com a presença de oito candidatas: Lurdes Mirtes de Souza, Rosalina Cândida, Maria José da Silva, Judite Pereira da Silva, Cleusa Maria Araújo, Neusa Conceição de Camargo e Georgina Neves. Outras promoções de destaque na ACR Luiz Gama foram o Baile de Carnaval, realizado no salão de festas do Sindicato dos Metalúrgicos; palestra do deputado federal Adalberto de Camargo; celebração de missa em homenagem à Mãe Preta no Bosque do Povo, na Vila São José; excursão à cidade Santa Rita do Sapucaí; festa-baile em prol do 1º Congresso Mundial de Cultura Negra; bailes de aniversário; o Concurso Garota de Ébano. Muitas outras realizações sociais e culturais marcaram os dez primeiros anos das administrações de José Tobias, Paulo Roque, Aristides Camargo, Silas Rodrigues, Osvaldo Miranda, José Biracy de Oliveira.

As sedes do São Cristovão, à rua Coligni, 26, e rua Perrella, 126, foram locais em que se reunia a diretoria da ACR Luiz Gama: a primeira, de maio de 1961 até junho de 1965; a segunda, até outubro de 1968, na gestão do presidente Aristides de Camargo. Ele foi substituído por Silas Rodrigues, no prédio cedido em comodato, à rua Rio Grande do Sul, 124, na gestão do prefeito Hermógenes Walter Braido. No ano anterior, o Luiz Gama ganhou terreno à rua dos Meninos, na então



Confraternização entre dirigentes e jogadores após a conquista de mais um título de campeão, no 31º aniversário da entidade



Componetes da diretoria social do clube na década de 80



Rainha e princesas do concurso Garota de Ébano realizado na década de 80



Candidatas ao concurso Garota de Ébano, na época uma das mais conhecidas promoções do clube da raça afro-brasileira

chamada Vila Marlene [hoje, Bairro Nova Gerti]. A pedra fundamental foi lançada pelo prefeito Walter Braido e outras autoridades, como o deputado estadual Osvaldo Massei e o presidente do clube, Aristides Camargo.

Para poder disputar oficialmente competições esportivas, a Associação Cultural e Recreativa Luiz Gama teve de adequar seu Estatuto Social, passando a denominar-se Associação Cultural Recreativa e Esportiva Luiz Gama, ainda na gestão de Aristides Camargo, em 1972. Camargo faleceu no ano seguinte, tendo assumido o cargo o vice-presidente, Osvaldo Miranda, em 18 de agosto de 1973, até à eleição de Nelson Miranda, que assumiu a presidência em cinco de outubro de 1974 e dirigiu o clube até 1976. Então foram eleitos Alberto do Carmo Araújo e Benedito Venâncio, presidente e vice-presidente, respectivamente.

A partir de 1978, quando Valdomiro Daniel substituiu Alberto do Carmo Araújo na presidência, iniciou-se na Luiz Gama um processo de renovação em todos os segmentos da diretoria e conselho deliberativo. Seguiram-se José Luiz de Santana (1983-1985); Edson Modesto e Lázaro de Assis Negreiros Filho, que cumpriram dois mandatos. Em outubro de 1994, foram eleitos os jovens Willian Adalberto Simões e Silva e Carlos Alberto Araújo, presidente e vice-presidente respectivamente.

Enquanto a chamada velha guarda cuidava mais da parte social, onde predominavam os bailes de aniversário, excursões e concursos de beleza como Bonequinha do Café e Garota de Ébano, entre outras, a jovem guarda deu maior ênfase à parte esportiva, a partir da década de 80. Contudo, deve ressaltar-se o trabalho de José Luiz de Santana e Edson Modesto nos

segmentos social e esportivo; mas eles não se descuidaram tampouco do setor cultural: houve homenagem ao líder negro Zumbi, do Quilombo dos Palmares, com a presença de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo - um fato inesquecível e que ficou gravado nos anais do clube.

No setor esportivo, o Luiz Gama sagrou-se campeão invicto em 1996; vice-campeão, em 1989; novamente campeão invicto em 1991; vice, em 1994; campeão da Copa Luiz Gama, em 1989 e 1991, e campeão da Copa Gisela, em 1995. Foi campeão da categoria juvenil e juniores, em 1994 e vice-campeão, categoria mirim, em 1995.

(*) Alberto do Carmo Araújo é jornalista, editor de Esportes da Folha de São Caetano e comentarista esportivo da Rádio Emissora do ABC

Acervo: Alberto do Carmo Araújo



Conjunto que animou um dos bailes de aniversário do Clube na década de 70

Acervo: Alberto do Carmo Araújo



Inauguração da galeria dos presidentes e reinauguração da sede social localizada à rua Rio Grande do Sul, 124

Quase quatro décadas de marcha atlética pioneira

Domingos Glenir SANTARNECCHI (*)

Há 38 anos, Antonio Glayr Santarneckchi fundava o Clube de Andarilhos de São Caetano do Sul, dando origem a uma modalidade que estava esquecida no Brasil. Mais tarde, ela iria revelar grandes atletas da Marcha Atlética e Andarilho, com destaque no atletismo nacional e internacional. Gaúcho da cidade de Erechim no Rio Grande do Sul, Santarneckchi, hoje com 61 anos, reside atualmente numa chácara em Caçapava, no Vale do Paraíba, entre as Rodovias Dutra e Carvalho Pinto.

Em 1957, ainda jovem, Santarneckchi projetava filmes no salão paroquial da Matriz Velha e depois no Cine Paroquial, num salão de madeira, na Matriz da Sagrada Família. Nessa época liderava em São Caetano a Juventude Operária Católica, que tinha no Bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira uma figura de proa, um defensor e incentivador dos jovens. Em virtude disso, Santarneckchi pôde representar a Diocese da Região do Grande ABC no Congresso Mundial da JOC em Roma, nos meses de julho e agosto de 1957, percorrendo ainda outros nove países da Europa, onde conheceu novos hábitos ligados à ecologia, à cultura e ao esporte da Marcha Atlética e Andarilho.

De volta ao Brasil, ficou muito entusiasmado pelo que viu na Europa e como participava da equipe de Atletismo da cidade, procurou o diretor da Comissão Municipal de Esportes, José J. Fernandes, que gostou das sugestões. Levou-as ao presidente da Comissão, Hermógenes Walter Braidó, que logo as encampou. Assim, Santarneckchi organizou a Primeira volta do ABC a pé, no dia 1º de Maio de 1.958, nas festividades lideradas pela JOC. Foi um sucesso essa caminhada, que agradou sobremaneira os atletas participantes. O evento pioneiro marcou a fundação do Clube de Andarilhos, com sede em São Caetano do Sul, que assim se tornou o berço dos andarilhos.

“De volta ao Brasil, ficou muito entusiasmado pelo que viu na Europa...”

Em seguida, no mês de julho, dentro das comemorações do 81º aniversário de São Caetano, Santarneckchi organizou a Primeira viagem a Santos a pé, que reuniria uma dezenas de andarilhos. A saída foi na realizada na



Acervo: A. Santarneckchi

Inauguração do Estádio Lauro Gomes de Almeida, em julho de 1964. O fogo simbólico chega ao Estádio. Em frente ao pelotão de atletas, aparece Antônio Santarneckchi, o pioneiro em Marcha Atlética



Raniere Mazzilli, presidente da República em exercício e a esposa de Lauro Gomes de Almeida



praça Cardeal Arcoverde, onde se localizava a sede da JOC. O empreendimento era tido na época como “impossível e maluco”, uma verdadeira aventura. Um imprevisto, no entanto, aconteceu na hora da saída, pois só apareceram Santarneckchi e o Hélio Agões, além de quatro jogadores de vôlei da cidade, que foram ver e prestigiar a saída do evento. Os jogadores de vôlei, vendo o número reduzido de atletas e o desânimo que se abatia sobre os dois participantes, resolveram ir juntos, pois afirmavam, que, como atletas, estavam preparados para a aventura. No entanto, perto de Cubatão, os atletas de vôlei desistiram, tomando um ônibus e indo até Santos aguardar os dois andarilhos, que chegaram à Praia José Menino 14 horas depois, onde tiraram uma foto histórica. Depois dessa epopéia, Santarneckchi veio a realizar 133 viagens a pé a Santos, sempre acompanhado de centenas de atletas, que agora estavam estimulados a participar dessa verdadeira maratona.

Estava assim, lançado e consolidado o Clube de Andarilhos, que, daí para frente, nunca mais parou de atuar. Foram 38 anos de mui-

tas conquistas e realizações, que contou na sua origem com o apoio decisivo da CME, na época presidida por Hermógenes Walter Braidó e depois pelo então vereador, João Anhê. Graças a esse trabalho, a Federação Paulista de Atletismo criou um Departamento de Marcha Atlética, propiciando a Santarneckchi tornar-se o seu primeiro diretor e a participar dos Jogos Panamericanos de 1963, realizados em São Paulo, com grande sucesso nessa modalidade. Finalmente, a Confederação Brasileira de Atletismo, diante da repercussão do trabalho, introduziu o esporte, oficializando a sua participação em competições nacionais e até no Campeonato Sul-americano.

“(...) lançado o Clube de Andarilhos (...) nunca mais parou de atuar...”

Mesmo sem ninguém acreditar, as caminhadas continuaram a acontecer, sendo realizada a Segunda viagem a Santos a pé SANTOS”, com o apoio decisivo da CME. Nessa viagem, participaram quatro andarilhos; no fim



Atletas que puxavam o fogo simbólico do Museu do Ipiranga até o Estádio. Da esquerda para a direita: Carlos J. dos Santos; Antônio Santarnechchi; Fernandes, primeiro técnico de Pedestrianismo e atletismo de São Caetano; Cláudio Pezzotti e Gessi S. de Oliveira. Foto sem data



Santarnechchi, pertencente à equipe de atletismo da cidade, vence a prova de 100 metros rasos na pista do Estádio dos Eucaliptos, do General Motors Esporte Clube, na década de 50, durante os Jogos Operários

da caminhada, em São Caetano, foram recebidos na Praça Cardeal Arcoverde por apenas uma pessoa, o fotógrafo Jean Wild, do Foto Ideal, que levou os atletas até o seu estúdio para fotografá-los, juntamente com uma lista contendo assinaturas de pessoas que estavam ao longo da Via Anchieta e que comprovavam a passagem dos atletas. Esse fato fez com que todos passassem a acreditar naqueles andarilhos. O sucesso do empreendimento fez com que outros grupos fossem organizados e outras viagens a pé fossem feitas a Santos.

Na época, praticamente inexistiam clubes dessa modalidade, a não ser o Pirulito Clube, do Alto da Moóca, que todo ano, na Sexta-feira Santa, realizava um passeio de subida ao Pico do Jaraguá, em São Paulo. Também existia na cidade de Três Corações, em Minas Gerais, um passeio até a cidade de Aparecida do Norte, em homenagem à Padroeira do Brasil, num percurso de 250 quilômetros. Somente em 1984, após Santarnechchi ter se aposentado, é que pôde participar dessa caminhada de Três Corações.

Dentro dessa modalidade, a exemplo do que ocorre em outros esportes, existe uma graduação dos atletas, de acordo com as quilômetros percorridas. A primeira delas é de andarilho internacional, que Santarnechchi obteve ao completar 1.000 quilômetros, em 1963. Em seguida, vem o título de mestre internacional, quando se atinge 5.000 quilômetros; Santarnechchi obteve isto em 1971. O título de capitão internacional - aos 10.000 quilômetros de percurso -, Santarnechchi obteve em 1975. Ao atingir 50.000 quilômetros, o andarilho obtém o título de chanceler, o que Santarnechchi atingiu em 1989, quando chegou a Aparecida do Norte, vindo de Três Corações. Finalmente, ao obter 100.000 quilômetros, o título é de grão-chanceler, o que Santarnechchi obteve no dia 29 de julho de

1995, no Parque Chico Mendes, nos festejos do 118º aniversário de São Caetano do Sul. Santarnechchi lembra que foi difícil conseguir divulgação do esporte nos meios de comunicação e mesmo na Federação Paulista de Atletismo; com isso, ele muitas vezes não conseguiu espaço nos jornais, rádios e revistas. Mas ele não desanimou, principalmente porque encontrou na Federação Paulista de Atletismo a figura de Alberto Piovesan, que acreditou nos seus propósitos e deu guarida às suas pretensões. Piovesan facilitou o acesso dos andarilhos ao jornal *A Gazeta Esportiva*, graças à dedicação e trabalho do jornalista Carlos Caetano Paiole. Uma coincidência ocorreu nesse encontro: estava presente o coronel Bianco, que, entusiasmado com os depoimentos do Santarnechchi, disse que seria o presidente da Federação Paulista de Atletismo e criaria o departamento específico, dando amplo apoio a essa modalidade. E isso realmente veio a ocorrer.

"... um brasileiro jamais marcharia os 20 quilômetros em menos de duas horas...."

Em 1963, São Paulo abrigou os Jogos Panamericanos e a Marcha Atlética teve um grande impulso, despertando interesse até da Federação Paulista de Atletismo. Os brasileiros participaram e conseguiram obter o quinto e o sexto lugares, com atletas gaúchos. Santarnechchi participou das eliminatórias, obtendo o terceiro lugar. Nessa época o jornalista Bernardo Henke, de *A Gazeta Esportiva*, afirmava que jamais um brasileiro marcharia os 20 quilômetros em menos de duas horas. Ano passado, durante o Campeonato Mundial de Atletismo, na Alemanha, o recorde do brasileiro que participou foi de 1h20, quebrando uma afirmação feita há 20 anos.

O calendário anual de passeios e competições aumentava, crescendo consequentemente as quilômetros. Surgiram, então, as provas de seis horas, 12 horas, 24 horas, subida de montanhas, e a prova de quatro dias - a Grande Caminhada -, na época, a segunda maior prova do mundo. A primeira competição foi vencida por Santarnechchi e por Antônio Ferreira, de Mauá, que completaram juntos a prova, andando 401 quilômetros, tornando-se os recordistas da maior prova do Brasil. Com o professor Milton Feijão presidindo a Comissão Municipal de Esportes de São Caetano, Santarnechchi tornou-se diretor de Atletismo e conseguiu trazer, pela primeira vez, o Troféu Brasil de Atletismo para São Caetano, fora do tradicional eixo Rio-São Paulo. Nessa mesma ocasião, assumiu a Federação Paulista de Atletismo o coronel Bianco, que criou o Departamento de Andarilho e Marcha Atlética. E ele convidou Santarnechchi para assumir o cargo de diretor da modalidade.

Os outros Estados do Brasil passaram a seguir o exemplo de São Paulo, criando Departamentos de Andarilho e Marcha Atlética, o que possibilitou a inclusão da marcha atlética nos Campeonatos Brasileiro, Sul-americano e Paulista, no Troféu Brasil, no Colegial e no Universitário, além da categoria feminina. No Panamericano, já existia.

Durante a gestão de Olavo Setúbal frente à Prefeitura de São Paulo, a Secretaria de Esportes do Prefeito de São Paulo promoveu o Primeiro Passeio a Pé da Cidade de São Paulo, reunindo mais de 100.000 pessoas nas ruas do mesmo percurso da São Silvestre.

"Surgiram, então, as provas de seis horas, 12 horas, 24 horas..."

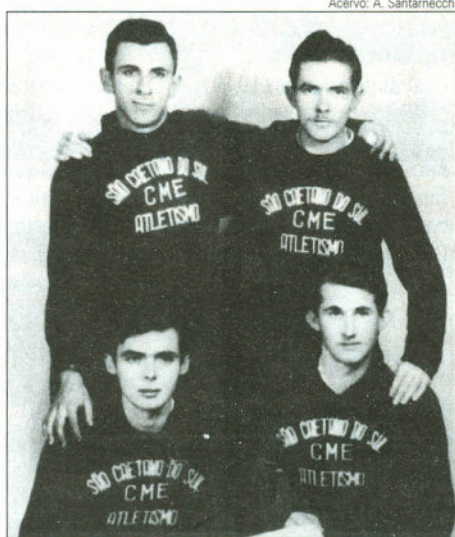
Durante muito tempo, Santarnechchi sempre ia aos Estados do Sul, para competir e di-

vulgar esse esporte. Nessas viagens, surgiu a idéia de fazer uma caminhada de São Paulo ao Rio Grande do Sul, sua terra natal. Aos poucos, foi organizando o roteiro com a ajuda de grupos das cidades pelas quais iria passar, idéia apoiada pelo Clube Sogipa e pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Faltava marcar a data: com a aposentadoria, realizou o empreendimento em setembro de 1984. No dia 1º de setembro, Santarneckchi saiu da Praça da Sé, em São Paulo, às 7h00; a largada foi dada pelo diretor da Federação Paulista de Atletismo, Gilberto Prieto Ribeiro, que o acompanhou até a cidade de Ibiúna. Após 27 dias e depois de ter percorrido 1.337 quilômetros, chegou à sede do jornal Zero Hora, em Porto Alegre, às 15h41 e 41 segundos. É bom lembrar que durante esse percurso, era recebido nas cidades por andarilhos locais e acompanhado até a próxima etapa.

Durante as festividades do Centenário de São Caetano, foi realizada a Primeira Volta ao Estado de São Paulo, num percurso de 1.598 quilômetros; a saída e chegada foram realizadas na Praça dos Andarilhos, em São Caetano do Sul (defronte à Faculdade de Engenharia Mauá). A largada foi feita pelo vereador Atilio Bertocchi, um dos maiores incentivadores dos andarilhos desde o começo do movimento. A recepção na chegada dos atletas foi feita pelo presidente da Comissão Municipal de Esportes, Antônio José dos Santos, outro grande colaborador dos andarilhos. Cinco anos depois, em 1982, era organizada a Segunda Volta ao Estado de São Paulo, agora com um percurso de 5.077 quilômetros. Em 1985, Santarneckchi completou a sua miléssima caminhada e, dois anos depois, atingiu 40.000 quilômetros, completando assim a sua "primeira volta ao mundo" pela linha do Equador. Seus feitos ainda continuariam. Em 1992, veio a atingir 80.000 quilômetros, completando a "segunda volta ao mundo". Outro grande feito de Santarneckchi foi o de tornar-se o recordista nacional anual, tendo andado em 1992 nada menos que 11.250 quilômetros; até hoje, a marca não foi quebrada.

Finalmente, em 1995, ao ultrapassar 98.000 quilômetros, em provas oficiais, Santarneckchi superou a marca do Marechal Cândido da Silva Rondon, cujo recorde ainda não havia sido batido. Por esse motivo, a Federação Paulista de Atletismo outorgou a Santarneckchi um diploma especial.

Santarneckchi era funcionário da Volkswagen de São Bernardo do Campo. Com a implantação da Volks de Taubaté, Santarneckchi concretizou outro sonho e transferiu-se para lá, vindo a morar numa chácara nos arredores de Caçapava. Era também um motivo para conhe-



Chegada dos andarilhos a São Caetano, após a Segunda Viagem a Santos a pé, em 1959. Santarneckchi está no alto, à esquerda; Hélio Agões embaixo, à esquerda. Fotografia de Jean Wild

cer outras regiões, muito além do Grande ABC, que conhecia sobejamente. Em Caçapava, começou tudo de novo e suas idéias eram inicialmente tachadas de absurdas. Mas, com o tempo, conseguiu montar vários Clubes de Andarilhos no Vale do Paraíba.

"ao ultrapassar 98 mil quilômetros (...) superou a marca do Marechal Rondon..."

Em 1983, Santarneckchi recebeu a Comenda do Ordem do Mérito do Trabalho, no grau de Cavaleiro, outorgada pelo presidente da República, João Baptista de Figueiredo e entregue pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo. A homenagem ocorreu em virtude do fato de Santarneckchi ter sido o pioneiro da Marcha Atlética e Andarilho no Brasil e pelo trabalho desenvolvido em prol da modalidade. Ano passado, Santarneckchi foi novamente campeão do Ranking Paulista e Brasileiro, pela vigésima-segunda vez, em 37 anos de participação.

Dentro dos festejos alusivos ao 118º Aniversário de São Caetano do Sul, em 29 de julho de 1995, foi realizado o Encontro Nacional de Marchadores, no Parque Chico



Nos festejos do 81º aniversário de São Caetano, em 1958, Santarneckchi e Hélio Agões (agachados) chegavam à Praia José Menino em Santos, acompanhados dos atletas de vôlei que percorreram parte do trajeto

Mendes, reunindo atletas de vários Estados do Brasil. Na ocasião, Santarneckchi completou a marca de 100.000 quilômetros em provas oficiais.

Em 37 anos de atividades esportivas, Santarneckchi andou em provas oficiais 100.000 quilômetros e, em provas extra-oficiais, outros 348.000 quilômetros, correspondentes a 8,6 voltas ao mundo pelo Equador, gastando cerca de 20 mil horas, em mais ou menos 900 dias, ou dois anos e meio, se tivesse andado sem parar. Visitou mais de mil cidades e lugares, percorrendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cerca de três milhões de andarilhos participaram dessas caminhadas. Ele venceu muitas provas de Marcha Atlética e de Andarilho, conquistando muitos troféus, medalhas, medalhões e cartões de prata, tendo andado em climas dos mais adversos, com temperaturas entre 8 graus negativos e 40 graus positivos. Calcula-se que gastou mais de 2.000 pares de tênis, 1.000 camisetas e bonés; 500 agasalhos e mochilas; andando debaixo de chuvas torrenciais, temporais chuvas de granizo, geadas e muito sol. Santarneckchi possui um arquivo com quase 10 mil fotografias e reportagens de jornais e revistas, reproduzindo suas façanhas. Em 13 de novembro de 1976, o então prefeito Walter Braidó, que ajudou muito esse esporte em 1958, resolveu eternizar a homenagem aos esportistas dessa modalidade, denominando de Praça dos Andarilhos o logradouro localizado na entrada da cidade por Rudge Ramos, defronte à Faculdade de Engenharia Mauá. Nessa oportunidade, durante a cerimônia de inauguração, o prefeito foi representado pelo então Presidente da Câmara, vereador Antônio José Dall'Anese, que homenageou Santarneckchi com a outorga do título de grão-mestre internacional, por tudo o que fez em favor da divulgação do nome da cidade, hoje considerada o "berço dos andarilhos"

() Domingos Glenir Santarneckchi é jornalista, advogado, professor e pesquisador da História de São Caetano do Sul. É também apresentador da TV São Caetano- Canal 45*



Vamos falar de São Caetano II

A Fundação Pró-Memória e o SESC São Caetano realizaram, em fevereiro de 1995, o evento Vamos falar de São Caetano II, com a presença do prefeito Antonio Dall'Anese. Dentro da programação, foram exibidos vídeos e documentários em preto e branco sobre o Município e realizados debates, depoimentos. Destaque para o documentário ABC - 1960, sobre as indústrias do Grande ABC, e São Caetano: Príncipe dos Municípios, que marca a inauguração do Cine Vitória. Além da mostra, o engenheiro Mário Dal'Mas apresentou a palestra Edifício Vitória - o ideal de um imigrante.

Visita de Witter define escavações

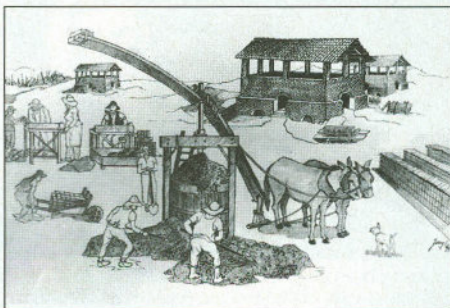
O professor Sebastião Witter, diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga) visitou a Fundação Pró-Memória em abril de 1995. O objetivo do encontro foi definir uma nova fase na cooperação para as escavações arqueológicas no Bairro Fundação, com apoio da Prefeitura de São Caetano.



Exposição recupera passado do cinema

A Fundação Pró-Memória inaugurou, em abril de 1995, a exposição Salas de Cinema em São Caetano do Sul, com o objetivo de resgatar a memória das salas de cinema do município. A mostra recuperou o

Cinematographo (1919), o Cinema Central (1922), as salas remanescentes do Cine Vitória e as salas de cinema dos bairros, como o Cine-Som, um cinema ao ar livre, que funcionou de 1956 a 1962. O evento contou com a presença da primeira-dama Ida Martha Dall'Anese e várias autoridades municipais.



Mostra revela o passado de olarias

Durante a III Festa Italiana, de São Caetano do Sul, que aconteceu em julho de 1995, a Fundação Pró-Memória realizou uma exposição em que maquetes, fotos e depoimentos contaram a história e a cultura das olarias. As olarias dominaram a economia do Município no final do século passado e tiveram um significado importante no ciclo industrial da cidade, iniciado por volta de 1910.



Exposição natalina revela várias tradições

A Fundação Pró-Memória, de São Caetano do Sul, com o apoio do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima, deu início, em dezembro de 1995, à exposição Noite Feliz: Em cada cultura uma tradição. A mostra teve como objetivo mostrar como alguns povos ajudaram a construir a cultura da cidade através do Natal e das tradições de Ano Novo e do Dia de Reis. Foram expostos 11 moldelos de presépios de diversas regiões do país e objetos e produtos culinários de japoneses, italianos, portugueses, alemães, espanhóis e ucranianos.



Patrono do Senai tem busto restaurado

Em parceria com o Senai Armando de Arruda Pereira e o Rotary Club, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul realizou, em fevereiro de 1996, a solenidade de reinstalação do busto do patrono do Senai. A peça - depois de restaurada - foi colocada no hall da escola como forma de homenagear o organizador do Partido Municipal e líder do movimento pela autonomia de São Caetano.



Autonomia revela passado em exposição

Aconteceu em outubro de 1995 a abertura da exposição 47 Anos de Autonomia, realizada pela Fundação Pró-Memória, com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Caetano do Sul. A mostra apresentou fotografias, cartazes, documentos e jornais, visando resgatar o movimento autonomista de 1948. O prefeito Antonio Dall'Anese fez a entrega do brasão do Município a alguns autonomistas que participaram do movimento.

Ferramentas ressaltam capacidade criadora

A Fundação Pró-Memória, de São Caetano do Sul realizou, em outubro de 1995, a exposição Ferramentas de Trabalho, no Museu Histórico da cidade. A mostra, composta de objetos, documentos, quadros e fotografias, teve como objetivo mostrar a capacidade criadora do homem e seu crescimento até a industrialização.



Memória Fotográfica

Acevo: Fundação Pró-Memória



Em 1927, em seu aniversário, José Mariano Garcia Júnior - que seria um dos líderes autonomistas do primeiro movimento emancipacionista de São Caetano do Sul em 1928 - reuniu em sua casa, à rua Perrella, as personalidades políticas mais marcantes daquela época. Da esquerda para a direita: 1- Pino Lodi; 2- Pedro Bresciani; 3- João De Nardi; 4- Giacomo Garbelotto; 5- ?; 6- Antonio Barile; 7- ?; 8- José Mariano Garcia Júnior; 9- João Domingos Perrella; 10- Arnoni (?); 11- ?; 12- José Paolone; 13- Saladino Cardoso Franco; 14- Carmine Perrella; 15- Savério Perrella; 16- Giacomo Milani. (Doação: Ovídio Perrella)



Igreja da Matriz Velha, no Bairro Fundação, ainda com a antiga cúpula. Ao fundo, as chaminés da Indústria Matarazzo, dois dos quais já demolidos. À direita, o estabelecimento comercial construído por Attilio Santarelli na década de 20, para abrigar sua padaria



Conselheiros da Delegacia do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo de São Caetano do Sul, em visita ao SESI, no encerramento do ano letivo de 1958, na exposição de trabalhos dos alunos. Da esquerda para a direita: Anton H. Wilhensen; Rubens da Costa Patrão; (?) professora do SESI; Sebastião S. Assis e Matheus Constantino (Doação: Rubens da Costa Patrão)



Basquetebol em São Caetano: em 1943, o São Caetano Esporte Clube promovia, em sua quadra de esportes da rua Perrella, um torneio de bola-ao-cesto, reunindo operários da indústria local e jogadores do clube, com o objetivo de divulgar o esporte em nossa cidade. Na foto, aparecem os jogadores do I.A. (Indústria Aliberti S/A) que jogaria com o quadro da Indústria Dal'Mas. Da esquerda para a direita: Moya; Arnaldo Manzini, Nelo Roveri; Vicenti Genga e Ovídio Perrella. A quadra, de cimento, com tabelas de madeira, situava-se nos fundos da sede do clube à rua Perrella. Pinheiros, como se vêem ao fundo da foto, ladeavam a quadra. O recanto, bucólico até, foi palco de grandes disputas do clube da rua Perrella, que chegou a possuir excelentes equipes de bola ao cesto, disputando o campeonato paulista (Doação: Ovídio Perrella)



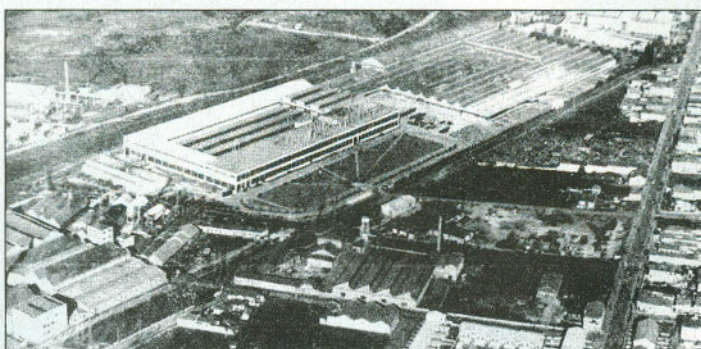
Planta funcional de São Caetano do Sul em 1954, onde aparecem as denominações antigas dos bairros da cidade. Após a reforma administrativa de 1975, São Caetano passou a ter apenas quinze bairros



A fanfara do Tiro de Guerra 277, sediado em São Caetano, aparece desfilando em 1953, na Praça Cardeal Arcoverde, chefiado pelo instrutor Hélio Novelli. Ao fundo, o prédio do antigo Cine Urca, que, a partir de 1961, se transformou no Cine Lido e, atualmente, abriga um bingo (Doação: Hélio Novelli)



Campo de futebol da Associação Atlética Vasco da Gama, localizado no Bairro Barcelona, onde hoje se localiza a Eepsg Idalina M. C. Sodré, à rua Conselheiro Lafayette, 619. À direita da foto, aparece o sr. Hélio Novelli, e, aos fundos, o prédio onde funcionou o Instituto Rocha Pombal. Foto de 1953 (Doação: Hélio Novelli)



Instalações da General Motors do Brasil e parte da Avenida Goiás, à direita, ainda com apenas uma pista, em foto de 1958, publicada no livro A cidade de São Paulo (volume IV): Os subúrbios de São Paulo, de autoria do professor Antonio Rocha Penteado



Jovens do setor São Sebastião da Congregação Mariana de São Caetano (Matriz Velha) reunidos na Praça Ermelino Matarazzo após a missa em ação de graças no aniversário da cidade, em 1953. 1- José Tejada; 2- Manoel Claudio Novaes; 3- Raimundo Tonetto; 4- Ary Lodi; 5-... Gouveia; 6- ?; 7- Mateus Santarnecchi (Doação: Ary Lodi)



Estádio Municipal Anacleto Campanella, na época da inauguração, em janeiro de 1955, com o jogo entre a Associação Atlética São Bento e o XV de Piracicaba. Em 1964, o estádio passou por reformas, recebendo o nome de Lauro Gomes em homenagem a este político do ABC, falecido naquele ano. Atualmente, a denominação do estádio voltou a ser Anacleto Campanella, agora integrada ao Conjunto Esportivo Lauro Gomes (Doação: Thiany Tereskovic, Pedrinho Alfaiate)

 <p>ESTADOS UNIDOS DO BRASIL</p> <p>DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRANSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO</p> <p>O SR. RAMON ALARSA</p> <p>ESTÁ HABILITADO COMO</p> <p>COCHEIRO URBANO</p> <p>SANTO ANDRÉ, 19 / 3 / 1941</p> <p>OBS. REVALIDAÇÃO (CAPES 1938-1941-800) D. S. T. No. 27</p>	<p>CARTEIRA DE HABILITAÇÃO</p> <p>Nº: 126456</p> <p>REGISTRO GERAL</p> <p>Nº:</p> <p>PRONTUÁRIO GERAL</p> <p>Nº: 2399</p> <p><i>Raimundo Manoel de</i> ESCRIVÃO</p> <p><i>Almeida</i> DELEGADO DE POLÍCIA</p> <p><i>Ramon Alarsa</i> ASSINATURA DO PORTADOR</p>	
---	---	---

A rápida alteração urbana de São Caetano pode ser avaliada a partir, também, deste Certificado de Habilitação. O espanhol Ramon Alarsa obtinha a reavaliação de sua habilidade de cocheiro urbano, em 19 de março de 1941. Tinha cocheira em sua residência à rua Osvaldo Cruz (Doação: Loreta Alarsa Fontebasso)



O Atlético Vila Alpina foi fundado em 1936. Sempre disputou os torneios de futebol patrocinados pela Liga Sancaetanense de Futebol, embora sua sede se localizasse em São Paulo. Seu antigo campo de futebol era na rua Herculano de Freitas, depois ocupada pela indústria de madeira Willa. Nesta foto, de 15 de novembro de 1949, aparecem os seguintes jogadores, em pé da esquerda para a direita: Joaquim Nazário; Gino Piccolo; Alcides Pereira(Braza); Francisco Monforte (Licol); Antonio Sacucci (Tim); Luiz Vitale (Gijão); Aurélio Loureiro Bastos (Técnico). Agachado: da esquerda para a direita: Douglas Negrine; Josué da Silva (Dje); Vytautas Klisyis (Vitão); João Giordano (Zinho); Antonio Mario Fernandes (Bichero) (Doação: Humberto Ceccato)



O tenente da Força Pública (atual Polícia Militar) Raul da Luz respondia pelo comando da Companhia sediada em São Caetano do Sul, em janeiro de 1960. Na foto, o tenente aparece ministrando aulas de trânsito para os soldados, a fim de estarem aptos à dirigir o tráfego



O presidente da República Fernando Henrique Cardoso aparece em campanha eleitoral para senador em São Caetano do Sul, ao lado de políticos do ABC, em foto de 1978. Da esquerda para a direita: Fernando Henrique Cardoso; Manoel Ferreira da Costa (ex-vereador de São Caetano); Alberto Goldman (deputado federal); Osmar Ribeiro Fonseca (ex-deputado estadual); Benedito Marcilio (ex-sindicalista); (?) e Atilio Bertochi (ex-vereador de São Caetano)



Primeiro carro particular lacrado no Município de São Caetano, de propriedade de Antonio Caparroz Guevara. Foram identificados na foto: Antonio Caparroz Guevara sobre o capô do carro; à sua direita, Júlio Marcucci; à esquerda, de chapéu, Nelson Infanti; de pé, à direita, Mauro Corvello (de branco) e Paulo Pimenta (Doação: Nelson Infanti)



O observatório astronômico da família Del Rey, verdadeiro cartão postal de São Caetano nos anos 50, foi ponto de referência para os estudantes secundaristas da época. Estava localizado sobre o teto do prédio da rua Baraldi, 1.005. No prédio, funcionava a Loja de Utilidades Domésticas Irmãos Del Rey & Cia. Ltda



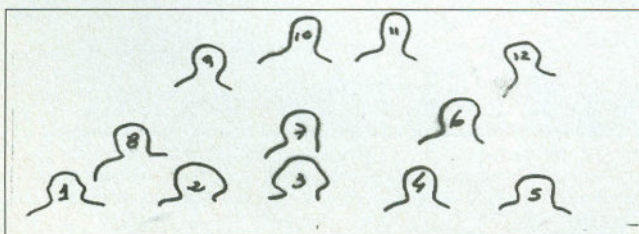
O Segundo Grupo Escolar de São Caetano foi instalado em 27 de junho de 1927. Localizava-se à rua Monte Alegre, 35, onde hoje está situado o edifício Di Thiene. Em 29 de janeiro de 1954, foi criado a EEPG Bartolomeu Bueno da Silva, à rua Maranhão, 22, para onde a escola foi transferida. Foto do Álbum de São Bernardo



Vereadores e os primeiros funcionários de Câmara Municipal de São Caetano do Sul na primeira Legislatura (1949-1953), quando funcionava à rua João Pessoa, 120. Em primeiro plano, os móveis utilizados na época, que estão aguardando restauração na Fundação Pró-Memória. Da esquerda para a direita (fila inferior) os funcionários Paulo de Oliveira Pimenta, Aparecida Laura Grigoletto e José Garrido Lourenço e os vereadores Antonio Moreno Rodrigues, Osvaldo Bisquolo, Arlindo Marchetti, Acácio Novaes, Luiz Rodrigues Neves, Antonio Lopes, Paulo Gonçalves Pereira e Antonio Barbosa da Silva. Da esquerda para a direita (fila superior) os funcionários Gino Ricciardi, Eunice Iracema Milani e Raphael Fernandes e os vereadores Genésio Carlos Alvarenga, Conçetto Constantino, Olga Montanari de Mello, Jacob João Lorenzini, Lauriston Garcia, José Olanda, Paulo Afonso (funcionário e Osvaldo Samuel Massei (Doação: Jayme da Costa Patrão)



O segundo quadro do Monte Alegre Futebol Clube, por volta de 1919. O clube foi fundado em maio de 1917 e sua bandeira era nas cores amarela e vermelha. 1- Augusto Silva; 2- ?; 3- Humberto Grigoletto; 4- João Negrão; 5- ?; 6- ?; 7- José Longo; 8- José Perin; 9- Felipe dos Anjos (Tiririca); 10- João Grigoletto; 11- Mario Tizo; 12- João Longo. Identificação feita por Gisberto Grigoletto em 27 de outubro de 1995



O Cartório de Paz em São Caetano foi instalado em 6 de fevereiro de 1917, tendo sido as primeiras autoridades José Mariano Garcia Júnior, Antonio Barile e Carmine Perrella. Em 1935, o cartório teve o seguinte movimento: escrituras, 223; procurações, 84; nascimentos, 706; casamentos, 192; óbitos, 337. Na foto, de 1936, aparecem, da direita para a esquerda, autoridades dos cartórios e de outros órgãos públicos do distrito de São Caetano. 1- Otávio Tegão (escrivão substituto); 2- Antonio Fláquer (escrivão de paz); 3- Matheus Constantino (juiz de Paz); 4- Firmino Paula Coelho (preposto); 5- Olimpio Coelho (coletor); 6- Arlindo da Silva Guimarães (escrivão); 7- Elias Pio Monteiro da Silva (agente fiscal da coletoria); 8- Dictino Laranjeira (escrivão de paz - interino); 9- Joaquim Augusto de Salles Jr. (agente fiscal da coletoria); 10- Francisco Locoselli (suplente federal); 11- Fernando Piva (sub-delegado de polícia); 12- Alfredo Fernandes (suplente) (Fonte: Álbum de São Bernardo)



O espanhol José Batista Boluda Avellan foi um dos primeiros moradores do Bairro Olímpico: morou sempre na esquina das ruas Nove de Julho e Sorocaba. Na foto, de 1957, aparece com seus netos Antonio Carlos Avellan e Estela Moris Avellan. (Doação: Antonio Carlos Avellan)



JOÃO NETTO CALDEIRA

ALBUM DE SÃO BERNARDO



EDITOU
Organização Cruzeiro do Sul
Bentivegna & Netto
SÃO PAULO

IMPRIMIU
Gráfica Paulista
Gloria, 176

O Álbum de São Bernardo foi escrito em 1936, e publicado em 1937. Naquela época, o ABC era apenas o Município de São Bernardo, com 817 quilômetros quadrados, e incluía os distritos de Santo André, São Caetano, Ribeirão Pires, Mauá e Paranapiacaba. O álbum é ricamente ilustrado com fotos das indústrias, lojas comerciais, igrejas, escolas, clubes e outras instituições. O autor, João Netto Caldeira, nasceu em 1º de fevereiro de 1895, na capital paulista, onde também fez seus estudos primários e secundários. Aprendeu a arte tipográfica no Liceu Coração de Jesus, e trabalhou em vários jornais do interior do Estado

